



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Juliana Grangeiro Sales Bezerra

DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL: uma análise dos indicadores sociais municipais e sua relação com a atuação dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde na Paraíba segundo a visão de seus participantes

CAMPINA GRANDE, PB

2017

Juliana Grangeiro Sales Bezerra

DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL: uma análise dos indicadores sociais municipais e sua relação com a atuação dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde na Paraíba segundo a visão de seus participantes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

CAMPINA GRANDE, PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B574d Bezerra, Juliana Grangeiro Sales.

Desenvolvimento e controle social [manuscrito] : uma análise dos indicadores sociais municipais e sua relação com a atuação dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde na Paraíba segundo a visão de seus participantes / Juliana Grangeiro Sales Bezerra. - 2017.

193 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Desenvolvimento social. 2. Assistência social. 3. Saúde.
4. Controle social. I. Título.

21. ed. CDD 303.44

Juliana Grangeiro Sales Bezerra

DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL: uma análise dos indicadores sociais municipais e sua relação com a atuação dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde na Paraíba segundo a visão de seus participantes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

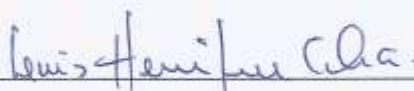
Área de Concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Aprovada em: 09/06/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho(Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFCG)



Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha
Universidade Federal da Paraíba (UFCG)



Prof.ª Dr.ª Sheyla Suely de Souza Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Nenhuma vitória é conquistada sozinha, no decorrer da construção desse trabalho, foram muitas as pessoas que caminharam ao meu lado, me motivando, apoiando, intercedendo, orientando, consolando para que eu alcance este sonho!

Agradeço primeiramente ao Senhor Jesus Cristo, que sendo este o próprio Deus, sinto o seu amor, misericórdia, e graça para comigo todos os dias da minha vida, o qual me conduziu durante toda a construção desse trabalho. Porque é Dele, por meio Dele e para Ele todas as coisas.

Agradeço, ao meu esposo, Eduardo Sales Frazão, por ser o meu parceiro, companheiro durante todos os momentos dessa jornada, pela sua compreensão e paciência, frente aos meus dias de alegria e pranto, de glória e de derrota, durante esse período de dois anos. Por sempre acreditar em mim, por todo seu cuidado e sua motivação para a concretização dos meus sonhos profissionais.

Aos meus pais, Vicente Bezerra Filho e Antônia Marques Grangeiro Bezerra, por tanta dedicação e esforço para me dar uma boa educação e formação, por acreditarem nas minhas vitórias.

A minha irmã, Emanuela Grangeiro Bezerra, pelo seu imenso amor e motivação sempre para comigo.

Ao meu orientador, prof. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, por toda atenção e paciência na orientação da construção deste trabalho. Por ter me feito entender através da sua prática enquanto docente, o que é ser mestre, e que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (Paulo Freire).

A toda minha turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional 2015.1 da UEPB, que além de aprendizados acadêmicos, foram construídas amizades para toda vida.

A todos que de alguma forma contribuíram para concretização desse trabalho.

*Minha dor é perceber
Que apesar de termos feito
Tudo, tudo, tudo, tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais. (Belchior, 1976)*

RESUMO

Esse estudo teve o objetivo de, a partir de dados sobre o desempenho de municípios paraibanos relativos a índices socioeconômicos no período de 2000 a 2010, analisar como os membros dos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social avaliam a influência das ações destes espaços de controle social sobre o desenvolvimento dos seus municípios. Desta forma essa dissertação contribui para os estudos que visam avaliar se e como tais instituições participativas influenciam a atuação dos governos para o desenvolvimento. A metodologia utilizada consistiu da consulta a dados secundários referentes ao período de 2000 a 2010, relativos à evolução dos indicadores sociais nos municípios paraibanos, e, a partir da identificação dos municípios de Pequeno Porte I, com maiores e menores variações em seus indicadores sociais- Caturité e Damião, realizou-se um estudo das narrativas obtidas através de entrevistas estruturadas com uma amostra de 8 conselheiras de 2 CMAS e 2 CMS dos municípios de Damião e Caturité. A perspectiva teórica adotada combina o debate sobre teorias do desenvolvimento, democracia, controle social e participação, focalizando aspectos, tais como as concepções e práticas de participação. Dentre as principais conclusões do trabalho, destacamos as seguintes: (1) na análise da variação dos indicadores sociais dos municípios paraibanos entre a década de 2000 a 2010, verificou-se que os municípios que tiveram maiores variações percentuais em seus indicadores sociais foram os de Pequeno Porte I; (2) os municípios de Grande Porte, Médio e Pequeno Porte I que tiveram o maior aumento percentual do PIB corrente entre os anos de 1999 a 2009 foram também os que, contraditoriamente, tiveram as menores reduções percentuais no Índice de Gini (2000 a 2010), indicando que o crescimento econômico nestes municípios não implicou, necessariamente, em melhoria das condições de vida da população; (3) os participantes dos CMAS e CMS entrevistadas avaliam que há uma influência indireta da atuação dos referidos Conselhos - por meio das dimensões do controle social – político; técnico; ético, compreendidas como um conjunto de ações de natureza sociopolítica e técnico-operativa - com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais para o desenvolvimento local. Assim, para as conselheiras, ao passo que os CMS e CMAS analisados exercem essas dimensões através do monitoramento, fiscalização da gestão, da proposição de melhorias estruturais para os municípios, estes espaços, indiretamente, estão agindo sobre as variáveis locais e regionais impeditivas e/ou potencializadoras do desenvolvimento.

Palavras-chaves: Conselhos, Assistência Social, Saúde, Participação, Controle Social, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study had the objective to analyze how the participants of the Municipal Councils of Health and Social Assistance evaluate the influence of the actions of these control spaces, based on data on the performance of municipalities in Paraíba related to socioeconomic indices from 2000 to 2010. Development of its municipalities. In this way, this dissertation contributes to the studies that aim to evaluate if and how such participatory institutions influence the performance of governments for development. The methodology used consisted of the consultation of secondary data referring to the period from 2000 to 2010, concerning the evolution of social indicators in the municipalities of Paraíba, and from the identification of the municipalities of Small Porte I, with larger and smaller variations in their social indicators - Caturité And Damião, a study of the narratives obtained through structured interviews with an sample of 8 counselors of 2 CMAS and 2 CMS of the municipalities of Damião and Caturité was carried out. The theoretical perspective adopted combines the debate on theories of development, democracy, social control and participation, focusing on aspects such as participatory conceptions and practices. Among the main conclusions of the study we highlight the following: (1) in the analysis of the variation of the social indicators of the municipalities of Paraíba between the decade of 2000 and 2010, it was verified that the municipalities that had greater percentage variations in their social indicators were the Small Porte I; (2) the municipalities of Grande Porte, Médio and Pequeno Porte I, which had the largest percentage increase in current GDP between 1999 and 2009, were also the ones that had the lowest percentage reductions in the Gini Index (2000 a 2010), indicating that the economic growth in these municipalities did not necessarily imply improvement of the living conditions of the population; (3) CMS and CMAS participants interviewed evaluated that there is an indirect influence of the activities of the mentioned Councils - through the dimensions of social - political control; technician; Ethical, understood as a set of actions of socio-political and technical-operative nature - with a view to exert influences on the governmental actions for the local development. Thus, for the councilors, while the CMS and CMAS analyzed exercise these dimensions through: monitoring, management supervision, proposing structural improvements for municipalities, these spaces are indirectly acting on the local and regional variables that impede and / Or developmental enhancers.

Keywords: Councils, Social Assistance, Health, Participation, Social Control, Development .

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Trajetória do Gasto Federal de 1995 a 2010	32
Gráfico 2- Efeitos das Políticas de transferência de renda sobre a pobreza (2008)..	33
Gráfico 3- Brasil: evolução dos índices da renda per capita nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal de 1960 a 2008.....	48
Gráfico 4 - Distribuição de municípios na Paraíba por porte populacional	88
Gráfico 5- Percentual da distribuição da soma dos montantes das diferenças nos valores monetários do PIB corrente dos municípios paraibanos entre 1999 a 2009, separados por porte populacional	93
Gráfico 6- Municípios na Paraíba por porte populacional que apresentaram os maiores aumentos na variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) Corrente entre os anos de 1999 a 2009.....	96
Gráfico 7- Municípios na Paraíba por porte populacional que apresentaram uma menor variação percentual na redução no Índice de Gini entre os anos de 2000 a 2010	97
Gráfico 8- Municípios na Paraíba estratificados por porte populacional que apresentaram maior aumento na variação percentual no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os anos de 2000 a 2010.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Renda média per capita das regiões brasileiras nos anos 2000 e 2010 ...	48
Tabela 2 – Resultados comparativos dos municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram aumento percentual, de acordo com os indicadores IDHM, ISDM, IVS e Índice de Gini, nos anos de 2000 a 2010	94
Tabela 3- Municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram aumento percentual, no Produto Interno Bruto (PIB) corrente entre os anos de 1999 a 2009.	95
Tabela 4- Resultados comparativos dos municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram menor aumento percentual, de acordo com os indicadores IDHM, ISDM, IVS e Índice de Gini, nos anos de 2000 a 2010	95
Tabela 5 Existência de relação de influência entre a atuação dos CMS e CMAS e o Desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba, segundo a visão das conselheiras	126
Tabela 6 Existência de fatores locais e/ou regionais na atualidade que atrapalham o desenvolvimento do município de Caturité e Damião na Paraíba	128
Tabela 7- Classificação por ordem decrescente dos 26° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram maiores aumentos percentuais no IDHMç entre os anos 2000 à 2010	162
Tabela 8 - Classificação por ordem decrescente dos 27° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram maiores reduções percentuais no IVS entre os anos 2000 à 2010	163
Tabela 9- Classificação por ordem decrescente dos 51° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram os maiores aumentos percentuais no IDHM entre os anos 2000 à 2010	164
Tabela 10 - Classificação por ordem decrescente dos municípios da Paraíba que apresentaram maiores reduções percentuais no Índice de GINI entre os anos 2000 à 2010	165
Tabela 11 - Classificação por ordem decrescente dos municípios da Paraíba que apresentaram maiores aumentos na variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) Corrente entre os anos de 1999 a 2009.....	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - IDHM (2000) de municípios paraibanos fora da classificação de <i> muito baixo</i>	91
Quadro 2 - Informações sobre o funcionamento e composição dos CMS e CMAS no município de Caturité- PB.....	99
Quadro 3 – Informações sobre o funcionamento e composição dos CMS e CMAS no município de Damião -PB.....	100
Quadro 4 - Definição do conceito de Desenvolvimento.....	102
Quadro 5 - Definição de indicadores de Desenvolvimento.....	104
Quadro 6 - Definição do conceito de Controle Social.....	106
Quadro 7 - Definição de indicadores de efetividade do controle social	107
Quadro 8 - Identificação de dificuldades para o exercício do controle social	109
Quadro 9 - Identificação de fatores que colaboram o exercício do controle social .	112
Quadro 10 Identificação de fatores locais e/ou regionais que contribuem na atualidade com o desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba	123
Quadro 11- Ações e práticas dos CMS e CMAS que colaboram para o desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba	126
Quadro 12- Identificação dos fatores locais e/ou regionais que atrapalham na atualidade o desenvolvimento dos municípios de Damião e Caturité na Paraíba ...	128
Quadro 13 Identificação de ações e/ou práticas realizadas pelos CMAS e CMS que visem a mitigação dos fatores impeditivos do desenvolvimento nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba	132
Quadro 14 - Identificação de ações e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba	134
Quadro 15- Formas de envolvimento dos CMS e CMAS na promoção de espaços de participação social para além dos conselhos nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba.....	136

Quadro 16- Opinião das conselheiras que consideraram os espaços e/ou práticas alternativas de participação social como meios que colaboram para o desenvolvimento local e/ou regional 138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- IDHM do Brasil dos anos 1991, 2000 e 2010.....	47
Figura 2- Projetos estruturantes na região Nordeste 2006 a 2012.....	50
Figura 3 - Município de Caturité	186
Figura 4 - Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMAS de Caturité-PB	186
Figura 5- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMS de Caturité-PB.....	187
Figura 6- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMAS de Damião-PB.....	187
Figura 7- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMS de Damião-PB	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCS – Conselho de Controle Social

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CF – Constituição Federal

CGPPs- Conselho Gestor de Políticas Públicas

CMS – Conselho Municipal de Saúde

CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FJP – Fundação João Pinheiro

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPs- Instituições Participativas

ISDM- Índice Social de Desenvolvimento Municipal

IVS- Índice de Vulnerabilidade Social

NE - Nordeste

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PP 1 – Pequeno Porte 1

PP 2 – Pequeno Porte 2

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UF – Unidade Federativa

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - O DESENVOLVIMENTO, O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A QUESTÃO REGIONAL.....	21
1.1 O Novo Desenvolvimentismo: aspectos políticos e socioeconômicos na América Latina e no Brasil	24
1.1.1 O Nacional- desenvolvimentismo brasileiro.....	25
1.1.2 O Novo Desenvolvimentismo como a terceira via entre o neoliberalismo ortodoxo e os estruturalistas	27
1.2 O social no Novo Desenvolvimentismo e seus Indicadores no Brasil	29
1.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano e as políticas sociais de transferência de renda no Novo desenvolvimentismo brasileiro	30
1.3 A Questão Regional e os Nordeste em questão	34
CAPÍTULO 2 - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: CONCEITOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO	52
2.1 Uma abordagem teórica conceitual sobre Democracia; Participação e Controle Social	53
2.2 Os Conselhos de Controle Social no Brasil - origem e desafios.....	60
2.2.1 A dupla face dos conselhos de controle social e o conceito de sociedade civil em Gramsci	66
2.2.2 As Políticas de Assistência Social e de Saúde no Brasil – formação e o controle social	70
CAPÍTULO 3 – A INFLUÊNCIA DA ATUAÇÃO DOS CMS E CMAS SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: O QUE PENSAM SEUS CONSELHEIROS?.....	84
3.1. Dados demográficos da Paraíba e seus municípios	87
3.2 Municípios na Paraíba que possuem os maiores e menores acréscimos nos seus indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini) e PIB corrente entre os anos de 2000 a 2010	88
3.3 Análise das entrevistas das conselheiras municipais de saúde e de assistência social dos municípios de Caturité e Damião na PB	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE	179
APÊNDICE C – Roteiro da entrevista.....	181
APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ.....	185

APÊNDICE E – Fotos da visita de campo para realização das entrevistas nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba.....	186
ANEXO A – Termo de autorização institucional	189
ANEXO B – Comprovante da aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UEPB.....	193

INTRODUÇÃO

Assiste-se, progressivamente a partir da Constituição Federal de 1988, ao crescimento do número de Instituições Participativas – IPs (AVRITZER, 2008; PIRES; VAZ, 2010), que surgem baseadas no discurso de serem alternativas capazes de sanar os eventuais vícios do governo representativo e de suas instituições. Desta forma, pode-se visualizar atualmente pelo menos quatro movimentos de IPs no Brasil – Orçamentos Participativos (OPs), Planos Diretores e Planos Plurianuais (PPAs), Conferências, bem como a reestruturação e ampliação de experiências pré-existentes, como as dos Conselhos de Controle Social (CCS).

A participação da população na gestão pública tem se configurado como um direito adquirido, o qual permite que os cidadãos não só façam parte da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos, controlando, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas e as ações decorrentes do que foi coletivamente decidido. Essas conquistas foram frutos das lutas de movimentos sociais para garantir constitucionalmente concepções ampliadas de democracia, enfatizando-se o direito de participar dos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas sociais (PAOLLI & TELLES, 2000).

Os Conselhos de Controle Social (CCS) são alguns desses canais de participação legalmente constituídos para o exercício do Controle Social. Estes são investidos de prerrogativas deliberativas e fiscalizadoras e são constituídos em todas as esferas de governo. Apesar de suas limitações¹, os referidos conselhos são espaços que apresentam possibilidades de afetar as ações do Estado, através da participação de representantes dos usuários dos diversos estratos e instâncias sociais, sendo possíveis instrumentos promovedores de reversão das tendências conservadoras introduzidas culturalmente e historicamente no âmbito da gestão pública no Brasil – a exemplo do patrimonialismo e, do clientelismo –, que marcam o desenvolvimento desigual e combinado² no país.

¹ Ver Correia (2008), Campos (2006), Bravo (2006), Bidarra(2006), Gohn(2011) *etc.*

² Entendemos o Desenvolvimento desigual e combinado, conceito trazido por Trotsky (1977), como uma tentativa de explicar as contradições sociais e econômicas dos países do capitalismo periférico,

Esses espaços são *loci* de disputas entre propostas, projetos, interesses de grupos políticos, constituindo-se enquanto arenas de negociação, articulação e construção de alianças, nas quais as dinâmicas das políticas sociais são mediadas pelas correlações de forças entre os agentes sociais neles envolvidos.

A intenção de realizar a presente pesquisa parte da inquietação decorrente de uma análise mais geral segundo a qual se percebe uma infinidade de instâncias e experiências de participação, observando-se uma vasta quantidade de experiências participativas no país atualmente, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de pesquisas sobre seus efeitos e/ou resultados.

Uma vez implantadas essas instituições participativas, como os conselhos, conferências, orçamentos participativos, tem-se estudado pouco a respeito dos seus resultados, conforme destacam Pires & Vaz (2010, p.5) nos seguintes termos: são raros os estudos que visam avaliar se e como tais instituições participativas produzem impactos sobre a atuação de governos, isto é, sobre a gestão pública e sobre a produção de políticas públicas.

Esta dissertação se inscreve no conjunto de esforços para, diante do debate da participação e controle social no Brasil, frente ao período da redemocratização e à constituição dos Conselhos de Controle Social, pensar, para além da sua consolidação, também qual a sua contribuição para a participação da sociedade no controle das melhorias das condições de vida e do desenvolvimento nos territórios brasileiros.

Compreendendo que nos últimos anos no Brasil houve uma nítida evolução dos indicadores sociais, a exemplo do *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH e a

a exemplo do Brasil em sua história. O conceito se refere quando, em um dado contexto, encontram-se diferentes estágios da civilização e do próprio capitalismo, desde territórios desenvolvidos com altos níveis de padrões de vida, de industrialização, financeirização da economia e tecnologias, até locais não povoados, nos quais outros modos de produção e de organização sistêmica capitalista são observados. No nosso país, observamos lugares em que predominam modelos do capitalismo mais avançado e outros em que a economia ainda se dá fundamentalmente pela venda do excedente da produção de alimentos para subsistência. Considerando o exemplo do Brasil, encontramos uma combinação desigual em um mesmo país de fases distintas do mesmo modo de produção, observando-se desde formas arcaicas até as mais modernas, como esclarece Löwy (1995, p. 75): “Estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam se combinam, se amalgamam, o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) ‘um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares históricos, mas somente por meio de um análise com base materialista’². Nesta combinação, as relações engendradas pelo capitalismo determinam, segundo a fórmula de Marx em seu texto de 1857, a todas as outras o seu lugar e sua importância”.

redução dos níveis de pobreza, coincidindo com um período de consolidação de instituições da democracia burguesa vivido até 2016, o qual correspondeu à emergência de novos arranjos e experiências de participação e controle social sobre a gestão pública, nossa inquietação geral de pesquisa tem como ponto inicial a identificação da necessidade de refletir sobre como os Conselhos de Controle Social afetaram a melhoria de indicadores sociais de Desenvolvimento no Brasil, focalizando mais especificamente a região Nordeste, levando em consideração as interpretações dos agentes sociais envolvidos em processos sociais participativos destinados a influenciar a formulação e implementação de ações da gestão pública.

Desta forma nossa questão de pesquisa foi assim formulada: **Como os agentes sociais avaliam a influência dos processos participativos nos Conselhos de Assistência Social e de Saúde sobre as variações dos indicadores sociais de desenvolvimento dos municípios paraibanos?**

Para tanto, partimos de uma discussão que compreende que o **desenvolvimento** é uma categoria multidimensional (SACHS, 2008) e interdisciplinar (FURTADO, 2013), a ser identificada de acordo com o campo de análise e de acordo com a vivência e perspectiva dos sujeitos estudados, o que coloca em cheque a chave interpretativa que o concebe eminentemente como crescimento econômico, considerando-o em termos dos diversos aspectos da vida humana (sociais, políticos, ambientais, culturais), sendo resultante de dinâmicas destinadas à redução das diversas formas de desigualdade e dos desníveis no campo do acesso às condições dignas de vida e aos bens coletivos. Por isso, nossa utilização dos indicadores sociais, a exemplo do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS; do Índice Social de Desenvolvimento Municipal - ISDM; do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM; do Índice de Gini e do Produto Interno Bruto corrente, para discutir o desenvolvimento.

A escolha desse tema se relaciona com nossa experiência de atuação como conselheira titular, representante governamental na gestão do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba - CEAS/PB, no biênio 2016 a 2018 e conselheira titular representante da sociedade civil na gestão de 2010 a 2012/ 2014 a 2016; e no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDCA/PB, biênio 2012 a 2014. Essa nossa trajetória nos conduziu a produzir um trabalho para a conclusão do curso de Especialização em Ciência Política e Gestão Pública

(UFCG), intitulado *As condições técnico-operativas dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba* e se desdobra na dissertação que ora apresentamos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como os membros dos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social avaliam a influência das ações destes espaços de controle social sobre o desenvolvimento dos seus municípios. Para atingi-lo, alçamos os seguintes objetivos específicos: (1) Identificamos por tamanho populacional, os municípios na Paraíba que possuem os maiores e menores desempenhos nos seus indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini) e PIB corrente, entre os anos de 2000 a 2010; (2) Levantamos dados sobre a compreensão por parte dos representantes dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde dos municípios identificados a respeito do significado do Controle Social, Desenvolvimento e de seus indicadores. (3) Averiguamos quais são os fatores que dificultam e facilitam a atuação dos Conselhos de Assistência Social e de Saúde nos municípios identificados. (4) Investigamos, de acordo com a interpretação dos conselheiros, quais são os fatores que contribuíram para a variação dos níveis dos indicadores sociais dos municípios identificados, e as possíveis influências da atuação (aqui também entendida enquanto *não-ação*) dos seus Conselhos de Assistência Social e de Saúde para o desenvolvimento destes municípios. (5) Averiguamos a existência de formas inovadoras de participação popular e controle social para o Desenvolvimento Regional/Local nos municípios analisados.

Esse estudo constitui-se, em uma pesquisa documental, exploratória descritiva e explicativa, de cunho quanti-qualitativa, e seu universo da pesquisa são os 223 CMAS e 223 CMS da Paraíba. Para a parte qualitativa da pesquisa adotamos uma amostra intencional, não representativa do universo, estratificado pelo porte municipal, selecionando 2 CMAS e 2 CMS de municípios do estrato de pequeno porte ³, dentre os que tiveram variações percentuais mais elevadas e mais baixas em seus indicadores sociais entre os anos de 2000 e 2010.

Selecionamos o Município de Damião-PB, dentre os municípios de pequeno porte 1 na Paraíba que obteve o maior aumento percentual do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, com uma variação percentual de 76,61%; e

³ Haja vista a Paraíba possuir 213 municípios com esse porte populacional, representando 86% do total desses municípios.

selecionamos o município de Caturité-PB, dentre os municípios de pequeno porte 1 que mais acumulou PIB corrente entre os anos de 1999 a 2009, mas que contraditoriamente, foi o que nessa faixa de porte o que menos distribuiu renda entre a sua população, observando uma variação no Índice de Gini da ordem de -30,23%.

A partir dessa escolha, procuramos participantes dos CMS e dos CMAS dos dois municípios citados, conseguindo a adesão de 8 conselheiras para a coleta e análise das narrativas (4 representantes governamentais e 4 representantes não-governamentais, distribuídos nos 2 CMS e 2 CMAS), obtidas através de entrevistas estruturadas, sobre suas concepções sobre o Controle Social, Desenvolvimento e seus indicadores; os fatores que dificultam e facilitam as ações desses conselhos, no exercício do controle social; suas visões a respeito das razões que contribuíram para a variação dos níveis dos indicadores sociais de desenvolvimento dos municípios identificados, e as possíveis influências da atuação (aqui também entendida enquanto *não-ação*) dos seus Conselhos de Assistência Social e de Saúde sobre o desenvolvimento do município; além de observar se há novos formatos e práticas de participação popular nestes municípios que gerem efeitos para o Desenvolvimento Regional/Local.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos, que se seguem a essa introdução. No **primeiro capítulo** apresentamos um painel atual das teorias do Desenvolvimento, com destaque para uma análise sobre o Novo Desenvolvimentismo no Brasil, finalizando com uma leitura sobre a formação socioeconômica do Nordeste e sua Questão Regional.

No **segundo capítulo** realizamos uma abordagem conceitual sobre algumas categorias de análise relativas ao tema do controle social- como Democracia e Participação, bem como um estudo histórico sobre o surgimento dos CCS como mecanismos de participação sociopolítica no Brasil, seguida de uma discussão sobre as várias apreciações realizadas por diversos teóricos sobre as funções desse novo mecanismo de participação, trazendo uma abordagem gramsciana sobre as concepções de Estado, sociedade civil, que consideramos úteis para a apreensão do fenômeno que escolhemos estudar, finalizando com uma exposição dos aspectos históricos, normativos e estruturais das Políticas de Saúde e de Assistência Social e de seus respectivos conselhos na atualidade.

No **terceiro capítulo** são apresentados os resultados da pesquisa, sendo focalizado o cenário que envolveu o estudo, e a análise dos dados coletados e processados. Dentre as principais conclusões do trabalho, destacamos as seguintes: (1) na análise da variação dos indicadores sociais dos municípios paraibanos entre a década de 2000 a 2010, verificou-se que os municípios que tiveram maiores variações percentuais em seus indicadores sociais foram os de Pequeno Porte I; (2) os municípios de Grande Porte, Médio e Pequeno Porte I que tiveram o maior aumento percentual do PIB corrente entre os anos de 1999 a 2009 foram também os que, contraditoriamente, tiveram as menores reduções percentuais no Índice de Gini (2000 a 2010), indicando que o crescimento econômico nestes municípios não implicou, necessariamente, em melhoria das condições de vida da população; (3) os participantes dos CMAS de CMS entrevistadas avaliam que há uma influência indireta da atuação dos referidos Conselhos - por meio das dimensões do controle social – político; técnico; ético, compreendidas como um conjunto de ações de natureza sociopolítica e técnico-operativa - com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais para o desenvolvimento local. Assim, para as conselheiras, ao passo que os CMS e CMAS analisados exercem essas dimensões através do monitoramento, fiscalização da gestão, da proposição de melhorias estruturais para os municípios, estes espaços, indiretamente, estão agindo sobre as variáveis locais e regionais impeditivas e/ou potencializadoras do desenvolvimento.

Seguem-se as conclusões, a lista de referências utilizadas, os apêndices e os anexos.

CAPÍTULO 1 - O DESENVOLVIMENTO, O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A QUESTÃO REGIONAL

Os novos modelos de desenvolvimento, sejam chamados de *Sustentável*, *Includente* e ou de *Desenvolvimento como Liberdade* (SACHS, 2008; SEN, 2010; VEIGA, 2006), podem ser compreendidos como um esforço teórico e prático para tentar evitar o colapso global. Compreendendo que o Desenvolvimento e a trajetória do seu conceito é tomado de intensionalidades, sendo esse multidimensional (SACHS, 2008), multiescalar, e interdisciplinar na abordagem de sua concepção (FURTADO, 2013), portanto vestido de polissemias, destacamos o fato de que o Desenvolvimento é um processo histórico sempre em construção, sendo o resultado de relações de poder e de interesses em disputas, que ora avançam com propostas de mudanças estruturais de mudança social e de emancipação, ora retrocedem com modelos revestidos de reformismo social, numa tentativa de minimizar as desigualdades sem mexer nas estruturas geradoras dessas desigualdades e de relações de dominação

Pensar a trajetória do Desenvolvimento é pensar na trajetória da expansão do próprio sistema capitalista e das formas de sua reprodução, bem como nos níveis de compatibilidade entre o modo de produção atual com as mudanças sociais que se espera ter. A partir de apontamentos históricos e teóricos sobre os velhos e novos paradigmas do desenvolvimento no mundo e no Brasil, trazemos um olhar sobre como ele se apresenta, através do chamado *Novo desenvolvimentismo*, expondo-o através de um olhar sobre o modo de produção atual e a história do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil.

Celso Furtado (1974) aponta a falácia de pensar o Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, a qual tem sua origem nos séculos VXIII e XIX, através de três pilares básicos, a saber: o Iluminismo, a partir do qual se aborda o desenvolvimento como a evolução da racionalidade, o aumento da produtividade e da acumulação de riquezas e a expansão geográfica do *progresso*.

Furtado (1974) contribui para desmontar o que ele chama de *Mito do Desenvolvimento Econômico*, o qual se basearia em uma série de hipóteses/pressupostos que não podem ser verificadas, os quais disseminariam a

ideia de que o desenvolvimento econômico poderia ser universalizado para os países periféricos tal qual ocorreu nos países centrais do capitalismo.

Desta forma, o conceito do Desenvolvimento vinculado aos aspectos econômicos se confundiria com as dinâmicas de expansão do sistema capitalista, centrada em três processos intrínsecos: a formação de excedente de produção (tanto de mercadorias como de capital humano); a garantia de meios para e de produção (matéria-prima, recursos tecnológicos), para reprodução do Capital; bem como a garantia de processos cíclicos de circulação e consumo das mercadorias produzidas (HARVEY, 2005).

A expansão desse sistema e as formas de sua reprodução invadem as relações sociais, a cultura, a ciência e as formas gerais de se produzir o conhecimento, marcando o modo de se pensar o desenvolvimento (FURTADO, 2013), colocado a serviço da reprodução do Capital, em detrimento dos menos favorecidos e das questões ambientais emergentes.

Enriquez (2010) apresenta a trajetória do conceito de desenvolvimento, a partir do século XIX, marcada por embates, destacando a abordagem tensionada após o período pós-guerra, pelo contraponto do socialismo intervencionista e o capitalismo keynesiano. De acordo com a autora citada, o período pós-guerra, contribuiu para o avanço da concepção do desenvolvimento a partir da correlação entre crescimento econômico e bem-estar social.

Todavia foi apenas nos anos de 1970, com a crise do capital e do modelo fordista de produção, que a concepção de desenvolvimento, tida anteriormente apenas como sinônimo de crescimento econômico, é mais profundamente tensionada, vindo assim a ser reformulada, a partir da chamada crise ambiental. Conceitos como Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Includente, Desenvolvimento como Liberdade, entram no cenário de debate. (SACHS, 2008; SEN, 2010; VEIGA, 2006).

Esse novo paradigma na concepção do Desenvolvimento advém da tomada de consciência por parte de alguns teóricos do não alcance, neste modo de produção capitalista, da resolutividade de várias questões emergentes a exemplo da intensa redução e/ou eliminação das desigualdades sociais; o escoamento do excedente da produção e do desemprego (SACHS, 2008), bem como para as

contradições inerentes à sua *Lei Geral de Acumulação*, fundamento da relação antagônica entre Capital x Trabalho (HARVEY, 2005; NETTO; 2011).

A abordagem do Desenvolvimento é complexa e está em constante tensão (BRANDÃO, 2012), e para que esta seja tomada em uma perspectiva sustentável e sustentada (LEFF, 2010), será necessário o desmonte das relações de poder e das correlações de forças que legitimam a concepção preponderante de desenvolvimento economicista.

A reconversão do paradigma do Desenvolvimento parte da crise das formas de reprodução do sistema capitalista. Segundo Leff (*idem*), é na crise da racionalidade econômica, que emerge uma nova concepção de Desenvolvimento, a qual agrega à economia uma racionalidade ambiental, instituindo-se uma ética que inclui o pacto com as gerações futuras, e uma nova lógica que submete a atividade econômica às necessidades de reprodução da natureza e de compartilhamento dos bens comuns. Leff (2010) aponta para uma tendência atual de internalização das externalidades, trazendo para a análise novos conceitos tais como o de *Economia Ecológica*. Para esse autor, a relação entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental é inviável, sendo uma tentativa de compatibilizar o que é incompatível.

Outro autor que contribui para a reconversão do paradigma do desenvolvimento enquanto crescimento econômico ilimitado é Sachs (2008), defendendo a necessidade de uma nova concepção que leve em consideração a garantia dos Direitos Humanos a todos os indivíduos, sejam eles cívicos, políticos, sociais e ambientais, e que prioritariamente o direito ao trabalho justo seja potencializado, já que este seria gerador de outros direitos. Sachs (2009) chama a esse novo modelo de *Desenvolvimento Incluyente*, que negaria as formas perversas de subemprego e garantiria a proteção social e a plena participação política dos sujeitos sociais.

Abordando as propostas de paradigma do Desenvolvimento, Brandão (2012) argumenta que elas não devem se basear em uma *endogenia exagerada*, segundo a qual *o local pode tudo*, pensando-se independentemente dos fatores e determinantes exógenos ao processo de desenvolvimento, esquecendo-se assim de questões como lutas de classes, relações de poder *etc.* Brandão (*idem*) questiona os autores e teorias que parecem pensar o sucesso do local como dependendo

exclusivamente do esforço dos chamados atores e agentes sociais, perdendo assim a visão crítica da sociedade e das relações sociais implicadas no sistema capitalista. O autor chama a atenção para a necessidade de levar em consideração a heterogeneidade das regiões de uma nação, nos seguintes termos:

[...] aniquilam-se nessas abordagens localistas todas as possibilidades de tratamento adequado das heterogeneidades estruturais dos países subdesenvolvidos [...] esses países vivenciam situações de extrema assimetria entre suas porções territoriais, correndo riscos de gerar processos de ruptura federativa. [...] é preciso pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como sendo pré-requisitos de um verdadeiro processo de Desenvolvimento nacional. (BRANDÃO, 2012, p.50)

No conjunto de autores que defendem a reconversão do paradigma tradicional do Desenvolvimento, Celso Furtado propõe um modelo que estabelece a necessidade de atuar sobre questões estruturantes do Brasil, tais como, a priorização do suprimento das necessidades básicas e a autonomia externa do país, para a superação do subdesenvolvimento nacional e de algumas regiões específicas, a exemplo do Nordeste (FURTADO, 2013).

1.1 O Novo Desenvolvimentismo: aspectos políticos e socioeconômicos na América Latina e no Brasil

Na América Latina, a partir de 1994 o neoliberalismo começou a ser questionado, devido à acentuação das desigualdades sociais e dos problemas delas decorrentes. Crises econômica aconteceram nesse período no México, Brasil, em 1999 e na Argentina, em 2001.

Nesse período e na década seguinte, políticos de *esquerda* conquistam cargos de presidentes nacionais, a exemplo de Hugo Chávez, na Venezuela (em 1999) e de Lula (em 2002), no Brasil, trazendo em suas propostas uma oposição à política neoliberal adotada até então. Esses governos trariam de volta à América Latina propostas de construção de estados nacionais mais preocupados com o bem estar-social, com a reposição de direitos sociais e a recuperação do papel do Estado democrático.

Sander (2010) considera esse período de pós-neoliberalismo, o momento histórico da passagem de uma bipolaridade política e econômica mundial, para uma

unipolaridade representada pelos EUA, operacionalizada pela concentração de capital hegemônico financeiro, sob forma especulativa, na qual o excedente circula não mais na esfera da produção e sim na esfera financeira, havendo uma maior concentração imperialista mundial da renda, e extensão das relações mercantis para além das barreiras nacionais.

Ainda, de acordo com Sander (*idem*), diferentemente do momento anterior, considera esse período de pós-neoliberalismo, emerge com uma proposta de oposição à destruição dos estados nacionais, à precarização das relações de trabalho, e a oposição ao livre mercado. Essa *guinada à esquerda* inaugurava um período de crítica ao modelo neoliberal no cenário político e econômico latinoamericano, mantendo, no entanto, os acordos econômicos estabelecidos pelos FMI no *Consenso de Washington* (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante, dentre outros pontos).

No Brasil, especificamente a partir do segundo mandato presidencial de Lula, emergiu uma nova ideologia política e econômica que se tem denominado de *novo desenvolvimentismo*, com ênfase no aumento das taxas de crescimento econômico combinado com melhorias nos indicadores sociais. Desta forma, a proposta de conjugar crescimento econômico e justiça social, tem como alicerce ideológico as teorias Desenvolvimento de Amartya Sen, e as contribuições de intelectuais nacionais como Bresser Pereira e Pochmann, dentre outros que fazem uma apologia do retorno ao antigo nacional-desenvolvimentismo, mas com uma nova roupagem, marcada pela presença do mercado internacional financeiro no arcabouço econômico nacional.

Para o melhor entendimento do novo desenvolvimentismo fazemos a seguir uma análise histórica processual das principais características do antigo nacional-desenvolvimentismo.

1.1.1 O Nacional- desenvolvimentismo brasileiro

A primeira experiência desenvolvimentista brasileira ocorreu a partir de 1930, com o Governo Vargas, através da industrialização de base do país no intuito da substituição das importações e superação da crise capitalista mundial de 1929. Esse processo de industrialização tinha a intenção de desenvolver políticas protecionistas nacionais, combinadas com o protagonismo estatal, articulando-se a integração da industrialização com a formação econômica nacional.

Os teóricos do nacional-desenvolvimentismo⁴ defendiam reformas estruturais, a exemplo das reformas agrária, tributária; a consolidação das leis trabalhistas e um conjunto de políticas econômicas que promovessem uma maior geração de empregos e o aumento da renda. Essas reformas eram apresentadas como necessárias ao combate ao subdesenvolvimento. Via-se no protecionismo econômico nacional, no controle cambial e na restrição do envio de lucros para o exterior, uma solução para a dependência histórica do Brasil em relação ao centro do capitalismo mundial (CASTELO, 2012).

A proposta desenvolvimentista da época, chamada por Castelo (2012) de *conciliação do inconciliável*, pressupunha um pacto entre os interesses antagônicos da burguesia industrial e os da classe trabalhadora, sendo o Estado o regulador do mesmo. Contudo, o que ocorreu, na prática, foi uma aliança entre os latifundiários, a burguesia nacional emergente e o Estado, permanecendo as antigas estruturas que marcam o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil.

O nacional desenvolvimentismo atravessou o governo Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros, e João Goulart, desaguando após um ensaio de mudanças nacional-populares de reformas de base, em uma ditadura militar, pondo abaixo a fantasia de um capitalismo:

[...] domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional[...] interrompendo violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação- dependência externa e segregação social- como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. (SAMPAIO JR, 2012, p.674)

Neste novo cenário, apresenta-se uma reconfiguração das bases estruturalistas da teoria nacional-desenvolvimentista, passando o capital financeiro a não ser mais tratado pelos gestores como inimigo do desenvolvimento, mas como fundamental para o crescimento econômico do país. Põe-se em pauta uma ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento.

⁴ Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr.

1.1.2 O Novo Desenvolvimentismo como a terceira via entre o neoliberalismo ortodoxo e os estruturalistas

O neoliberalismo criticado pelos novos governos de *esquerda* acima citados atacava o Estado e suas regulamentações, com o fim de desregulamentar o Estado, para permitir a livre circulação e regulação do Capital, imbuído de uma justificativa de que só assim poderia haver o desenvolvimento econômico. O neoliberalismo previa a liquidação da capacidade de resistência por parte do campo popular, o qual só foi possível ser implantado na América Latina por sistemas ditatoriais de governo. Foram seguidos vários receituários de ajuste fiscal recomendados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), o qual comprometeram os governos com processos de privatizações das empresas estatais, desregulamentação das relações de trabalho e abertura da economia.. No Brasil, especificamente este foi vivido intensamente ao longo do governo Collor e FHC, nos anos de 1990, dando sinais de sua exaustão no final dessa mesma década, devido a fatores elencados por Castelo (2012, p. 623) nos seguintes termos:

O desempenho econômico foi pífio: baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), déficits públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas. E os efeitos sobre as expressões da questão social também foram desastrosos: aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações de trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação.

Diante dos sinais de desgaste do neoliberalismo, na América latina, a partir dos anos 2000, há uma passagem de governos hegemonicamente neoliberais, para governos ora radicais, que tentaram refundar seus Estados; ora moderados, que embora não tenham rompido abertamente com o modelo neoliberal, realizaram ações focalizadas de intervenção nas expressões da Questão Social, naquilo que se chamou de social-liberalismo, e no Brasil especificamente se apresenta como novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo.

Esse que foi apresentado como uma *terceira via* às opções neoliberais e keynesianismo, o qual tentou compatibilizar altas taxas de crescimento econômico com equidade social, diferenciando-se do nacional-desenvolvimentismo pela abertura nacional ao capital estrangeiro; maior preocupação com a estabilidade macroeconômica e investimento privado na infraestrutura (CASTELO, 2012; SAMPAIO Jr. 2012).

O novo desenvolvimentismo brasileiro nasce no seio dos intelectuais orgânicos do PSDB, dentre os quais destaca-se Bresser Pereira, que se utilizou dos aparelhos institucionais privados para a disseminação do novo modelo desenvolvimentista, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo, a Associação Brasileira Keynesiana e a Revista Econômica Política, formulando-se no campo acadêmico através da escola de Campinas (UNICAMP), que tinha como expoente a figura de Márcio Pochmann, então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – o IPEA. Nas palavras de Pochmann (*apud* CASTELO, 2012, p. 627), o novo desenvolvimentismo propunha:

[...] um padrão de acumulação que conjugaria crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional (o Brasil se estabelecendo como um credor mundial, o acúmulo de reservas externas e a diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração de crescimento- PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais- previdência, assistência, seguro desemprego e abono salarial-expansão do crédito para pessoas físicas).

Sua proposta nega os embates políticos e ruptura com a perspectiva neoliberal vigente, propondo uma *transição progressiva e pactuada* entre as novas e velhas classes dominantes (agronegócios, capital financeiro e rentista) que forneciam as bases estruturais da dependência econômica brasileira em relação ao capitalismo central.

O debate sobre o novo desenvolvimentismo tem trazido a crítica de alguns teóricos, a exemplo de Gonçalves (2012), apontando que tal fenômeno socioeconômico desencadeado no Brasil, a partir do governo do PT, na verdade é o que se pode denominar de desenvolvimento às avessas, visto que o mesmo não traz mudanças estruturais, invertendo sua proposta original: no lugar da industrialização substitutiva de importações, observa-se uma desindustrialização e aumento de importações; no lugar de uma redução do sistema de comercialização global de *commodities*, há uma reprimarização das exportações; no lugar de uma potencialização do avanço tecnológico, no que diz respeito principalmente à indústria de base e setor de defesa nacional, observa-se uma maior dependência tecnológica; no lugar de um maior controle estatal na entrada de capital financeiro estrangeiro, observa-se uma crescente vulnerabilidade externa estrutural em função da dependência e dominação do capital financeiro especulativo internacional (GONSALVES, 2012).

Considera-se que com o novo desenvolvimentismo houve uma continuidade na reprodução do modelo de desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, permanecendo no país questões estruturais chaves não resolvidas, a exemplo:

(i) alteração do padrão do comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de *commodities*, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações); (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais)[...] mudanças na estrutura da propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza [...] (GONSALVES, 2012, p. 652- 660)

Portanto, pode-se perceber que no Novo desenvolvimentismo há uma proposta de reformismo social, de forma que apresenta políticas sociais de tentativa de redução de desigualdades, mas que não atuam sobre elementos estruturais, nem no plano teórico e nem no plano prático, mantendo a raiz geradora dessas desigualdades, já que não realizaram mudanças de base na sociedade brasileira, historicamente reivindicadas pelos movimentos sociais populares, a exemplo da questão da reforma agrária, a reforma tributária e a distribuição de riqueza no país.

1.2 O social no Novo Desenvolvimentismo e seus Indicadores no Brasil

Percebe-se, com a redemocratização do Brasil, a partir de 1988, melhorias nos indicadores sociais, a exemplo do IDH (em 1985, o IDH no Brasil era de 0,575 e em 2014 estava de 0,744) e dos níveis de extrema pobreza (o percentual de brasileiros vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013). Especialmente nessa última década, durante o período dos governos do PT (presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), houve acentuadas melhorias em vários indicadores sociais, os quais são divulgados como parte dos resultados dos diversos programas sociais de transferência de renda implementados nesse período.

Desta forma, faz-se necessário problematizar o debate sobre os indicadores sociais no Brasil, não no sentido de desconsiderar os avanços no cenário social do país na última década, mas no intuito de tentar investigar quais são os pontos que

embargam a mudança social no Brasil, certas questões estruturais intocadas, que necessitam serem lembradas e tratadas, pois condicionam os níveis de Desenvolvimento do país.

1.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano e as políticas sociais de transferência de renda no Novo desenvolvimentismo brasileiro

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi formulado pelo indiano Mahbub ul Haq, a partir das novas concepções sobre desenvolvimento produzidas por Amartya Sen, que tem como tese central o Desenvolvimento como *expansão das liberdades*. O IDH é constituído por três pilares - saúde, educação e renda, contrapondo-se a outros indicadores puramente economicistas para aferir o desenvolvimento dos países, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*.

No que se refere à Saúde, o IDH inclui variáveis referentes à expectativa de vida média; no que refere-se à educação, o índice considera variáveis como o acesso ao conhecimento, a média de anos de educação de adultos, a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, taxas de matrículas específicas por idade; e, com relação à renda, o IDH considera variáveis tais como a relação entre Renda Nacional Bruta (RNB) e a renda média *per capita* (PNUD, 2016).

Percebendo-se que o IDH simples, apesar de ser um avanço nas formas de se pensar e tentar aferir o Desenvolvimento para além de aspectos econômicos, mascara a desigualdade na distribuição desse desenvolvimento humano na população de um país. Diante disso, em 2010, foi criado o *IDH Ajustado à Desigualdade* (IDHAD), que segundo o PNUD, observa a desigualdade em todas as três dimensões do IDH, operando com médias geométricas das dimensões ajustadas à desigualdade estimada pela *medida de Desigualdade*, de Atkinson (1970). Assim o IDHAD, apesar de não considerar outras questões pertinentes para se perceber o Desenvolvimento no país em suas multivariáveis, como a - Democracia, participação, proteção social, emprego, sustentabilidade *etc*, de acordo

com o PNUD, o IDHAD pode ser visto como um índice do desenvolvimento humano mais preciso (PNUD, 2016).

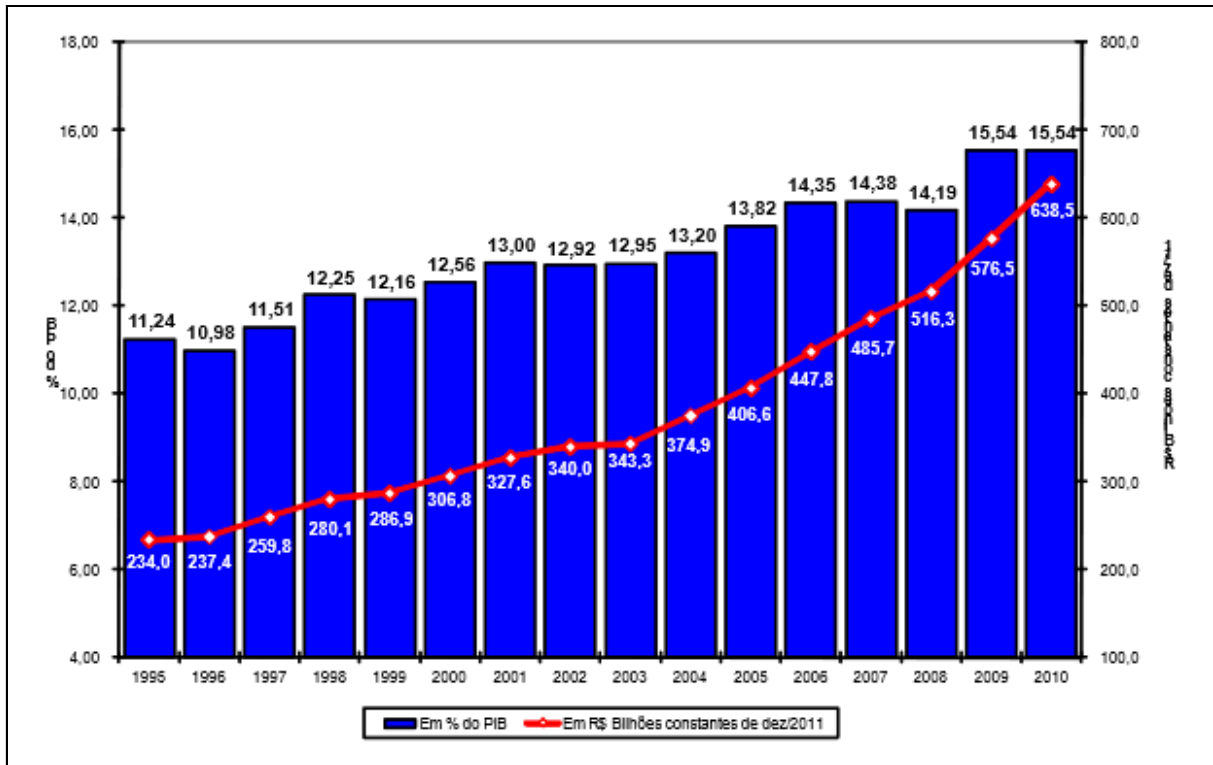
No Brasil, apesar de haver uma aparente melhoria em alguns aspectos das condições de vida⁵ da população - pois de acordo com o último Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2015), o país está na 75ª colocação no *ranking* do IDH, entre 188 países, com índice de 0,755, sendo o 13º melhor índice entre os latino-americanos, quando se trata em considerar a desigualdade na distribuição desse desenvolvimento humano, o Brasil fica com um IDH ajustado a desigualdade (IDHAD) em 0,557, perdendo 26,3% de seu IDH, ficando com um coeficiente de desigualdade humana de 25,6%, estando assim abaixo da média da América Latina⁶. De acordo com o relatório citado, das três dimensões consideradas no cálculo, a dimensão da renda *per capita*, quando considerada a desigualdade na sua distribuição, é o ponto que mais impacta a queda do IDH brasileiro, afetando em 38% na sua perda (PNUD, 2016). Esses dados trazem a necessidade de reflexão sobre as dinâmicas do Desenvolvimento no Brasil, e até que ponto realmente têm se tratado os seus aspectos estruturantes à luz de conceitos de desenvolvimento que incluam outros aspectos além dos relativos ao crescimento econômico.

Na última década, houve um investimento como nunca antes visto em políticas sociais de diversas áreas – habitação, educação, agricultura familiar, proteção social e transferência de renda, embora algumas dessas políticas sociais implementadas no Brasil nesse período possuam um caráter focalista e seletivista no seu desenho, e pouco universalista em sua estrutura. De acordo com IPEA (2012), entre 1995 a 2010, o Gasto Social Federal aumentou de R\$ 234,0 bilhões em 1995, para R\$ 638,5 bilhões em 2010, conforme o Gráfico 1.

⁵ O IDH desconsidera dados importantes de acesso a outros bens coletivos. O IDH no que diz respeito a dimensão sobre Educação, apresenta dados referente apenas ao acesso, desconsiderando a qualidade dos serviços.

⁶ A América Latina em 2015 teve média de 0,570 no IDH-D, coeficiente de desigualdade de 23,2% e 23,7% de perda total do IDH (PNUD, 2015).

Gráfico 1- Trajetória do Gasto Federal de 1995 a 2010



Fonte: IPEA, 2012.

SEN(2000) aponta para a necessidade de haver uma focalização em políticas como a de distribuição de renda, para promover a equidade⁷ e reduzir as desigualdades, trazendo o seu foco na redução da extrema pobreza, a exemplo do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e demais benefícios assistenciais direcionados aos mais pobres. Pesquisas mostram que houve uma redução acentuada nos níveis de extrema pobreza⁸, como indica o Gráfico 2 abaixo, o qual apresenta a relação entre programas de transferência de renda como fatores determinantes para essa redução.

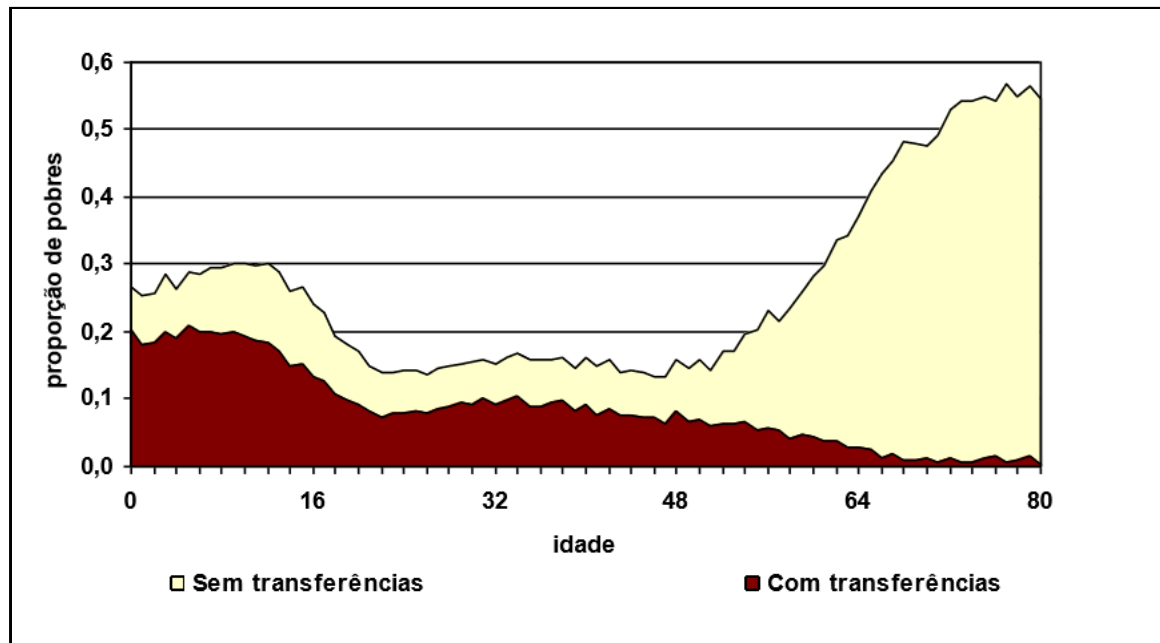
Consideramos que para além de programas seletivistas e focalizados, é necessário também o debate sobre que mudanças estruturais esses programas

⁷SEN (2000, p.156).

⁸ Dados do Banco Mundial(2015) apontam que a extrema pobreza teve uma queda de 64% no Brasil, entre 2001 e 2013, passando de 13,6% para 4,9% da população, apesar dos resultados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, o número de pessoas em extrema pobreza no Brasil subiu 3,7%, passando dos 10,08 milhões em 2012 para 10,45 milhões em 2013, voltando a ter um crescimento após dez anos consecutivos de forte redução - em 2003 (IPEA, 2014).

trouxeram para modificação do formato de Desenvolvimento desigual e combinado do país.

Gráfico 2- Efeitos das Políticas de transferência de renda sobre a pobreza (2008)



Fonte: IPEA, 2012

Observou-se, na última década, uma aprovação popular do período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, com um claro apoio por parte das classes subalternas, desde o operariado urbano até o campesinato, principalmente o que tem se chamado de subproletariado. Esses presidentes governaram com base em amplas coalizações que incluíram desde a classe trabalhadores até a burguesia interna nacional, passando pela burguesia bancária, de agronegociistas, mas que nos dias atuais observa-se a não mais existência de tal coalização e o esgotamento desse modelo de desenvolvimento implantado no primeiro mandato presidencial do PT.

Na expressão neodesenvolvimentismo, de acordo com Almeida (2012), o prefixo *neo* não significa simplesmente uma repetição. Há diferenças significativas entre o nacional-desenvolvimentismo e o *novo desenvolvimentismo*. Todavia há o que o autor chama de uma reprodução ideológica em ambos os modelos, no que diz respeito às relações de exploração e dominação de classe. Ele faz uma

comparação numa perspectiva política entre o governo de Juscelino Kubitschek e o Luiz Inácio Lula da Silva: no primeiro houve uma consolidação do capitalismo industrial no Brasil, e, no segundo, ao passo que implementou políticas sociais focalizadas, também impulsionou ações do grande/médio capital na economia brasileira.

Passamos na seção seguinte a tratar especificamente da temática da *Questão Regional* do Nordeste, no intuito de trazer uma contextualização da região onde se desenvolve esta pesquisa, abordando as questões econômicas, sociais e históricas que estão na base da formação da região NE, e do desenvolvimento desigual e combinado do próprio país.

No intuito de compreender a *Questão Regional do NE*, apresentaremos uma discussão breve sobre dois discursos emblemáticos elaborados sobre a região, os quais mostram duas linhas interpretativas distintas para explicar as dinâmicas socioeconômicas e históricas nele observadas, as quais refletem nos modelos de desenvolvimento nele observadas.

1.3 A Questão Regional e os Nordeste em questão

A temática da questão regional e as diversas visões sobre o Nordeste, representadas nas artes e teorias, nos remetem essencialmente a uma observação e análise sobre os diferentes *Nordestes* criados a partir de interpretações de filhos da região, bem como de observadores de outras localidades, os quais falaram muitas vezes pelo NE, e por isso essa região tem sido coberta de mitos, representado em livros, revistas e/ou jornais. Algumas visões sobre a região NE que foram disseminadas no decorrer da história e até os dias atuais, são carregadas de concepções, sendo discursos que se disseminam na literatura, em filmes e outras representações midiáticas que destacam a falta d'água, a seca, os cactos e seu bioma, os coronéis, os retirantes, em linguagens muitas vezes poéticas, que contam e constroem versões dessa região, enfatizando a pobreza e o atraso (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994).

A tentativa de trazer visões diferenciadas sobre o NE resulta de nosso interesse em considerar as diferentes apreensões construídas historicamente sobre

o NE como resultado do papel desempenhado por essa Região na formação econômica social do Brasil, as quais colaboram para a leitura da realidade social nesta região nos dias atuais. Acompanhamos Perruci (1994, p. 3) ao afirmar que “[...]a questão regional como foi construída passa necessariamente pelo desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil”, sendo decorrente de dinâmicas sociais e econômicas derivadas da posição que este lugar ocupou e ocupa na divisão internacional do trabalho. A formação histórica e a configuração do NE resultam de um processo social amplo, determinado por uma totalidade significativa, dentro do modo em que foi produzido o desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, onde os seus espaços internos também reproduzem esse modelo de Desenvolvimento.

A compreensão dessa totalidade significativa que resulta na formação socioeconômica do NE, passa pela compreensão de que a *periferia* e o *centro*, ou o *moderno* e o *atrasado* são aspectos que se complementam, pois o *moderno* só existe em função do *atrasado*, bem como a riqueza, o desenvolvimento só se nucleariza em um determinado espaço em razão do papel desempenhado pelas áreas periféricas, sendo algo dialeticamente ligado, participando, assim, da mesma natureza que é o processo de reprodução do sistema capitalista (PERRUCI, 1984).

Para uma reflexão sobre a *Questão Regional* se faz necessário realizar uma investigação dos momentos e razões históricas que a delineiam, do papel dos grupos e classes sociais no Brasil na apropriação do excedente da produção e da hegemonia política na região. Podemos visualizar na chamada *modernização da economia*, fenômeno que marcou a vida econômica nacional e regional no Brasil, a totalidade dialética dessa relação, com a instalação do aparato industrial nas primeiras décadas do século XX no Sudeste, e permanência do Nordeste como região agroexportadora e fornecedora de matéria-prima, insumos e mão de obra para o mercado interno (*idem*).

A formação econômica social do Brasil se constituiu de uma combinação de modos de produção demandados pelas dinâmicas do capitalismo centrado na Europa. No Brasil não foi gerado um modelo de produção econômico específico, voltado para atender as necessidades do país para o seu Desenvolvimento. Enquanto na Europa já se firmava a Revolução Industrial, o Brasil estava no início da sua formação econômica através de um capitalismo mercantil, atribuindo-se ao país

um papel econômico complementar e periférico no sistema capitalista mundial, desde o período colonial ao Brasil republicano, constituído enquanto Estado-Nação (PERRUCCI, 1984).

Essas características do Brasil nas suas relações externas se reproduzem internamente nas relações dos mercados regionais. Assim, apesar do Nordeste se estabelecer como o maior produtor econômico na fase do Brasil-Colônia, isso não acontece conforme interesses regionais ou nacionais, mas para complementar a acumulação e reprodução do capitalismo global.

O que se observa na relação entre o Brasil e as nações do capitalismo central é replicado na relação entre o NE e as regiões centrais da economia nacional: o Nordeste cumpre um papel periférico em relação à economia cafeeira e à posterior industrialização do Sul/Sudeste.

A maciça concentração industrial no Sudeste, a partir da década de 1930, beneficiou-se de crises cíclicas na Europa e EUA, e de duas grandes guerras mundiais, através da produção de bens de consumo não duráveis, configurando uma organização e divisão do espaço nacional de modo que para o NE, coube o provimento de commodities e emigração de força de trabalho (PERRUCCI, 1984). A partir de então, segundo Oliveira (*apud* PERRUCCI, 1984, p.21), esse processo se constitui na:

[...] substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional [...] o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país.

Desta forma, o Nordeste se constitui enquanto Região agroexportadora de cana-de-açúcar e de algodão, fornecendo matéria-prima para atender a indústria têxtil da região Sudeste e do exterior, caracterizando-se como dependente tanto internamente (frente à região Sudeste), como externamente, frente à divisão internacional do trabalho então em curso.

Ao longo do século XX, duas visões sobre o Nordeste ganham plausibilidade : uma, elaborada por Gilberto Freyre (1985); outra, por Celso Furtado (2009, 2014). Na próxima seção abordamos as interpretações desses autores, para posteriormente focalizar nas mudanças atuais no cenário socioeconômico vivenciado

nos últimos dez anos no NE, marcado pela implementação de políticas públicas voltadas para redução da pobreza e indução do desenvolvimento econômico social da Região.

a. Gilberto Freyre: identidades do Brasil e do Nordeste

Gilberto Freyre, oriundo de Pernambuco, ganhou destaque no campo dos estudos da identidade brasileira e da região NE pela análise da mestiçagem na formação histórica e social do Brasil, nas obras *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Nordeste* (1937), as quais se constituíram em marcos da interpretação da brasilidade.

Em *Casa Grande e Senzala* (1933), o autor usa de detalhes através de uma linguagem literária para tratar da vida política e cultural brasileira, trazendo em seu texto elogios à miscigenação, tendo como cenário empírico sua vivência em Pernambuco. Freyre (1933) notabilizou-se por questionar perspectivas então correntes de inferioridade de raça e de fraqueza do povo brasileiro, devido à miscigenação. Ele se contrapõe e apresenta uma análise sob uma perspectiva positiva da mistura que ocorre no país, abordando-a em seus aspectos de ganhos socioculturais.

Descrindo a situação de encontro e mistura das etnias africana, indígena e portuguesa em termos de uma *democracia racial*, Freyre tem sido criticado pelo que seria uma contribuição para a eufemização da violência colonizadora e dos conflitos ligados ao racismo. Vejamos um exemplo da crítica que se formula à sua visão das relações Inter étnicas no Brasil:

A história brasileira não é compreendida em termos de ruptura, conflitos, mudanças bruscas. Ela é vista como uma história pacífica, tranquila, integradora das diferenças. A narrativa de Freyre, assim que percebe conflitos, produz a sua dissipação. Os conflitos são percebidos, não são escamoteados, mas administrados. [...] Aqui, o senhor é ameno com o escravo, o branco com o negro e o índio. Mas essa amenidade, ao invés de apagar a diferença, intensifica-a. Se o escravo se rebelar, o senhor esquecerá as suas boas maneiras. É uma interpretação do Brasil válida enquanto continuamos uma sociedade conservadora. (REIS, 2000, p. 80)

Segundo Freyre (1933), no Brasil a miscigenação teria como resultado positivo a diversidade cultural do país, e através do seu olhar a partir do engenho de

açúcar e da *casa grande*, o mesmo entende estes como *microcosmos do Brasil* (PALLARES-BURKE, 2007), ao apresentar a relação patriarcal de senhor e escravo e a síntese cultural entre o indígena, o negro e o branco, Freyre apresenta sua visão dos marcos centrais da formação histórica, social e econômica de todo território nacional, mas sem tratar das desigualdade que constituem tais relações.

Na sua obra *Nordeste* (1937), Freyre traz uma análise da ecologia social desta Região, por meio da representação do NE através das regiões úmidas, dos canaviais, tendo como objeto empírico a Região da Mata, em Pernambuco. Outra vez, o cenário apresentado é o do engenho de açúcar e da *casa grande*, sobre a qual afirma que a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro [...] não sendo apenas a expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral (FREYRE, 1937 *apud* PALLARES-BURKE, 2007, p.90).

Sob essa perspectiva, Freyre trata nessa obra do Nordeste agrário, discutindo não apenas como os europeus se adaptaram a essa Região mas como eles conseguiram o domínio sobre esse meio, terra esta de “[...] manchas avermelhadas e pretas, pegajenta e acomodatória que se desenvolveu a civilização moderna mais sedentária que o português fundou nos trópicos”. (FREYRE, 1937 *apud* PALLARES-BURKE, 2007, p.91). Nesta obra Freyre traz uma visão de um Nordeste farto, de *negras gordas*, dos muitos e pequenos rios, do cultivo da monocultura açucareira, da degradação das florestas tropicais para o plantio de cana-de-açúcar, da expulsão da fauna nativa e importação dos animais domesticáveis à expansão do mercado do engenho. Ele apresenta a monocultura latifundiária como uma das grandes heranças desse Nordeste, “[...]sendo a grande doença, raiz de todas, tornando todos escravos de cana. Escravos do açúcar (FREYRE, 1937 *apud* PALLARES-BURKE, 2007, p.92).

Mas no que se refere ao outro Nordeste, o do Semiárido, Freyre escreveu pouco sobre este Nordeste da seca, do sofrimento do retirante, do cangaço e dos coronéis, acompanhando uma tendência observada na época, fazendo apenas algumas viagens ao Sertão Nordestino, com algumas declarações como a que consta a seguir: “[...]em contraste com o caráter da mata, que é senatorial no repouso que oferece às forças propriamente mentais e provoca lagor, a paisagem do

agreste, ascética e dura é estimulante e riquíssima em sugestões” (FREYRE *apud* PALLARES-BURKE, 2007, p.96).

Aos olhos de Freyre viam-se duas sub-regiões no NE brasileiro: “[...]uma chamada de civilização do couro e outra de civilização da cana-de-açúcar, na qual, a doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões” (FREYRE *apud* PALLARES-BURKE, 2007, p.101). Para ele, “[...]enquanto o sertão úmido gerara boas maneiras e gestos suaves o semiárido gerava homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem nenhuma doçura” (idem). De acordo com Freyre (1937), o semiárido propendeu a atrair as pessoas mais aventureiras, as quais não se adaptaram à disciplina do engenho e à sua estrutura social hierárquica. A civilização do couro, segundo Palhares-Burke (2007), seria a dos mais orgulhosos, individualistas, ou ousados, que se envolveram com a atividade que lhe dava mais liberdade, a exemplo do cultivo da mandioca e o pastoreio no agreste. Freyre (idem) compara o sertanejo com os empreendedores bandeirantes de São Paulo, ao tratar de suas características sociais (PALLARES-BURKE, 2007).

No que diz respeito às dinâmicas da formação socioeconômica do Nordeste e de Desenvolvimento Regional, percebem-se dois níveis de contradições; observa-se, de um lado, na sua gênese uma economia voltada para economia agroexportadora; e outra, voltada para o mercado interno, formada na região semiárida pela produção agrícola familiar de subsistência.

b. A visão de Celso Furtado sobre a formação socioeconômica nordestina e sua relação com o semiárido

Celso Furtado destacou-se pelas suas produções intelectuais na área do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, as quais conformaram a visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da qual foi diretor da Divisão de Desenvolvimento, de 1949 a 1957. Sua contribuição foi marcada pela ideia da necessidade da intervenção do Estado na economia para mudança do processo histórico de dependência econômica do país, constituída no âmbito das relações centro-periferia, na qual o centro é representado pelos países europeus e pelos Estados Unidos. Essa dependência era potencialmente instaurada haja vista a sua economia interna voltada para uma produção de produtos com um baixo valor

agregado no mercado internacional. Essa relação de dependência entre centro-periferia teria determinado os principais ciclos econômicos do país – o da cana-de-açúcar, o do ouro, o do café. Furtado (2014, p. 209) descreve a gênese da formação econômica brasileira nos seguintes termos:

Um povo de comerciantes criava a primeira organização produtiva agrícola do hemisfério ocidental, vinculada ao mercador europeu. As técnicas haviam sido aprovadas por experiências nas ilhas do Atlântico, e os meios financeiros estavam assegurados. A população local é dizimada, quando resistente, ou domesticada para a servidão. Comprovada sua insuficiência, cria-se a baixo preço um fluxo migratório de origem africana. Estava lançada uma operação transcontinental de grande envergadura, com o objetivo de criar um fluxo de exportação para um mercado situado a milhares de quilômetros. Dessa forma, os critérios econômicos sobrepõem a tudo. Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tão cabal por fatores econômicos.

Celso Furtado também trouxe contribuições para o estudo do desenvolvimento regional, principalmente no que diz respeito às problemáticas históricas que envolvem a desigualdade regional no Brasil, em especial as questões sociais e econômicas que afligem o Nordeste. O autor, através da sua atuação vanguardista na SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959), inaugura no Brasil um novo paradigma de desenvolvimento, voltado principalmente para o Nordeste brasileiro (HIRSCHMAN, 1969). Buscando correlacionar a teoria desenvolvimentista produzida na CEPAL com a prática institucional de reformas estruturantes, Celso Furtado desmitificou a naturalização da seca como determinante da condição subdesenvolvida do Nordeste perante a outras regiões, trazendo a formação histórica-política, organização econômica, e a estrutura fundiária como as principais causas da *Questão Regional* no Nordeste.

Com uma visão estruturalista, Furtado foi um dos autores que abordaram o que Freyre (1987) chamou de *outro Nordeste*, que, até a criação da SUDENE (1959), antecedida da Operação Nordeste, era tratado como *filho bastardo da pátria brasileira*, se comparado às regiões do Centro-Sul nacional do país (D'AGUIAR FURTADO, 2009). Em suas análises sobre a *questão regional*, apresentada nas obras *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, produzida pelo Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste, em 1959; *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984); *O Nordeste*, no seu livro *O Brasil Pós-*

Milagre (1981), o autor argumenta a favor de uma abordagem híbrida que conjugasse os fatores naturais e políticos para explicar as problemáticas da região.

De acordo com Furtado (*idem*), embora a região Nordeste se caracterize por seu clima semiárido e sua baixa pluviosidade, essas questões não são determinantes para definirem a desigualdade regional com o centro-sul do país. Essas diferenças seriam consequências de decisões políticas de investimentos e de estratégias de organização do Estado.

De acordo com Furtado (2014), a economia exportadora nordestina, teve sua gênese na metade do século XVI, e se operacionalizou nas terras úmidas do litoral, mas sem tardança criou sua própria periferia, o semiárido, o qual desde essa época tinha como principal economia a pecuária, e que diferente da economia de exportação do litoral, a pecuária do interior do NE tomava forma de uma economia de subsistência. Após o período de ouro do ciclo da cana-de-açúcar, o atrofimento da atividade agroexportadora do Nordeste foi em parte amortecido pelo seu setor periférico, tendo os investimentos nesta área rendimentos decrescentes.

Os colonizadores perceberam que a precipitação pluviométrica é menor e irregular quando se avança para o interior da região, com isso o sistema econômico e sociedade nordestina seguiram desde a sua gênese uma lógica que sujeitava de forma crescente a região aos graves efeitos das irregularidades climáticas (FURTADO, 2014).

Desta forma a influência da economia litorânea sobre o semiárido deu-se em duas perspectivas: através de uma demanda por animais de tração e de corte, e através da oferta de pessoal para ocupar territorialmente a sub-região, o que pouco pôde se relacionar a um projeto autônomo ou a razões geopolíticas como ocorrera na região sul ou centro-oeste do país, pois caso houvesse esse projeto, a região semiárida teria características socioeconômicas bem diferentes das que apresenta nos dias atuais. Assim, a instabilidade e declínio da economia litorânea de exportação implicaram na configuração socioeconômica da região semiárida, e foi esse cenário que possibilitou a ocupação dessa região (FURTADO, 2014).

De acordo com Furtado (2014), a partir do século XIX, com a expansão e diversificação do mercado internacional por produtos primários, como produtos agrícolas como óleos, ceras, com destaque para o algodão, devido à Revolução Industrial europeia e o avanço da indústria têxtil algodoeira, possibilitaram a

ocupação nas terras interioranas do Nordeste, sendo adaptadas à cultura do algodão, à expansão do seu cultivo. A partir dessa demanda econômica formam-se as grandes fazendas e o seus coronéis, ao mesmo tempo em que a produção de alimentos passou a ser realizada em áreas planas expostas às irregularidades de chuvas, fazendo nascer a cultura de retenção de água em barreiros e em açudes permanentes até os dias atuais (*idem*).

Ainda de acordo com Furtado (2014), os alimentos para o consumo local passam a ser produzidos pelos trabalhadores das fazendas em regime de meação⁹, em locais onde as culturas de ciclo anual são inviáveis. Esse sistema de meação assemelha-se com formas feudais de sociedade, nas quais as relações econômicas são controladas pelo dono da fazenda, gerando concentração de poder e dependência econômica por parte dos trabalhadores rurais em relação aos donos da terra, marcas determinantes das relações sociais da região semiárida nordestina.

As relações econômicas com o exterior são estritamente controladas pelo senhor da terra, e sendo meeiro do algodão e responsável pela produção dos principais alimentos que o consome, o trabalhador rural do semiárido tem estatuto de camponês, no sentido que ele é responsável por sua própria subsistência e vincula-se ao senhor da terra mediante a transferência unilateral de um excedente [...] o relacionamento do trabalhador com o exterior restringem-se à compra de alguns bens de consumo, na medida em que o permite a renda monetária proporcionada pela meação. Não se vinculando ao mercador como produtor, tampouco como superior a mão de obra, o trabalhador da grande fazenda surgida no século XIX no Semiárido tem um estatuto próximo ao dos camponeses submetidos ao sistema de servidão. (FURTADO, 2014, p.215)

No que se refere ao fenômeno da seca, como conhecemos na atualidade, dificilmente poderia explicar-se apenas restringindo a análise ao quadro natural. As suas consequências são potencializadas pela estrutura socioeconômica das relações sociais no semiárido, marcada por um alto nível de concentração de terra e de poder, cabendo para o trabalhador e sua família a produção de alimentos destinada ao autoconsumo, sendo essa estrutura econômica a mais frágil de todas. De acordo com Furtado (2014), é a produção de alimentos de autoconsumo que mais depende do nível e distribuição mínima de precipitação pluviométrica anual.

⁹ Sistema de produção onde o agricultor trabalha em terras que pertencem a outra pessoa, ocupando-se de todo o trabalho, o meeiro e reparte com o dono da terra o resultado da sua produção. O dono da terra fornece o terreno, às vezes, a casa, um pequeno pedaço de terra para o cultivo de subsistência do agricultor e de sua família.

Havendo a irregularidade de chuvas é ela potencialmente afetada em primeira escala.

O fenômeno da seca agrava-se a partir da segunda metade do século XIX, tomando uma expressão de calamidade pública, não atingindo apenas o trabalhador, mas também a fonte de produção de riquezas dos donos das terras. A partir de então, o Estado começa a tomar as primeiras iniciativas no sentido de remediar os efeitos das estiagens, através de estratégias de acúmulo de água nas superfícies e abertura de frentes de trabalho emergenciais.

Essas iniciativas do Estado, de acordo com Furtado (2014), acabaram reforçando o *status quo* da Região, já que no período de secas o Estado encarregava os coronéis de coordenar as frentes de trabalhos (para construir estradas, barreiros) usando dinheiro público. Estes se beneficiavam através da expansão de sua influência, domínio e poder sobre o território, na medida em que, muitas vezes, os *barreiros* chamados de públicos eram instalados em áreas de controle dos donos das terras. Segundo Furtado (2014, p.216):

[...]o poder econômico e o poder político eram as duas faces de uma mesma moeda. Os aglomerados urbanos nada mais eram do que o prolongamentos das fazendas, residências secundárias dos senhores de terras e pontos de convergência de algumas atividades terciárias. A arrecadação de impostos, a polícia, a justiça eram exercidas por prepostos dos senhores de terras, em nome do governo federal. O cangaceirismo medrava nas dobras dessas disputas e constituía um abrigo para os que se punham fora da lei. A população trabalhadora, vítima e instrumento desses conflitos, dependia totalmente, para sua segurança, da proteção de um senhor. Esse quadro de isolamento reforçava a situação de dependência do trabalhador rural em face do senhor da terra.

O trabalhador rural ficava impedido de acumular riqueza, sobrando-lhe as estratégias de subsistência, não tendo margem para ficar com o excedente e não reproduzindo a sua unidade de produção, gerando imobilismo social e subdesenvolvimento dessa região, frente aos demais territórios nacionais.

A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo em mãos das classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste. (FURTADO, 2014, p.217)

Não é por acaso que o autor, em uma das suas célebres obras – *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, produzido no GTDN, em 1959, enfatiza, após a análise desse diagnóstico, que “[...] o problema do Nordeste estava na agricultura” (FURTADO, 1959, p.20), e a menos que o Nordeste reestruturasse todo esse sistema socioeconômico do setor agrícola, trazendo capacitação para oferta expansiva de alimentos, as formas de acesso ao desenvolvimento estariam tolhidas (FURTADO, 1984).

É no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que se inicia um plano contínuo e sistemático para tentar resolver as questões estruturais do subdesenvolvimento do Nordeste e minimizar as disparidades regionais no Brasil. Celso Furtado foi encarregado de elaborar o documento denominado *Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, no qual as análises comparativas feitas por Furtado (1959) entre as regiões denunciava que a região nordeste tinha:

1) uma proporção menor da população ativa no total da população: 31,1 contra 33,9%; 2) Uma proporção muito maior da população ativa ocupada na agricultura: 71,7 contra 51,1%; 3) Uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas: 1,3 contra 2,4 hectares; 4) Uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura [...]; em 1950, para cada hectare de terra cultivada no Nordeste havia 6.300 cruzeiros de capital imobilizado, contra 27.300 no Centro-Sul; 5) Um grau muito menor de capitalização nas indústrias, o que se pode aferir pelo fato de que, em 1950, a cada operário nordestino correspondia 1,55C.V. instalado nas indústrias, contra 2,34 no Centro-Sul. (FURTADO, 1997, p. 391)

No que diz respeito à desigualdade de renda entre as duas regiões:

[...]comparada com a do Centro-Sul, a renda *per capita* do Nordeste era inferior a um terço. Esta diferença era mais chocante que a existente entre o nível de renda *per capita* do Centro-Sul e a de países altamente industrializados, como a Alemanha. (FURTADO, 1997, p.391)

O autor aponta ainda nesse documento que o desenvolvimento com base no mercado necessitaria de uma diversificação da sua estrutura produtiva, que deveria atender às particularidades da economia nordestina (faixa úmida do litoral e o Semiárido).

No que diz respeito à industrialização no Nordeste, Furtado (1984, p.27) afirma que seria necessário “[...]definir um novo tipo de industrialização capaz de

gerar um verdadeiro desenvolvimento, pois sabemos de experiência que a tendência natural é favorecer indústrias sem qualquer vínculo direto com o mercado regional”.

Assim, o objetivo estratégico do autor tem uma natureza social, a partir da qual o desenvolvimento tem um caráter de melhoria das condições de vida da maioria da população, e este só seria obtido se:

[...]o salário médio acompanhar o crescimento da produtividade social média e se o diferencial de salários tender a reduzir-se. Uma política dinâmica de descontração de renda exige que seja mantido um elevado esforço de investimento e que seja efetivamente criador de novos empregos. (FURTADO, 1984, p.27)

Para a execução das propostas para o desenvolvimento do Nordeste contidas na *Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* e na *Operação Nordeste* (versão mais resumida para acesso da sociedade), foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, sendo esta uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, cuja primeira secretaria executiva foi exercida por Celso Furtado (1959 a 1964). A partir de então a SUDENE foi responsabilizada por coordenar, supervisionar e elaborar a execução de projetos através de planos diretores. Sob a supervisão de Celso Furtado foram criados: o I Plano Diretor da Sudene (1961-1963), que dá ênfase a incentivos relacionados à industrialização; e o II Plano Diretor (1963-1965), que traz um enfoque maior nas áreas de educação e treinamento de mão de obra, habitação, instalações portuárias e pesca, eletrificação rural para o Nordeste. Após o golpe militar de 1964, a SUDENE vai gradualmente perdendo sua autonomia, como afirma Pellegrino (2003, p. 112): Neste quadro, a execução do conteúdo reformista do GTDN tornou-se ainda mais improvável. Em suma: o golpe militar de 1964 eliminou o caráter reformista da Sudene.

Com o Ato Institucional nº 1 (AI-1), Celso Furtado foi exilado, perdendo seus direitos políticos por dez anos. A partir de 1980 volta a escrever sobre Desenvolvimento e Nordeste ganhando destaque para as obras *O Brasil Pós-Milagre*, de 1981; *A Nova Dependência*, de 1982 e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, de 1984.

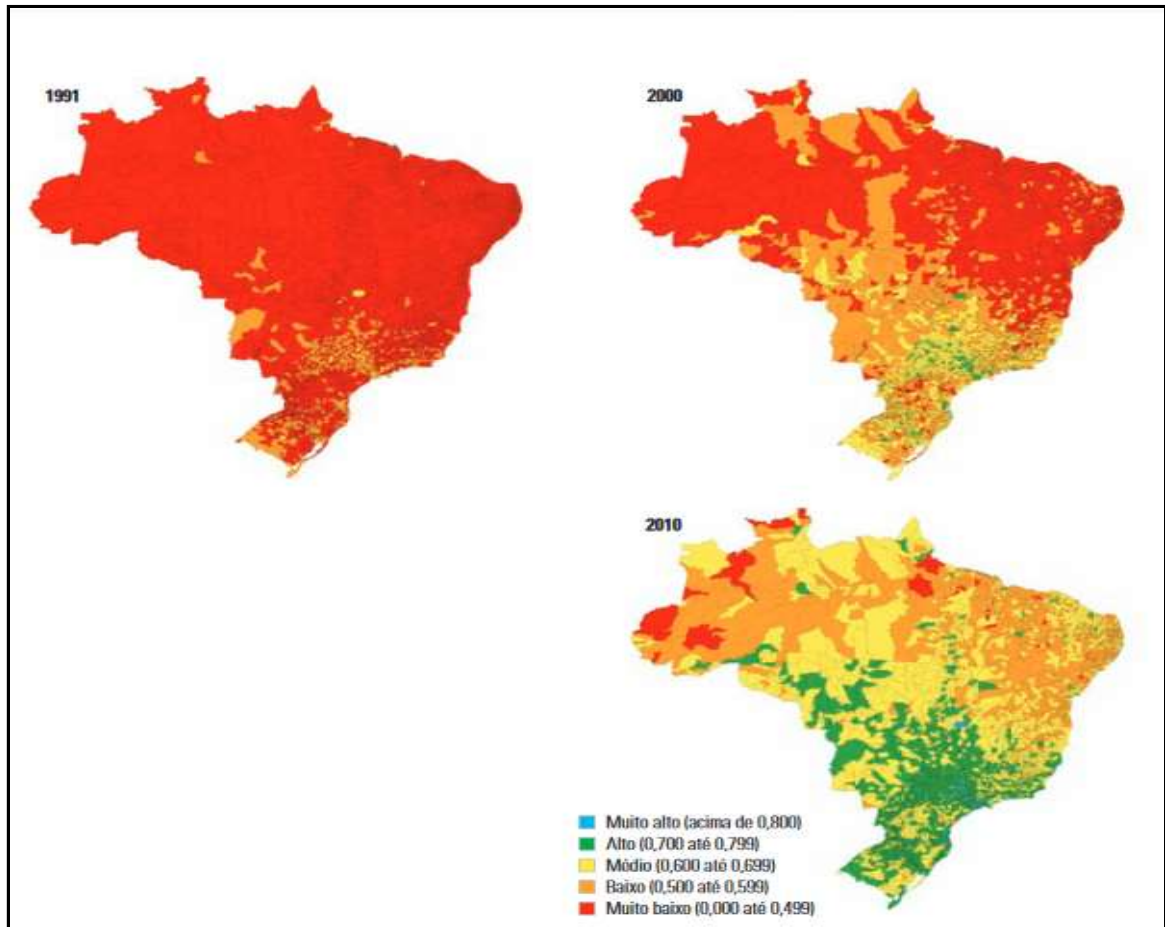
Podemos perceber, através das visões dos autores Gilberto Freyre e Celso Furtado, diferentes pontos de partida para explicação da formação social e

econômica do Nordeste, realizando uma análise atenta e ampla, podemos dizer que são tratados aspectos diferentes de uma mesma região, mas consideramos que ambas visões, apesar de serem opostas, contribuem para o estudo da realidade social do Nordeste hoje, refletida na evolução dos dados socioeconômicos secundários que consultamos e que compõem o cenário da nossa reflexão mais central neste trabalho.

c. Mudanças atuais no cenário socioeconômico regional brasileiro

Passaremos a tratar das mudanças atuais no cenário socioeconômico vivenciado nos últimos dez anos no Nordeste, frutos de investimentos públicos principalmente na área de proteção social. Percebe-se através dos dados da figura a seguir, a representação de “*dois países*” no que diz respeito à desigualdade regional, principalmente referente ao Desenvolvimento Humano, ou seja, o Brasil de 2010 diverge significativamente do Brasil de 1991, em termos de aumento de IDHM. É nítido um aumento considerável no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros entre os anos 1991, 2000 e 2010, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Em 1991, é possível perceber que os municípios brasileiros que possuíam IDHM elevados se encontravam na região sul-sudeste do país, já nos municípios das regiões Norte e Nordeste se concentravam municípios que apresentavam o IDHM Muito Baixo.

Figura 1- IDHM do Brasil dos anos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

De acordo com Araújo (2013), as mudanças vivenciadas no Brasil, tiveram impactos diferentes nas suas regiões, especificamente porque as políticas que modificaram a renda das famílias, como o Programa Bolsa Família (PBF), a Aposentadoria Rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e o aumento real do salário mínimo,= desempenharam um impacto muito maior no Nordeste (onde, de acordo com a autora, com base no PNAD/2009, 45% dos ocupados recebiam até um salário mínimo, frente à média brasileira que é de 26%) do que no Sudeste (pois o percentual de ocupados que recebiam até um salário mínimo é de 17,6%).

No Brasil, é percebido, a partir dos anos 2000, uma gradativa queda da desigualdade social acompanhada do aumento da renda, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3- Brasil: evolução dos índices da renda per capita nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal de 1960 a 2008



Fonte: BNDS (2013)

Vejamos na tabela 1 o que acontece no Nordeste, entre 2000 e 2010, em relação ao que acontece em outras regiões do país:

Tabela 1- Renda média per capita das regiões brasileiras nos anos 2000 e 2010

Área geográfica	2000 (R\$)	2010 (R\$)	Taxa percentual de crescimento médio anual 2000-2010
Nordeste	790,46	1.369,51	5,6
Centro-oeste	1.537,74	2.526,78	5,1
Sul	1.452,45	2.386,26	5,1
Norte	1.006,51	1.653,44	5,1
Sudeste	1.697,23	2.490,95	3,9
Brasil	1.372,51	2.127,33	4,5

Fonte: BNDS, 2013.

Pode-se também considerar que o Nordeste concentrava, nos anos 2000, mais da metade da população pobre do país, em municípios de pequeno porte e na sua zona rural. Por esse fato, a Região recebeu o montante de 55% dos recursos

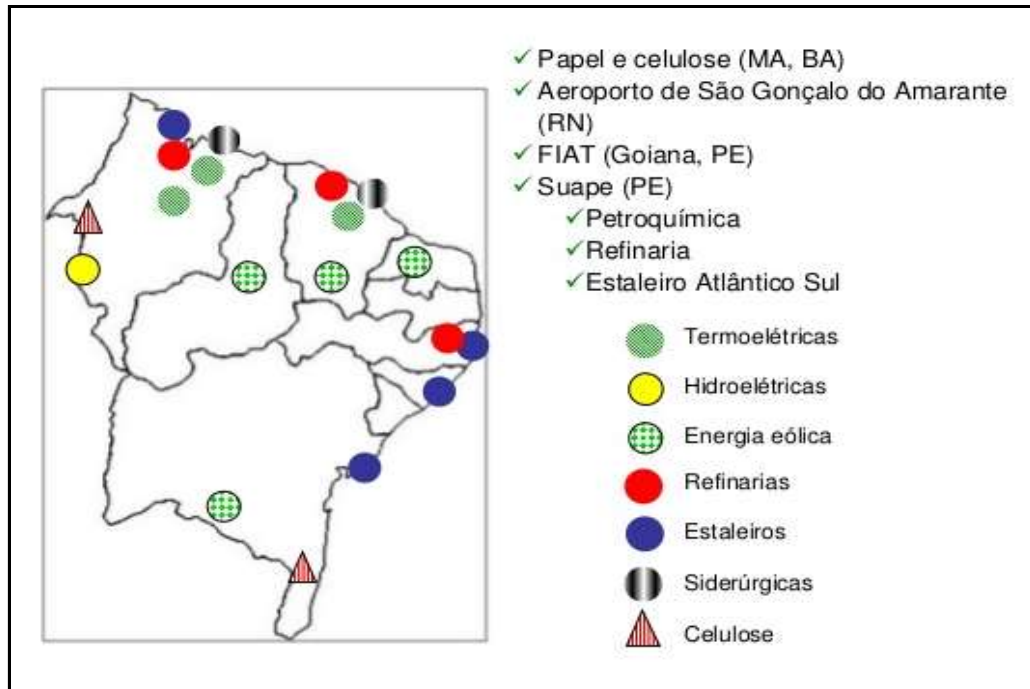
do Programa Bolsa Família(PBF) no período entre 2000 a 2010 (ARAÚJO, 2013), o que afetou diretamente as economias locais, como afirma Araújo (2013, p.547):

Nesses municípios, foi interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dava cobertura social aos beneficiados diretos, como também dinamizava as lojas, as farmácias, as padarias, as feiras semanais. Tal resultado não é identificado no outro grande endereço do PBF, a Região Sudeste, que capta o segundo maior volume de recursos, ou seja, 25% do total aplicado. Como ali é o domínio da pobreza urbana, e como a base produtiva é ampla e forte, o impacto do programa é apenas o de levar o manto protetor do Estado aos que vivem em situação de dura miséria no coração da região mais rica do país.

A partir dos governos de Lula, observa-se uma redução da *extrema pobreza* no Brasil, principalmente no Norte e Nordeste. De acordo ainda com Araújo (2013), não se percebe mais durante os períodos dos fenômenos de secas prolongadas a forte mendicância nas estradas e/ou saques nos comércios locais das cidades.

Embora os programas de transferência de renda tenham desempenhado um papel importante para algumas mudanças sociais no Nordeste, eles não foram as únicas causas dessas mudanças. Limoeiro (2014, p.8) aponta também “[...]a expansão das políticas federais que induzem à expansão da produção de regiões mais pobres [...], o maior ativismo industrial dos governos estaduais no Nordeste, atraindo novos investimentos para o seu território”, como fatores que contribuíram para as mudanças citadas, como consta na Figura 2.

Figura 2- Projetos estruturantes na região Nordeste 2006 a 2012



Fonte: BNDS (2013)

Como exemplo de outras políticas federais pode-se citar: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual estimulou a construção civil através do estímulo à estados e municípios na melhoria da infraestrutura regional/local, estimulando a criação de vários empregos formais, além da execução do Programa de Habitação Popular *Minha Casa Minha Vida*; o aumento da oferta de crédito, cuja relação com o PIB na região Nordeste passa de 25% para 45% entre os anos 2000 e 2010, liderando o crescimento no território nacional, dado que se refere tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica; além disso houve a ampliação do acesso ao ensino superior na região - de 43 *campi* de universidades federais, em 2002, para 230, em 2010, com a interiorização e a desconcentração do ensino superior, dentre outras (ARAÚJO, 2013).

Apesar das mudanças citadas, é preciso evidenciar que estas foram acompanhadas de alguns desdobramentos no período do Novo desenvolvimentismo, como, por exemplo: o aumento real do salário mínimo foi às custas da redução do salário de 60% dos trabalhadores à faixa de 1,5 salário mínimo; o financiamento da casa própria e aumento de crédito, se deu as custas do endividamento de 62% das famílias brasileiras, e a abertura do fundo público esteve

à disposição da especulação imobiliária; bem como a expansão universitária, foi a as custas da precarização do trabalho docente e técnico administrativo, e do comprometimento do tripé ensino, pesquisa e extensão(SILVA, 2016).

Desta forma essas políticas públicas desencadeadas na última década no país, se trataram de um reformismo social, expressaram uma tentativa de redução de desigualdades existentes no país, mas que não revelaram as questões estruturais, nem no plano teórico e nem no plano prático, da raiz geradora dessas desigualdades, pois vieram acompanhadas de ações do grande/médio capital na economia brasileira, que não trouxeram fortes mudanças na distribuição de riqueza no Brasil.

Além disso, ainda permanecem as desigualdades regionais históricas entre Nordeste e o Centro-Sul do país, principalmente no que se refere aos seus indicadores sociais - analfabetismo¹⁰, mortalidade infantil *etc.* De acordo com Araújo (2013), com base nos dados do IBGE(2010), o Nordeste era responsável, em 2000, por 12,4% do PIB do país; em 2010 esse percentual aumentou apenas para 13,5%. Possuindo 28% da população nacional em seu território, o rendimento domiciliar médio mensal no Nordeste representa apenas 55% da média do Sudeste (ARAÚJO, 2013).

Trazendo novamente a contribuição de Celso Furtado para tratar dos desafios atuais no que se refere à questão regional no Nordeste, pode-se destacar que o mesmo apontou ser necessário distribuir dois ativos estratégicos centrais: terra e a educação (ARAÚJO,2009), pois enquanto não se reorganizar a estrutura fundiária, através de uma reforma agrária, e possibilitar não só o acesso da população à educação, mas a estruturação e o fomento de uma política educacional de qualidade, a questão regional não será tratada em seus fundamentos.

¹⁰ Entre os anos 2000 e 2010, o analfabetismo teve uma queda de 12,8 para 9,0 no Brasil e de 24,6 para 17,6 no Nordeste. No entanto na área rural do Nordeste a taxa, ainda era de quase 30%, em 2010.

CAPÍTULO 2 - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: CONCEITOS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO

Como visto no primeiro capítulo, percebem-se mudanças no cenário socioeconômico no Brasil e especificamente na Região Nordeste nos últimos 10 anos, com nítidas alterações no quadro de seus indicadores sociais e padrão de vida da população em geral. Essas mudanças nos fazem refletir se há uma relação entre os períodos de governos democráticos, vivenciados a partir de 1988, principalmente os da última década, nos quais se multiplicaram os diversos formatos de Instituições Participativas (IPs) no Brasil e no Nordeste, e o desenvolvimento – aqui entendido enquanto melhoria nas condições de vida da população.

A Ditadura Militar foi o período em que mais se intensificou a desigualdade social no país (SOUZA & MEDEIROS (2015), principalmente nos seus primeiros anos, pois para tratar com a inflação e promover o crescimento econômico, foi promovida a redução do custo do trabalho, acentuando-se um grau de flexibilidade e precariedade das ocupações, observando-se uma cidadania regulada¹¹ (ARAUJO, 2009)¹².

Outra conclusão de Souza & Medeiros (2015) é a de que nos momentos históricos do Brasil nos quais há mais democracia, a luta e mobilização dos trabalhadores e da população é intensificada, e, em consequência disso, há uma redução na desigualdade da distribuição de renda, como, por exemplo, no momento histórico do primeiro e mais longo período democrático antes de 1988, entre 1942 e 1963, que tem seu término em um momento em que estava em curso um movimento

¹¹ A cidadania regulada é um conceito trazido por Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p.75-76), e de acordo com o autor, suas “raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (...) A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadãos restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei[...]A regulamentação da profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovando contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (Grifos do autor citado)”

¹² Havia uma estratificação dos cidadãos a partir das suas posições no mercado de trabalho, a partir da qual o direito a ter direito (proteção social) dependia de sua inserção profissional regulada pelo Estado.

pelas reformas de base do governo constitucional de João Goulart, antes do golpe dos militares (MEDEIROS & SOUZA, 2015).

Esses achados confirmam o ciclo vicioso instalado em momentos antidemocráticos, sobre o qual Macpherson (1977, p. 103) comenta que:

[...]não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um aumento antes da participação democrática.

A participação política e articulação dos sujeitos sociais é uns dos pontos chave, segundo Sachs (2008) e Bandeira (1999), para a promoção de uma nova perspectiva de Desenvolvimento. Para Bandeira (1999), se faz necessário que essa participação e articulação dos sujeitos sociais tenha um caráter territorial intermediário – ocorrendo no espaço entre o município e a esfera nacional da gestão pública –, e que possua uma temática não setorial e não segmentada, mas que aborde aspectos comuns dos territórios e comunidades. O autor afirma ainda que a participação da sociedade civil é necessária, possibilitando: (1) a consulta aos agentes primários e secundários, dando assim sustentabilidade ao processo de desenvolvimento; (2) processos de *accountability* dos bens públicos; (3) a potencialização da capacidade competitiva sistêmica da região; e (4) a identificação regional por parte dos sujeitos sociais.

Abordaremos a seguir algumas categorias conceituais relativo à participação, controle social e a própria democracia.

2.1 Uma abordagem teórica conceitual sobre Democracia; Participação e Controle Social

A temática da participação tem sido base para vários estudos ao longo dos anos, principalmente na ciência política. Este termo é objeto de vários paradigmas que formam o seu significado, suas dimensões, estando ligado com outros termos, tais como *democracia*, *representação*, *cidadania etc.*

Em termos históricos, a teorização sobre a participação tem origem na Grécia antiga, mas o estudo científico da mesma advém a partir do século XVIII, por meio

de Rousseau, Cole, Toqueville, no século XIX, através dos teóricos Owen, Fourier, Proudhon, Kropkin, dentre outros. No século XX pode-se destacar os teóricos Trotsky, Lenin, Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Gorz, Schumpeter, Mandel *etc.*

Partindo-se dos teóricos clássicos sobre Democracia e participação, Rousseau vislumbra a participação como uma forma de proteger os interesses privados dos cidadãos e assegurar um bom governo. De acordo com a sua teoria da *Vontade geral*, um indivíduo considera-se cidadão quando este quer o bem geral, e não apenas a sua vontade particular; sendo a vontade geral:

[...] aquela que dá voz aos interesses que cada pessoa tem em comum com todas as demais, de modo que, ao ser atendido um interesse seu, também estarão sendo atendidos os interesses de todas as pessoas [...] a vontade geral é aquela que traduz o que há de comum em todas as vontades individuais, ou seja, o 'substrato coletivo das consciências'. (ROUSSEAU *apud* PINTO, 2005, p.8)

Para Rousseau (1762), a participação possui várias funções, dentre elas está a função educativa, bem como a que faz com que as decisões definidas coletivamente sejam aceitas por todos.

A ideia de um *Bem Comum* como fim político-social, surge na filosofia política moderna com Rousseau (1762), para quem o bem coletivo era aquilo que a Vontade Geral dos cidadãos buscava. Desta forma, Rousseau é um dos teóricos que formula a teoria democrática clássica, tendo o modelo democrático como sendo a forma institucional que viabiliza a tomada de certas decisões com fim de realizá-lo. Esta forma se materializa pela atividade dos representantes eleitos, cujo fim é o cumprimento da vontade popular, sendo assim, a política seria guiada por esse bem comum. Rousseau (1762) estabelece a ideia de democracia direta, contrapondo-a à de democracia representativa, na qual a vontade só será de todos se tiver a participação de todos os cidadãos de um Estado, pelo ato legislativo, sendo a efetiva participação de um povo a garantia do bem comum e também dos direitos de cada cidadão.

No século XX o cenário do pensamento democrático é influenciado por Joseph Schumpeter. Este autor, em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), questiona a doutrina clássica sobre democracia, evidenciando a inconsistência de conceitos como os de vontade geral do povo e bem comum, já que não haveria nenhuma definição única do objeto descrito por essas expressões, com

a qual todos concordem pela força de um argumento racional. Isso se deve não apenas porque os indivíduos têm interesses e desejos distintos, mas porque a definição que os mesmos possuem sobre o próprio bem comum varia de acordo com os indivíduos e grupos. A partir disto decorre que a vontade geral também não existe, pois sua criação advém da concepção única do bem comum discernível por todos (AVRITZER, 2008).

Nas últimas décadas, as experiências democráticas geraram certo desencantamento com os resultados obtidos. Como destaca Przeworski (1994, p. 57), “[...]a experiência histórica tem demonstrado que a democracia é compatível com a pobreza e a desigualdade social e com a opressão nas fábricas, nas escolas, nas prisões e nas famílias”. Este desencanto com a democracia levou os cientistas políticos a reavaliarem a teoria democrática e proporem novas concepções à teoria democrática rousseauiana.

No arcabouço teórico da Teoria Democrática Contemporânea emergem linhas interpretativas distintas no que concerne ao modelo de democracia. Trataremos a partir de então especificamente sobre a Democracia Deliberativa, que se aproxima do objeto empírico de estudo desse trabalho, a ação dos Conselhos Gestores de Controle Social em suas relações com o desenvolvimento. Para tanto, a partir dos comentários de Faria (2000), abordaremos a visão de três teóricos, a saber, Jurgen Habermas (1997), Joshua Cohen (1997,1998) e James Bohman (1996,1997) sobre o tema.

Para esses teóricos, a legitimidade do processo democrático advém da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, sendo que esta participação irá além do ato do voto. Esses três teóricos afirmam que as instituições nas sociedades complexas não possibilitam a operacionalização do ideal da soberania popular (FARIA, 2000).

A base da teoria democrática deliberativa remete à ideia de que os processos de decisão dos governos sejam guiados pela deliberação dos indivíduos racionais em fóruns de negociação. Sendo assim, a tomada de decisão não seria um resultado da concorrência entre grupos de interesse nem através da agregação de preferências individuais, mas sim através de mecanismos deliberativos que teriam como fundamento a participação racional dos cidadãos nesses espaços públicos.

De acordo com Faria (2000), os teóricos se contrapõem quando buscam operacionalizar o conceito de democracia deliberativa, segundo a autora:

Habermas elaborou uma estratégia dual para resgatar o ideal deliberativo nas sociedades complexas [...] esse autor distingue a formação da opinião informal na esfera pública da formação da vontade formal das instituições. A opinião pública crítica pode influenciar as decisões daqueles que ocupam posições institucionais. A crítica de Cohen e Bohman à estratégia habermasiana está ligada ao fato de que aos cidadãos contemporâneos cabem, nessa visão, apenas criticar e influenciar as decisões das instituições e não a autoria de tais decisões. Com isso, afirmam os autores, Habermas subestima o potencial da soberania popular na democracia contemporânea e a possibilidade da deliberação efetiva. (FARIA, 2000, p.65)

Como alternativa à teoria de Habermas (1997), Cohen (1998) propõe uma Poliarquia Diretamente Deliberativa, a qual sugere a existência de espaços institucionalizados para a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão coletiva, na qual os atores da esfera pública resolverão seus problemas coletivamente, através de mecanismos democráticos diretos. Dessa forma, a esfera pública nesta alternativa também assume outra função, a de buscar formas de resolver problemas diretamente com as agências estatais, e não apenas possibilitar o debate público que pode vir ou não a influenciar a arena pública (FARIA, 2000).

Ainda sobre a visão desses autores sobre a democracia deliberativa, uma das categorias centrais para a análise proposta neste trabalho, Bohman sugere que:

[...] as instituições públicas burocráticas e administrativas criem suas próprias esferas públicas com o objetivo de operacionalizar a deliberação. Sem elas, essas instituições não poderão ser controladas e perderão a possibilidade de se tornarem mais reflexivas e democráticas, governadas pela razão política. (FARIA, 2000, p. 67)

A democracia participativa tem como componente básico a defesa da participação dos cidadãos na tomada de decisões. Na Sociologia, essa categoria de análise ganhou um significado associado a outra categoria que é a de exclusão social. Para Stassen (*apud* GOHN, 2001, p. 30) “[...] a participação é considerada como um fator de integração. Aprendendo a participar, o indivíduo pode ser integrado[...] a participação toma o significado de luta contra a exclusão”.

De acordo com o dicionário político organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986):

[...]o termo participação se acomoda também as diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde condição de simples espectador mais ou menos marginal à protagonista de destaque. (BOBBIO *et al.*, 1986, p.888)

Segundo Bobbio *et al.*(1986) há três tipos de participação: a presencial; a ativacional; e a participação propriamente dita. A primeira se refere a um comportamento menos intenso na contribuição para as decisões sobre coisas públicas, apresentando formas receptivas e passivas no agir do sujeito; a segunda se refere a um comportamento em que o sujeito realiza ações a ele delegadas de forma permanente; o terceiro tipo está ligado às ações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para a decisões em espaços políticos.

Outra contribuição importante para esse estudo é a de Cole (1919), que afirma ser apenas “pela participação em nível local, em associações locais, que o indivíduo poderia aprender a democracia” (COLE *apud* PATEMAN, 1992, p.55). Em sua época, Cole (1919), formulou uma proposta de participação que ia desde a “comuna local à comuna nacional”, passando pelos níveis regionais.

De acordo com Gohn (2011), a participação pode ser definida como: liberal, autoritária, revolucionária e democrática. Na primeira concepção, a *liberal*, dado o primado das bases do liberalismo, a participação deve ter como objetivo a garantia de uma ordem social que assegure a liberdade individual, ou seja, esta deve existir para possibilitar o fortalecimento da sociedade civil, no intuito de evitar as ingerências do Estado, no sentido da interferência deste na vida dos indivíduos. Desta forma, a participação na concepção liberal dá ênfase à estrutura da democracia representativa e seu avanço nos marcos das relações capitalistas, partindo do entendimento de que os membros da sociedade são iguais e que a participação seria a forma de busca da satisfação de suas necessidades (GOHN, 2011).

Derivante dessa concepção de análise da participação, segundo Gohn (2011), existem outras duas que são: a *participação liberal corporativa* e a *participação liberal comunitária*. A primeira advém da concepção que a participação é um movimento espontâneo dos indivíduos movidos por um chamado *bem comum*. A segunda se refere a uma forma institucionalizada de participação, centrada no

fortalecimento da sociedade civil por meio da integração entre os órgãos representativos desta e os órgãos deliberativos e administrativos do Estado.

O intuito da participação comunitária é que “[...] os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal de forma que as esferas do público e do privado possam se fundir” (GOHN, 2011, p.19). Essa concepção nos remete à ideia da formação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas na contemporaneidade. A problemática chave nessas discussões é a de que, no pensamento liberal, em termos da categoria participação política, não se colocam as questões das diferenças e lutas de classes e entre interesses de grupos sociais em geral.

Na concepção denominada por Gohn (*idem*) de *democrática* ou *democrática/radical*, o pluralismo é um princípio fundante, segundo o qual os sujeitos sociais são as peças principais dos processos participativos, sendo considerados cidadãos. Assim esses sujeitos sociais e as comunidades a que estes pertencem seriam corresponsáveis pela construção coletiva dos processos decisórios (GOHN, 2011).

A concepção denominada por Gohn (*idem*) de *revolucionária* tem como entendimento central que a participação possui como base fundante a formação de coletivos organizados de combate às relações de dominação, bem como a busca por divisão de poder político. Essa concepção questiona a democracia representativa e busca a substituição desta pela democracia participativa. Os teóricos dessa concepção defendem a ideia do “[...]controle do poder nas mãos da comunidade, o qual implica em uma redistribuição total de poder” (CORI *apud* GONH, 2011, p. 21) desta forma, a soberania popular é a base regulatória desta forma de democracia. Visualizamos nos dias atuais o aumento do individualismo e enfraquecimento de práticas de participação direta da população, as quais dificultam em certo modo a prática desse formato revolucionário da participação.

A concepção de *Controle Social*, se apresenta como algo para além da participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão pública, incorporando um sentido final de partilha de poder, quebra de hegemonias, e apropriação social dos bens produzidos coletivamente.

As concepções de Controle Social e de desenvolvimento são polissêmicas sendo usadas por correntes e tradições teóricas diferentes daquelas que o

elaboraram, configurando-as de modo que a sua significação primária se perde, e outras definições são subscritas sobre a mesma denominação.

O conceito de Controle Social que utilizamos aqui se aproxima da perspectiva de acompanhamento avaliativo exercido pela sociedade sobre o Estado, a qual se remete à concepção rousseauiana do *Contrato Social* (1762), em que o Estado republicano deve ser *controlado pelo povo*.

No contexto brasileiro, o Controle social é inscrito na Constituição Federal de 1988, em uma conjuntura histórica de um movimento amplo de redemocratização do Estado e suas instituições, associando-se com participação social na gestão estatal. Nossa análise inspira-se no que Raicheles (2008, p. 43 *apud* HERKENHOFFE & RABELO, 2011) define como:

[...]acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política. Permite participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados.

De acordo com Campos (2009, p. 22), “compreendido como um conjunto de ações de natureza sociopolítica e técnico-operativa, desenvolvido pela sociedade civil, com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais [...]”, o Controle Social possui no seu conceito e ação, três dimensões: técnica - que tem por perspectiva a fiscalização da gestão, dos recursos públicos pela sociedade civil, e o nível de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários; política – a qual se refere a mobilização da sociedade civil para ser participante das questões políticas, definindo a agenda governamental, e indicando prioridades; e a ética – com a construção de novos referenciais de atuação da sociedade civil no espaço público, como a soberania popular e a justiça social (CAMPOS, 2009).

Na concepção aqui discutida, o Controle Social vai enfatizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores e dos segmentos populares, na elaboração e implementação das políticas públicas, propondo novas relações ente o movimento social e a esfera da política institucional.

2.2 Os Conselhos de Controle Social no Brasil - origem e desafios

A origem normativa dos Conselhos de Controle Social (CCS) advém da Constituição Federal de 1988, que resultou de um período em que estavam em pauta pelos movimentos sociais, sindicatos e sociedade, formas exitosas de envolvimento da sociedade com a coisa pública.

Os CCS são novos arranjos institucionais definidos em legislação ordinária para consolidar a participação e controle social preconizados na atual Constituição, devendo os mesmos funcionar como instâncias que articulam a participação, deliberação e controle do Estado, possuindo características de órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, designados para a formulação, fiscalização e a avaliação das políticas públicas, em âmbito federal, estadual e municipal. Seu objetivo é a partilha do poder decisório e a garantia de controle social das ações e políticas estatais com fins da garantia e expansão de direitos, constituindo-se em uma nova institucionalidade, estando estes inscritos na perspectiva de Democracia Deliberativa e Participativa, que, segundo Gohn (2011, p.46), refere-se a:

[...] um sistema que mistura a democracia direta com a democracia representativa; diz respeito aos mecanismos de representação política, em que exista o envolvimento dos indivíduos como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, por meio de diálogos interativos realizados no decorrer do processo de participação, na geração e elaboração de políticas públicas.

Dessa forma, após a Constituição Federal de 1988, as experiências conselhistas, têm se multiplicado nas diversas instâncias de formulação e implementação de políticas públicas. Em 2001, os conselhos de saúde, cuja criação e instalação foram objeto de previsão constitucional, só não estavam presentes em 2% dos municípios; já os conselhos de assistência social só não estavam presentes, no mesmo ano, em apenas 7% dos municípios brasileiros (IBGE, 2001). Em 2009, de acordo com o IBGE, o Brasil possuía 25 mil conselhos municipais relativos a várias áreas de formulação e implementação de políticas públicas.

De acordo com um estudo realizado em 2012 e 2013 sobre o Perfil dos Municípios Brasileiros, (IBGE, 2015), no Brasil havia, aproximadamente, 351

conselhos estaduais. Diante desses dados, concordamos com Maricato (2011), que afirma: “Nunca fomos tão, participativos”, ao apontar que o tema da participação democrática está em pauta nas diversas bases normativas, legais de políticas públicas, agendas de movimentos sociais e organizações sociais na atualidade. Ou seja, nunca se ouviu falar tanto em participação no Brasil.

A autora acima citada discute as reais capacidades de transformação pelo *participativismo* hegemônico e institucionalizado que se instaurou no arcabouço burocrático estatal e nos movimentos sociais contemporâneos, argumentando que ele é limitado por possuir pautas fragmentadas e agendas especializadas, com horizontes restritos, pois tratam das partes ao invés do todo (MARICATO, 2011).

É necessário realizar a análise crítica sobre a qualidade da participação e a eficácia do controle social, sendo nossa pesquisa mais uma contribuição nessa direção. Analisar a gênese do *conselhismo*, as maneiras pelas quais estes espaços foram pensados e constituídos na conjuntura brasileira, trará contribuições para entender as suas contradições e tensões.

Há duas influências internacionais na criação das experiências conselhistas no país (CÔRTEZ, 1996; TEIXEIRA, 2001; SERAPIONI, 2004; RIBEIRO; RACHELLIS, 2012). A primeira, advinda de orientações de agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), para as políticas sociais, especialmente a partir do pós-guerra nos anos de 1950, período em que, devido à chamada *ameaça comunista* e à Revolução Cubana, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) aumentou suas ações nas políticas de desenvolvimento nos países do chamado *terceiro mundo*, nos quais se identificavam baixos índices de desenvolvimento social e os chamados *bolsões de pobreza*, componentes estes facilitadores de difusão do comunismo perante essas agências financeiras. Os EUA consideraram necessário manter e expandir sua hegemonia, influenciar a dinâmica econômica, social e cultural dos países da América Latina, frente à ameaça próxima representada por Cuba, através de estratégias como a criação de instituições multilaterais que atuavam enquanto mediadora de alianças entre bancos e empresas transnacionais no sentido de promover a integração regional e o financiamento de ações de desenvolvimento econômico, social e institucional na *periferia* do capitalismo.

No conjunto das diversas medidas e ações sugeridas, estava o estímulo do *desenvolvimento comunitário* nos países subdesenvolvidos, os quais implicavam na criação de modelos de participação da população para a corresponsabilização, junto com o Estado, pela prestação de serviços públicos, estimulando-se assim o *espírito de solidariedade e filantropia*, em uma perspectiva de democracia liberal, de redução de custos estatais (RIBEIRO; RACHELLIS, 2012).

Na década de 1970, em alguns países como EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, foram institucionalizados por meio de governos social democratas, iniciativas de participação direta da sociedade civil no sistema político. “A natureza dessa participação variava desde a mera consulta ou advocacia, até o envolvimento ativo destes participantes em comitês, comissões e conselhos” (CÔRTEZ, 1996, p.32). Além das já citadas organizações internacionais que também adotaram em seus programas para o Desenvolvimento o participacionismo, destacam-se o BID, a Organização da Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNFC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Outro marco importante em termos da influência no nível internacional para criação dos conselhos no Brasil é a Declaração dos Cuidados Primários em Saúde (UNICEF/OMS), fruto da Conferência de Alma-Ata (1978), a qual foi realizada durante a Guerra Fria, na URSS. A declaração do referido evento, que implicou na assinatura de um acordo entre diversos países, é uma das principais referências internacionais que deu origem à implantação efetiva de processos participativos dos usuários de políticas sociais, nesse caso especialmente na saúde. (*Idem*)

A implementação das diversas recomendações e metas até os anos 2000 na área da saúde, estipuladas na Conferência de Alma-Ata (1978), trouxe implicações que apontavam para dois caminhos – o de maior mobilização da sociedade civil para controle da gestão pública e fiscalização das instâncias burocráticas; mas que também exerceu a função de retirada de parte da responsabilização do Estado enquanto promovedor das políticas de saúde, convocando os usuários a serem cofinanciadores colaboradores, ou até mão de obra na construção das unidades e demais equipamento de saúde (CORTEZ, 1996; RIBEIRO e RAICHELIS, 2012).

Apesar das propostas reformistas de participação social e universalidade de acesso à saúde, a Conferência de Alma-Ata (1978) tinha como foco a racionalização dos recursos, voltando a atenção aos cuidados primários em saúde, evitando gastos

com procedimentos mais complexos. No Brasil e na América latina, em 1970, os programas de incentivo ao desenvolvimento de comunidade e aos cuidados primários em saúde tiveram também esse foco prioritário (CÔRTEZ, 1996).

A segunda influência internacional tem origem nas experiências conselhistas de inspiração socialista, especificamente na Comuna de Paris (1887) e nos Sovietes russos (1905), os quais influenciaram os movimentos sociais nos anos de 1980 no Brasil à criação dos conselhos populares (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012). A demanda por mais participação popular nesse período era advinda das classes populares, excluídas das arenas de decisão do poder dominante, a exemplo das oposições sindicais, comunidades eclesiais de base, associação de moradores *etc.* Especificamente na área da saúde, neste período, de ditadura militar e em plena Guerra Fria:

As orientações advindas da OMS/Opas cumpriram o duplo papel de legitimar propostas do movimento sanitarista nos órgãos públicos federais e oferecer a base legal utilizada pelo movimento popular de saúde nas negociações com o governo estadual de São Paulo para a criação dos conselhos populares de saúde. Em várias regiões do país a partir de iniciativas semelhantes, setores progressistas disputavam o sentido e o significado da participação junto à população. Assim, a confluência de iniciativas promovidas por setores da Igreja Católica e da esquerda clandestina, com atuação em diferentes espaços e estratégias distintas, constituíram importantes bases de apoio à organização dos movimentos populares de saúde, que assumiram características próprias em cada região do país, de acordo com o acúmulo organizativo e as alianças estabelecidas entre as forças políticas presentes no seu interior. (RIBEIRO; RAICHELIS, 2012, p.65)

Com isso, o Movimento de Reforma Sanitária influenciou e fomentou a emergência de sujeitos coletivos que deram origem aos Conselhos Locais de Saúde, os quais foram precursores do fenômeno conselhistas de base crítica e popular, numa tentativa contra hegemônica de enfrentamento das propostas conservadoras da época, apresentadas pelos organismos internacionais, de caráter anticomunista.

Nesse período, a participação era palavra de mobilização e coesão dos movimentos sociais, entendida como forma de democratização do Estado e de seus aparelhos. De acordo com Demo (1988), a temática da participação envolvia mais do que uma demanda constituída em seu conteúdo, mas também um *grito* pela criação de canais de participação. A partir dessa discussão surge o debate a respeito dos

conselhos, influenciado pelas experiências conselhistas de inspiração socialista, como estratégia política contra hegemônica.

A partir de 1980, várias conquistas foram efetivadas no que diz respeito à participação política no Brasil. A primeira se refere à constituição de um campo democrático na sociedade civil, através da formação de uma cultura política de mobilização e de *lobby* direto como forma de encaminhar as demandas dos movimentos sociais da época.

A segunda se refere à criação de canais institucionalizados de participação da sociedade. As mobilizações por mais participação política nos anos de 1980 têm centralidade na ideia de que as políticas de participação da sociedade civil deveriam estar incorporadas ao planejamento administrativo, de forma que elas não se realizassem verticalmente, mas que as relações e decisões sobre questões públicas fossem horizontalizadas. Assim, as lutas por mais participação não pretendia apenas estimular debates, mas envolviam a reivindicação por planejamentos participativos da coisa pública, preconizando o estreitamento das relações entre a comunidade e o governo (GOHN, 2011).

Os anos de 1980 trouxeram várias dimensões e experiências de participação política. Dentre elas estava o debate sobre se esses canais de participação deveriam ser apenas consultivos, ou deveriam ser normativos/representativos, com poder de decisão. Desse debate surgiram as experiências dos conselhos de gestão da coisa pública, os quais foram criados legalmente em 1990 (conselhos de saúde, de assistência social, *etc.*), bem como de conselhos populares dos movimentos sociais. Todos esses possuíam como centralidade a participação política, mas diferenciavam-se entre si na medida que, nos primeiros, essa participação era exercida de forma indireta, e, nos segundos, de forma direta.

Portanto, podemos diferenciar a constituição de dois tipos de conselhos na década de 1980 à 1990: os *populares*, constituídos de participação de forma direta, compostos por apenas movimentos populares; e os *institucionalizados*, criados por lei em vários níveis de gestão (Federal, Estadual e Municipal), prevendo a representatividade e a paridade entre a sociedade civil e o Estado, e com a responsabilidade de exercer o controle social das ações do poder público, da formulação e implementação de políticas públicas (GONH, 2011). O segundo tipo,

em suas relações com concepções de desenvolvimento, é o centro do debate da presente dissertação.

A Constituição de 1988 garantiu a participação da sociedade por meio da gestão de políticas públicas, o chamado controle social. Essa participação pode ocorrer por meio de diversos canais; dentre eles instituíram-se os Conselhos de Conselhos de Controle Social(CCS). A referida Constituição, em seu artigo 194º dispõe sobre a seguridade social e seu objetivos, abordando a participação como forma de gestão democrática e centralizada do Estado:

[...]caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988, p.33).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 204, que trata sobre a política de Assistência Social, estabelece que:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes [...] participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988, p. 34)

Assim, os conselhos gestores foram institucionalizados, tendo um papel mediador da relação entre sociedade e Estado, inscritos na Constituição Federal de 1988 e em leis específicas posteriores.

Todo esse processo de mudança no cenário da participação política no Brasil foi fruto de lutas acumuladas nas décadas de 1970 e 1980 pelos movimentos sociais para que fosse garantido na Constituição Federal de 1988 esse pilar do novo Estado Democrático Brasileiro. Também foi necessário que houvesse vontade política para que esse novo espaço público se implantasse, estabelecendo-se regras de institucionalidade para que esses mecanismos de participação viessem a operar (RIBEIRO; RACHELLIS, 2012).

Os CCS estabelecem um novo cenário para a formulação e acompanhamento das políticas públicas, gerando uma nova institucionalidade pública, criando uma nova esfera pública não estatal, instituindo uma nova possibilidade de relação entre

Estado e sociedade, capaz de influir desde a formulação de políticas públicas até ao processo político de tomada de decisão.

2.2.1 A dupla face dos conselhos de controle social e o conceito de sociedade civil em Gramsci

Os CCS são canais de participação legalmente constituídos para o exercício do Controle Social, revestidos de prerrogativas deliberativas e fiscalizadoras, e instituídos em todas as esferas de governo. Estes são *locus* de disputa de propostas, projetos, embates políticos, negociação, articulação e construção de alianças, nos quais a formulação, implementação e avaliação das políticas sociais são mediadas pelas correlações de forças. Esses espaços podem ser contraditórios, uma vez que existem diferentes interesses em disputa, “[...]mas podem constituir-se em instrumentos abertos ao debate público, às proposições de estratégias para efetivar direitos já conquistados ou a construir” (TEIXEIRA, 1996, p. 14).

Desta forma, pensar nos Conselhos após o período de efervescência da conquista de sua institucionalização, requer entender que se, por um lado, eles foram criados para compor o campo democrático; por outro, eles atualmente podem viver os dilemas que se colocam contrários à constituição deste campo.

Para o aprofundamento da compreensão da temática do Controle Social, pressupõe-se uma abordagem conceitual de Estado e Sociedade Civil, que neste estudo se dará a partir das concepções obtidas em Gramsci, em que o Estado abrange tanto a sociedade política quanto a sociedade civil. A essa concepção se contrapõe, por exemplo, aquela elaborada por Bobbio (1997), de acordo com a qual as duas esferas são vistas como separadas, negando-se a unidade dialética entre sociedade e política, entre economia e Estado.

Para Gramsci, o Estado é “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados[...]” (GRAMSCI *apud* CORREIA, 2008, p. 113). Essa perspectiva aponta que, na intenção de instaurar o consenso, o Estado atende as demandas das classes subalternas, que, por sua vez, buscam ganhar espaços na sociedade civil, na tentativa de tomada de hegemonia de uma classe por outra (CORREIA, 2008).

Assim, para Gramsci, a Sociedade Civil é um espaço de lutas de classes pela tomada da hegemonia do poder político do Estado, no qual se expressa o conflito do capital e do trabalho. Essa concepção questiona o senso comum de que a Sociedade Civil estaria em luta contra o Estado, antes estes comporiam uma unidade orgânica.

Nesta perspectiva, dependendo da correlação de forças entre os segmentos organizados da sociedade civil, o Estado pode ser tomado pelas demandas da classe trabalhadora, possibilitando assim que as instâncias do Controle Social sejam potencialmente arenas de interferência desta classe na orientação dos gastos públicos do Estado, com o objetivo de atender as suas demandas (CORREIA, 2008).

É neste espaço atravessado por contradições da Sociedade Civil que os Conselhos de Controle Social (Conselhos Gestores) se encontram, funcionando como possibilidade de:

[...] as classes subalternas, neles representadas, defenderem seus interesses no sentido de influenciar e controlar, de alguma forma, os rumos, das políticas estatais [...] Contraditoriamente, estes Conselhos podem se constituir em mecanismos de consenso em torno das mudanças nas políticas públicas, de acordo com orientações neoliberais, na direção de realizar cortes nos gastos sociais e privatizar e focalizar tais políticas. (CORREIA, 2008, p.122)

Contextualizando a teoria de Gramsci sobre Estado e Sociedade Civil, para a conjuntura sócio política do período da redemocratização no Brasil, período em que os movimentos sociais faziam frente aos governos ditatoriais, e que os CCS foram criados, a sociedade civil acabou sendo idealizada como algo homogêneo, composta apenas por movimentos sociais, sendo assim pensada a partir da ideia de que sociedade civil ou o termo “civil” fosse tudo aquilo que se contrapunha ao Estado (BRAVO;CORREIA, 2012). De acordo com Coutinho (*apud* BRAVO; CORREIA, 2012, p.130),

Essa identificação foi facilitada não só porque na linguagem corrente, “civil” significa o contrário de militar, mas sobretudo porque, no período final da ditadura, até mesmo os organismos ligados à grande burguesia começaram progressivamente [...] a se desligarem do regime militar, adotando uma postura de oposição moderada.

Os conceitos de Estado e sociedade civil, que em Gramsci formam uma unidade, foram recorrentemente tratados como conceitos polarizados, contrapondo-se um ao outro, tendo essa relação assumido:

Os traços de uma dicotomia marcada por uma ênfase maniqueísta [...] tudo o que provinha da “sociedade civil” era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado por um sinal fortemente negativo; afinal, a sociedade civil era identificada em bloco com a oposição, enquanto o Estado era a expressão da ditadura. (COUTINHO *apud* BRAVO; CORREIA, 2012, p.130)

Desta forma, o conceito que dicotomiza a sociedade civil e o Estado potencializado a partir da conjuntura política da época, serviu para:

[...]demonizar de vez tudo o que provém do Estado (mesmo que se trate agora de um Estado de direito, permeado de resto às pressões das classes subalternas) e para fazer a apologia acrítica de uma “sociedade civil” despolitizada, ou seja, convertida naquele mítico “terceiro setor” homogêneo, falsamente situado para além do Estado e do mercado. (COUTINHO *apud* BRAVO; CORREIA, 2012, p.130)

Essa dicotomia entre Estado e Sociedade Civil é característica do pensamento liberal, e tem como eixo central o *politicismo*, que opaciza a relação entre estrutura econômica e a superestrutura política, como se fosse possível que a esfera política pudesse ser autônoma em relação à esfera econômica, negando assim as determinações sociais e as relações de classes existentes, impedindo a inteligibilidade do real, sendo assim atribuído:

Um véu ilusório de isenção classista ao Estado, colocando-o como árbitro imparcial da sociedade. A sociedade civil é tratada por um viés predominantemente político sem articulação alguma com a base econômica, constituindo-se em um espaço homogêneo sem contradições de classes. (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 133)

Concordamos com Dias (1999) e com Bravo e Correia (2012), em relação à ideia da oposição construída entre as classes e a forma Estatal, e não entre o Estado e Sociedade Civil. Esse debate é necessário quando se trata de teorizar e refletir sobre o papel dos Conselhos de Controle Social enquanto objeto de estudo, pois concebê-los enquanto instâncias alocadas no Estado, com um formato híbrido, por ter também representações da sociedade civil, e não considerar o seu corte classista, contraditório, não homogêneo, “[...] tende a minimizar a percepção dos

conflitos sociais e do seu papel na transformação social (DIAS *apud* CORREIA; BRAVO,2012, p.134).

Pensar de modo complexo a Sociedade Civil e os Conselhos enquanto espaços de controle social requer o reconhecimento de que estes são permeados por articulações dos movimentos e camadas sociais organizados, portanto, são espaços marcados pelas contradições e lutas entre grupos/estratos sociais/classes e seus interesses. Para analisar os CCS é, portanto, interessante acompanhar as transformações que eles tiveram ao longo do tempo, desde que foram criados, no período de redemocratização da sociedade brasileira.

Como já tratado nesta seção, os mecanismos de controle social foram pensados em uma conjuntura de efervescência de uma sociedade civil hegemônica por movimentos sociais progressistas, unificados ideologicamente com um propósito que era a redemocratização do país, nos anos de 1980. Mas o que se vê na década seguinte, período em que os mesmos foram implementados, é uma contrarreforma das conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, conjugadas por um refluxo dos movimentos sociais, havendo uma desapropriação das lutas coletivas por lutas corporativistas de grupos específicos da sociedade. Fala-se agora, por exemplo, em vez de movimento geral de trabalhadores, em *movimento social dos agentes de saúde*, ou das *crianças com câncer* ou em *movimento social das pessoas com deficiência visual etc.* Desta forma, percebe-se que os mecanismos de controle social foram implementados em um período no qual havia uma regressão dos direitos sociais no Brasil, devido aos impactos do neoliberalismo na economia nacional, em um contexto global de mundialização e financeirização do capital.

A participação e o controle social passam agora de uma condição de resultado da mobilização social para uma condição de obrigatoriedade, estabelecida através da própria Constituição Federal de 1988, e das demais leis orgânicas que regulamentam as políticas públicas objeto do controle pela sociedade. Para que os CCS, enquanto instâncias institucionalizadas de participação, efetivem-se como espaços de ampliação de direitos sociais, pensamos com Dias (*apud* BRAVO; CORREIA,2012 p.134), em sua compreensão de que a legalidade:

[...] apesar do ocultamento do seu caráter classista, pode e deve, na sua contraditoriedade, ser um espaço de luta, no qual se constroem, ou podem ser construídas as identidades de classe, os projetos de hegemonia. A democracia, mesmo a mais limitada, interessa mais aos trabalhadores do que a ditadura mais esclarecida do Capital.

Desta forma, o desafio analítico relativo aos espaços de controle social institucionalizados no Brasil (Conselhos; Conferências *etc*) se refere aos mecanismos subjacentes que determinam o seu funcionamento, às tensões e modos de lidar com os conflitos de interesses neles em curso e à relação que eles têm estabelecido com processos de construção de projetos de desenvolvimento diversos, para a permanência das relações desiguais de dominação vigentes.

Cientes da armadilha da qual temos que escapar, a de analisar a partir do *dever ser* essas instâncias, como o observado em alguns trabalhos que os têm como objeto de estudo, passamos a abordar próxima seção especificamente a constituição dos CCS nas Políticas de Saúde e da Assistência Social, apresentando os marcos históricos e legais dessas políticas e da formação de seus respectivos conselhos.

2.2.2 As Políticas de Assistência Social e de Saúde no Brasil – formação e o controle social

A história das políticas sociais de Assistência Social e de Saúde no Brasil acompanham a evolução das políticas sociais de proteção social como todo, em que, até 1988, a maioria das formas de proteção social brasileira foi construída no modelo de seguro social, ou seja, desfrutava dessa proteção quem contribuísse para tal sistema, representando assim uma cidadania restrita ou cidadania regulada (SIMÕES, 2008), apenas para aqueles que estivessem incluídos no mercado de trabalho, ficando a população desempregada, com trabalhos não regulamentados, criança e idosos pobres, *etc.*, a mercê da filantropia e da caridade.

a. O Movimento da Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde

O contexto do final dos anos de 1970 e início de 1980 tem como cenário a redemocratização formal do Brasil. Os movimentos sociais, como toda a sociedade, estavam em busca de políticas de proteção social que abrangessem o trabalhador e

o cidadão de forma universal. A partir de então, surgem movimentos sociais como, por exemplo, a Reforma Sanitária, que através de uma articulação processual com outros movimentos sociais, aumentaram o *lobby* perante o Estado, com o objetivo de enfrentar a situação caótica de serviços de saúde pública, ampliando as reivindicações no sentido de trazer soluções frente ao modelo seletista de saúde existente.

Diversos atores sociais, como sindicatos das categorias profissionais da saúde discutiam esse modelo excludente de acesso à saúde, bem como as epidemias, as endemias e a degradação da qualidade de vida do povo. Desta forma, o movimento pela transformação da saúde agregou-se com outros movimentos sociais, que tinham em comum a luta pelos direitos civis e sociais percebidos como dimensões inerentes à democracia (CONASS, 2007). Influenciados pela conferência internacional sobre a Atenção Primária à Saúde, realizada em Alma-Ata, em 1978 (marco internacional do direito universal de acesso à saúde, já citada anteriormente), os Departamentos de Medicina Preventiva (DMPs) estabeleceram a base institucional que gerou conhecimentos sobre a saúde da população e o modo de organizar as práticas sanitárias, numa perspectiva do *processo saúde-doença* como uma questão da coletividade (ESCOREL, 1998).

A partir do início da abertura política, em 1974, no governo Geisel, o Movimento pela Reforma Sanitária apresenta propostas no sentido de democratizar o acesso à saúde, saindo de uma concepção de saúde individualista, assistencialista e apenas curativa, para uma saúde com perspectivas preventivas, de abordagem coletivista. Em 1985, com o fim do regime militar, as lideranças do movimento pela referida reforma começam a ocupar instâncias governamentais responsáveis pela Política de Saúde no Brasil.

Como marco histórico desse movimento e início da criação de uma política de saúde universal no Brasil, acontece, em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, durante a qual foram lançados os princípios da Reforma Sanitária. Contando com cerca de 4.000 mil pessoas, foram debatidos temas inovadores, sobretudo a instituição de um Sistema Único de Saúde, de acesso universal, com inspiração no modelo inglês, bem como a relação entre a saúde pública e a sociedade, partindo do pressuposto da participação social (CONASS, 2007). O documento final da 8ª Conferência Nacional de Saúde definiu o conceito de saúde como:

[...]resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, e assim antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato, define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento. (BRASIL, 1986, p.382)

O relatório final e anais dessa Conferência serviram como documentos de base para as discussões na Assembléia Nacional Constituinte e elaboração do próprio texto referente à Saúde na Constituição Federal de 1988, a qual reconhece a saúde como um direito de todo cidadão, que deve ser assegurado pelo Estado, pautado pelos princípios de universalidade, equidade, integralidade e organizado de maneira descentralizada, hierarquizada e com participação da população (CONASS, 2003). Portanto, rompe com a estrutura seletista da saúde, até então vivenciada no país, segundo o qual o Ministério da Saúde apenas desenvolvia ações e campanhas de vacinação e controle de endemias e a assistência à saúde apenas beneficiava os trabalhadores com vínculos formais, segurados do INPS e seus dependentes, não tendo assim um caráter universal (BRASIL, 1986).

b. O arcabouço legal e o Controle Social no SUS

A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto a Saúde como parte do sistema de Seguridade Social brasileiro, o qual contempla mais duas políticas sociais – Assistência Social e Previdência Social. Diferentemente destas, a Saúde tem caráter universal de acesso, ou seja, todas as pessoas têm o direito de acessar essa política, independentemente de contribuição e/ou fatores de renda, sendo dever do Estado (União, estados, municípios e Distrito Federal) a sua execução. O artigo 196 diz que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, p.129)

A partir da Constituição Federal de 1988, as ações e serviços de saúde passam a constituir um sistema único – Sistema Único de Saúde, que:

[...] integra uma rede regionalizada e hierarquizada [...], organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III. Participação da comunidade.(BRASIL, 1988, p.129)

A partir do aparato constitucional, em 1990, promulgaram-se as suas leis complementares- Lei 8.080 e Lei 8.142, as quais tratam de forma detalhada da organização e funcionamento do SUS. Assim, a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, traz o conceito de saúde com caráter ampliado, sendo resultado de um conjunto de determinantes e condicionantes como alimentação, moradia, transporte, emprego, lazer, educação etc, onde os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País. Esta lei dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Seu artigo 198º traz os treze princípios organizativos e doutrinários do SUS, dos quais citamos: a universalidade de acesso; a integralidade de assistência; a equidade; a descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo, com ênfase na descentralização dos serviços para os municípios, com formação de uma rede regionalizada e hierarquizada dos serviços de saúde; a participação da comunidade, dentre outros.

Por fim, trata também de forma específica da definição das competências e das atribuições das três esferas de governo; do funcionamento e da participação complementar dos serviços privados de Assistência à Saúde; da política de recursos humanos; dos recursos financeiros, da gestão financeira, do planejamento e do orçamento. (BRASIL, 1990)

A Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, trata especificamente sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, entre outras providências. A mesma institui as Conferências e os Conselhos de Saúde em cada esfera de governo como instâncias deliberativas e participativas de controle social do SUS (BRASIL, 1990), estabelecendo em seu artigo 1º parágrafo 2º:

O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. (BRASIL, 1990, p.1)

Esta lei também trata sobre o repasse de recursos, a ser feito de forma regular e automática para os estados, municípios e Distrito Federal, devendo estas instâncias atender uma série de critérios, dentre eles: ter Conselho de Saúde, devidamente instituído por lei, com composição paritária de 50% de representação dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos, bem como relatórios de gestão que permitam o controle e fiscalização por parte dos respectivos conselhos de saúde (BRASIL, 1990).

A Resolução Nº 333, de 04 de Novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, trata das diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos conselhos de saúde em todo território nacional. De acordo com a referida resolução esse, processo de descentralização tem trazido a ampliação dos conselhos de saúde, que passam a se configurar como: Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos Distritais Sanitários Indígenas, estando sob a coordenação dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente (BRASIL, 2003).

Quanto à **quantidade de conselheiros e composição**, a referida norma estabelece que: ela seria determinada pelo próprios Conselhos e nas Conferências de Saúde, não devendo ser inferior a 10 nem superior a 20 membros, sendo as vagas distribuídas da seguinte forma: 50% de entidades de usuários; 25% de entidades dos trabalhadores de Saúde; 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos (*idem*). A composição dos Conselhos de Saúde:

[...] terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, poderão ser contempladas, dentre outras, as seguintes representações: a) de associações de portadores de patologias; b) de associações de portadores de deficiências; c) de entidades indígenas; d) de movimentos sociais e populares organizados; e) movimentos organizados de mulheres, em saúde; f) de entidades de aposentados e

pensionistas; g) de entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais; h) de entidades de defesa do consumidor; i) de organizações de moradores. j) de entidades ambientalistas; k) de organizações religiosas; l) de trabalhadores da área de saúde: associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe; m) da comunidade científica; n) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento; o) entidades patronais; p) de entidades dos prestadores de serviço de saúde; q) de Governo. IV- Os representantes no Conselho de Saúde serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos segmentos entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes. (BRASIL, 2003, p.2)

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, nenhum conselheiro poderá ser remunerado pelas suas atividades exercidas no Conselho, pois as mesmas e a sua função são consideradas de relevância pública, as quais garantem sua dispensa do trabalho para participação das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde, sem prejuízo para o conselheiro. O seu mandato é de 2 anos, podendo ser reconduzindo (*idem*).

No que se refere à **estrutura e funcionamento** dos CS, a Resolução 333/2003 e a Resolução 33/1992, do Conselho Nacional de Saúde, determinam que os governos estaduais e municipais deverão dar apoio e suporte administrativo para a estruturação e funcionamento dos Conselhos, garantindo dotação orçamentária para o seu funcionamento, secretaria executiva e estrutura administrativa, definidos por deliberação de seu plenário, a sua estrutura administrativa e suporte de pessoal para assessoria, sendo o seu orçamento autogerenciado pelo próprio conselho (BRASIL, 2003).

De acordo com as resoluções supracitadas, quanto ao aspecto de **organização das reuniões**, o colegiado de conselheiros se reunirá no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, podendo serem convocadas outras reuniões dentro do mesmo período. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência e as reuniões ordinárias e extraordinárias são abertas ao público. É importante frisar que, de acordo com o art. 12 da Lei n.º 8.689/93, a cada três meses, as reuniões ordinárias deverão ter em sua pauta a prestação de contas, através de um relatório detalhado, contendo o andamento da agenda de saúde pactuada, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, bem como a produção e a oferta de

serviços na rede assistencial própria contratada ou conveniada (BRASIL, 2003). A Lei supracitada trata também da organização das reuniões:

VI - O Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias. Grupos de trabalho poderão contar com integrantes não conselheiros. VII – O Conselho de Saúde constituirá uma Coordenação Geral ou Mesa Diretora, respeitando a paridade expressa nesta Resolução, eleita em Plenário, inclusive o seu Presidente ou Coordenador. VIII - As decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo da metade mais um de seus integrantes. IX - Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em Lei, e deve ser proposta pelo próprio conselho e votada em reunião plenária, para ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor do nível correspondente [...] XI - Os Conselhos de Saúde, desde que com a devida justificativa, buscarão auditorias externas e independentes, sobre as contas e atividades do Gestor do SUS, ouvido o Ministério Público. XII - O Pleno do Conselho deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade oficial. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo gestor ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo, quando necessário, ao Ministério Público. (BRASIL, 2003, p.3)

A resolução citada também traz vinte e quatro **competências dos conselhos de saúde** nas três esferas de governos, estando entre elas: Participar da formulação e definição de diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme os dados epidemiológicos do território e a capacidade organizacional dos serviços; Atuar no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propondo estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado; Aprovar projetos de matéria da política de saúde a serem encaminhados ao Poder Legislativo; Avaliar e deliberar sobre a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS, bem como sobre contratos e convênios, respeitando o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade; Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes

Orçamentárias; Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos; Discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento, sendo esta aprovação condição para o recebimento de recursos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2003).

Além dessas competências os Conselhos de Saúde devem criar estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, de forma articulada e intersetorial com outros conselhos de políticas públicas tais como os de assistência social, meio ambiente, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente. Através das ações estratégicas de ação intersetorial recomendadas pelas normativas que regulamentam o funcionamento dos Conselhos de Saúde, percebe-se o intuito de evitar que o planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessa política sejam realizada de forma isolada, com pautas fragmentadas e agendas especializadas, como trata a própria Maricato (2011).

c. O Sistema Único de Assistência Social: arcabouço legal e controle social

A Assistência Social consiste em uma forma de proteção social para todos aqueles que dela necessitar, garantia esta conquistada na Constituição de 1988. Mas, historicamente, tal política possui marcas profundas relacionadas à caridade, filantropia, e ao não direito. Fatores estes arraigados em um histórico das políticas sociais brasileiras que, desde a colonização até a Constituição Federal de 1988, sua gestão é feita com os entraves do paternalismo e clientelismo, culturas percebidas principalmente no perfil da Política da Assistência Social até a constituinte.

Com a Constituição de 1988, a Assistência Social recebe uma nova roupagem de política pública, inserindo-se no sistema de Seguridade Social brasileiro, sendo responsabilidade do Estado a sua gestão, execução e financiamento, e um direito do cidadão o acesso aos seus benefícios e serviços.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social - que é um sistema público, descentralizado, não contributivo - foi resultado do pacto federativo entre gestores públicos e a organização da sociedade civil. Suas atribuições e competências ocorrem nos três níveis de governo – federal (normas gerais,

coordenação e financiamento), estadual e municipal (normas locais, coordenação, financiamento e execução).

O SUAS constituiu-se como uma política nacional de Estado e não de Governo, tendo a universalização de direitos, a intersetorialidade, o controle social, o comando único, a centralidade na família, a garantia de financiamento pelas três esferas do governo e a garantia da proteção básica e especial como estruturas fundamentais da funcionalidade dessa política.

A Assistência Social é uma política estratégica, possibilitando a porta de acesso às demais políticas sociais, como saúde, educação, habitação, emprego e renda *etc.* Anteriormente, a sua normatização era estruturada segundo segmentos sociais (idosos, crianças, pessoas com deficiência, *etc.*). Atualmente o SUAS é organizado segundo os graus de complexidade de vulnerabilidade sociais que seus usuários apresentam.

Como marcos legais desta política temos as seguintes normas: a **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS** (Lei.8742/1993) – que cria uma nova matriz para a Assistência Social, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. É a Lei que institui e define o perfil da política de assistência social e lhe dá sustentação legal; o **Sistema Único de Assistência Social-SUAS** é constituído como política de estado pela Lei nº 12.435/2011, a qual também atualiza a Lei 8742/1993; a **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS/2004, Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS) - detalha a política de assistência social de acordo com as definições da LOAS, traçando o seu direcionamento em termos de gestão, serviços, controle e financiamento; as **Normas Operacionais Básicas** (NOB – SUAS/2005 Resolução nº130 CNAS e NOB- RH RESOLUÇÃO Nº 269/2006 CNAS, NOB 2012 – Resolução 33/2012 CNAS, dentre outras): que cria instrumentos de operacionalização da Lei e da Política.

O SUAS é o Sistema Único de Assistência Social, tendo como funções assistenciais a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos sociassistenciais. Organizando-se sob essa perspectiva de garantia de Proteção Social àqueles de quem dela necessitarem (BRASIL, 1988), é dividida em:

Proteção Social Básica, a qual incide sobre famílias cujos direitos ainda não foram violados, apesar de estarem em uma situação de vulnerabilidade social, tendo

ações exclusivamente preventivas. Em geral, tem um perfil heterogêneo em sua rede de cobertura, ou seja, executa serviços voltados ao atendimento de um amplo conjunto de demandas. Seus usuários são indivíduos e grupos que estão às margens destas situações, e que estão excluídos do acesso as políticas públicas, podendo estar com os vínculos comunitários e familiares frágeis e/ou vulneráveis em meio a uma deficiência (física, mental), podendo ou não estar inseridos no mercado de trabalho, mas estando em situações que tragam risco à vida individual e social. (BRASIL, 2004)

Os serviços de proteção básica são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS no nível municipal. Esses centros são os protagonistas na execução e implementação da política de Assistência Social, sendo a via de acesso a uma rede socioassistencial que a respectiva política oferece. São bases territoriais, localizadas em regiões previamente analisadas, que tenham áreas de grande risco e vulnerabilidade social. Essa unidade socioassistencial tem como programa de destaque o Programa de Atenção Integral à Família – o PAIF, o qual possibilita o acompanhamento e o apoio às famílias referenciadas, por meio da compreensão do que são funções básicas da família:

[...]prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculo afetivo e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições e com o Estado. (BRASIL,2004, p.35)

Assim, são serviços de proteção básica aqueles que promovem o protagonismo das famílias, fortalecendo os seus vínculos internos e externos, através de serviços que visem à convivência, à socialização, ao acolhimento das mesmas, como também à sua integração no mercado de trabalho. Dentre alguns desses serviços e programas estão:

Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; centro de convivência de idosos; serviços para crianças de 0 à 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; [...]programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; centros de informação e de educação , voltados para jovens e adultos. (BRASIL,2004,p.36)

Proteção Social Especial, a qual incide sua proteção sobre famílias que tiveram seus direitos violados e é classificada em Alta e Média Complexidade, dependendo se o indivíduo teve ou não seus vínculos familiares rompidos, e tem como seus usuários pessoas vítimas de violências sejam físicas, psicológica, moral e/ou material, pessoas dependentes de substâncias psicoativas, e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, de trabalho infantil *etc.* (BRASIL,2004).

Os serviços de proteção especial de média complexidade são executados de forma direta pelos Centros de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS a nível municipal (de acordo com o porte do município) ou regionalizado, o qual executa o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Além desses serviços existe os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que é responsável pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (*Idem*)

Os serviços de proteção especial de alta complexidade são executado por instituições de longa permanência (governamentais e não-governamentais) que executam: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

O SUAS define e organiza os elementos estruturantes de seu sistema de proteção social do seguinte modo:

Matricialidade sócio familiar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A política de Recursos Humanos; A informação, o monitoramento e a avaliação. (BRASIL,2004, p39)

Com a nova Política da Assistência Social, os municípios passam a ter um papel fundamental; dentre algumas competências está a gestão e implementação dos serviços e ações assistenciais em conjunto com a rede local, formada por instituições sociais não – governamentais provedoras de serviços assistenciais, que

participam do processo decisório da política nos conselhos de assistência social. Os municípios passam a ser classificados pelo seu porte populacional – Pequeno Porte I, Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte e Metrópole, e também por seus níveis de gestão - Gestão Inicial, Gestão Básica; Gestão Plena e municípios não habilitados.

Com a descentralização político-administrativa, objetiva-se o reconhecimento e caracterização das maiores necessidades da população, aproximando o Estado do cotidiano da mesma, permitindo uma maior cobertura socioassistencial de seus usuários. Esta ação não está imune à cultura clientelista arraigada na história das políticas sociais no Brasil, principalmente no que se refere aos municípios de pequeno porte. Nesse aspecto, o papel de controle social a ser desempenhado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) é estratégico para colaborar no combate a tais práticas.

Os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), criados através da Lei 8.742/1993 (LOAS), atualizada pela Lei nº 12.435/2011, são definidos como instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social (SUAS), sendo permanentes e com composição paritária entre governo e sociedade civil, estando, nas três esferas de governo, vinculados aos órgãos gestores – respectivas secretarias de assistência social, os quais devem prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos necessários (materiais, humanos e financeiros) para as despesas decorrentes de passagens e diárias dos conselheiros quando estiverem no exercício de suas atribuições (BRASIL, 2011).

No que diz respeito à composição dos Conselhos de Assistência Social, a referida lei determina que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e os conselhos das demais instâncias sejam compostos por dezoito membros e seus respectivos suplentes, distribuídos conforme o seguinte critério: nove representantes governamentais; nove representantes da sociedade civil. Dentre esses representantes da sociedade civil, 3 membros são representantes de usuários ou de organizações de usuários; 3 são representantes das entidades não governamentais (ONGs, associações *etc.*) e 3 são representantes dos trabalhadores do SUAS. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e os demais conselhos estaduais e municipais serão presididos por um de seus integrantes, o qual é eleito pelos seus

membros para mandato de um ano, permitida uma única recondução por igual período (BRASIL, 1993).

Os Conselhos de Assistência Social assemelham-se aos Conselhos de Saúde no que diz respeito à estrutura, organização e competências, devendo também serem criados através de Lei específica. Suas reuniões também ocorrem mensalmente de forma ordinária, e de forma extraordinária em período menor, quando necessário. Suas manifestações também são feitas por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos, dando-se lhes publicidade oficial. Ao todo, a Lei 8.742/1993 (LOAS), atualizada pela Lei nº 12.435/2011, traz quatorze competências dos Conselhos de Assistência Social, dentre elas estão:

I - Aprovar a Política Nacional de Assistência Social; II- normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; III – acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; IV – apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos conselhos de assistência social dos estados, municípios e do Distrito Federal; V- [...], convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; [...] VIII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo órgão da administração pública federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social; IX – aprovar critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; X – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados; XI – estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); XIII – elaborar e aprovar seu regimento interno; XIV – divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos. (BRASIL, p.20,1993)

Assim como ocorre no SUS, é condição também no SUAS para os repasse de recursos financeiros da Política de Assistência Social do Governo federal, aos estados, municípios e ao Distrito Federal, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, devendo estes terem composição paritária entre governo e sociedade civil. Assim também a Lei 8.742/1993 (LOAS), atualizada pela

Lei nº 12.435/2011 determina que a utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos estados, dos municípios e do Distrito Federal deverá ser declarada por meio de relatório de gestão aprovado pelo respectivo Conselho de Assistência Social, podendo-se requisitar informações complementares quanto ao uso dos recursos do Fundo de Assistência Social.

Realizadas as análises da formação histórica e do arcabouço legal das políticas de Saúde e de Assistência Social no Brasil, bem como apresentadas as dinâmicas normativas atuais do controle social dessas duas políticas, passaremos ao capítulo de análise dos dados referentes aos Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social das cidades de Caturité e Damião, na Paraíba.

CAPÍTULO 3 – A INFLUÊNCIA DA ATUAÇÃO DOS CMS E CMAS SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: O QUE PENSAM SEUS CONSELHEIROS?

Esse estudo constitui-se em uma pesquisa documental, exploratória descritiva e explicativa, de cunho quanti-qualitativa, tendo como objeto de pesquisa as concepções e ações de participantes dos CMAS e CMS sobre suas interpretações da relação entre a área do controle social e o desenvolvimento.

A pesquisa¹³ da qual aqui apresentamos a metodologia e resultados tomou como base dados primários e secundários. Os dados secundários foram acessados: (1) no *site* do Atlas de Vulnerabilidade Social do IPEA, a partir do qual coletamos os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)¹⁴; (2) no Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD/Brasil, onde coletamos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); e os Índice de GINI¹⁵ dos 223 municípios paraibanos; (4) no *site* da Fundação Getúlio Vargas, do Centro de Estudos de Economia Aplicada consultamos os Índices Sociais de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)¹⁶ paraibanos; e (5) no

¹³ Essa pesquisa foi submetida para avaliação do Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos, da Universidade Estadual da Paraíba, em fevereiro de 2017, CAAE: 64599217.9.0000.5187 e número de Comprovante 009433/2017, conforme documento em anexo, sendo aprovada em 22 de fevereiro de 2017, sem pendências pelo comitê. Em anexo se encontram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, Termos de Autorização Institucional, a Declaração de Concordância com Projeto de Pesquisa, Termo de Autorização para Gravação de Voz.

¹⁴ O IVS foi criado pelo IPEA em parceria com diversas instituições - Fundação Seade (instituição proponente); Iperdes (PR), Ceperj (RJ), SEI (BA), Fapespa (PA), Segplan (GO), FJP (MG), o qual utilizou dados colhidos pelos censos demográficos, para sua construção, culminando em um projeto desenvolvido por meio da parceria Ipea; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e a FJP, que gerou a plataforma - Atlas de Vulnerabilidade Social (IPEA, 2016). O IVS possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana- aborda a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no município, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda; IVS Capital Humano- aborda indicadores de mortalidade infantil; número de crianças e jovens que não frequentam a escola; número de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam; e IVS Renda e Trabalho- aborda a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil.

¹⁵ O Índice de Gini mostra o nível de concentração de renda de uma população em uma determinada territorialidade, e numericamente ele varia de zero a um, onde o valor zero significa uma situação de igualdade, ou seja, todos possuem a mesma renda, já o valor um representa que uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

¹⁶ O Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) é a média ponderada dos indicadores das dimensões Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação (H, R, T, S

site do IBGE *Cidades*, os dados sobre o Produto Interno Bruto(PIB) a preços correntes dos municípios paraibanos. Todos os dados pesquisados foram referentes aos indicadores sociais dos anos de 2000 e 2010, com exceção do PIB corrente, o qual o IBGE disponibiliza as informações referente aos anos de 1999 e 2009. O motivo da escolha de tais indicadores é o fato destes abarcarem os variados aspectos e dados das condições de vida e bem estar-social da população dos municípios – Habitação, Educação, Saúde, Transporte Público, Pobreza, Desigualdade, Trabalho/Emprego, Economia *etc.*

Os dados primários foram coletados a partir da realização de entrevistas estruturadas com 8 participantes de CMAS e CMS de Caturité e Damião. Para a seleção dos dois municípios em que fizemos as visitas e entrevistas com conselheiras, consideramos como universo da pesquisa os 223 CMAS e 223 CMS da Paraíba. Para a seleção dos dois municípios em que realizamos as entrevistas, os municípios da Paraíba foram estratificados em subgrupos de acordo com o seu porte populacional (padrão adotado pelo IBGE (2000); Política Nacional de Assistência Social (2004). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome), a saber: Municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 hab.); Municípios de Pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 hab.); Municípios de Médio Porte (de 50.001 a 100.000 hab.); Municípios de Grande Porte (de 100.001 a 900.000 hab.). Depois dessa estratificação dentro de cada subgrupo foram identificados os municípios com maiores e menores índices sociais, considerado os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS); Índice Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Índice de GINI e PIB corrente¹⁷.

Para a realização de entrevistas com participantes dos CCS citados selecionamos 2 CMS e 2 CMAS dos municípios com maior e menor variação percentual nos indicadores sociais, selecionados do estrato dos de Pequeno Porte 1, respectivamente o município de Damião (município de PP1 com maior aumento na variação percentual no IDHM), e Caturité (município de PPI com maior aumento percentual no Índice de Gini, de desigualdade social).

e E) padronizada pela média do Brasil. De acordo com o Sumário Executivo do ISDM/FGV, as fontes de dados para o cálculo desse indicador foram obtidas no IBGE(Censo Demográfico), no Ministério da Saúde (Sistema de Informação sobre Mortalidade e Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos) e no INEP (Prova Brasil).

¹⁷ Fontes: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>; <http://cmicro.fgv.br/data-sets> ; <http://www.firjan.com.br/ifdm/>

Foram realizadas entrevistas estruturadas com uma amostra de 8 conselheiras dos CMAS e CMS (4 representantes governamentais e 4 não-governamentais) dos referidos municípios, através de visitas *in loco* a esses municípios.¹ As pessoas que se dispuseram a prestar a entrevista para essa pesquisa foram do sexo feminino. A escolha destas conselheiras foram feitas pelos seus respectivos conselhos.

Nosso objetivo com as entrevistas foi a obtenção de dados sobre as compreensões dos conselheiros a respeito do Controle Social e sua relação com o Desenvolvimento e seus indicadores. Colhemos informações sobre a compreensão das conselheiras a respeito dos conceitos de:

- Desenvolvimento;
- Controle Social e seus indicadores;
- Os elementos que dificultavam e facilitavam o exercício das funções previstas para esses conselhos;
- As interpretações dos conselheiros a respeito de quais fatores contribuíram para a variação dos níveis dos indicadores sociais dos municípios identificados;
- A influência da atuação (aqui também entendida enquanto *não-ação*) dos seus Conselhos de Assistência Social e de Saúde sobre os indicadores de desenvolvimento dos seus municípios;
- Investigamos a existência de práticas e/ou ações inovadoras de participação popular e controle social, bem como as formas de envolvimento dos CMS e CMAS com essas práticas e ações, e se estas contribuem para o desenvolvimento local e/ou regional;

Os resultados referentes ao primeiro objetivo específico deste estudo, que é identificar por tamanho populacional os municípios na Paraíba que possuem os menores e maiores acréscimos nos índices sociais aqui analisados (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini; PIB) entre os anos de 2000 a 2010, foi realizado entre os meses de Junho e Outubro/2016.

Inicialmente, apresentamos dados sobre a distribuição do porte populacional dos municípios na Paraíba, e, após isso, apresentaremos algumas considerações

sobre os resultados dos municípios na Paraíba que possuem os maiores e menores acréscimos nos indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini; PIB), entre os anos de 2000 a 2010.

Após isso apresentaremos os resultados referentes à sistematização das respostas às entrevistas estruturadas realizadas com as 8 conselheiras dos 2 CMAS e 2 CMS dos Municípios de Caturité e Damião na Paraíba.

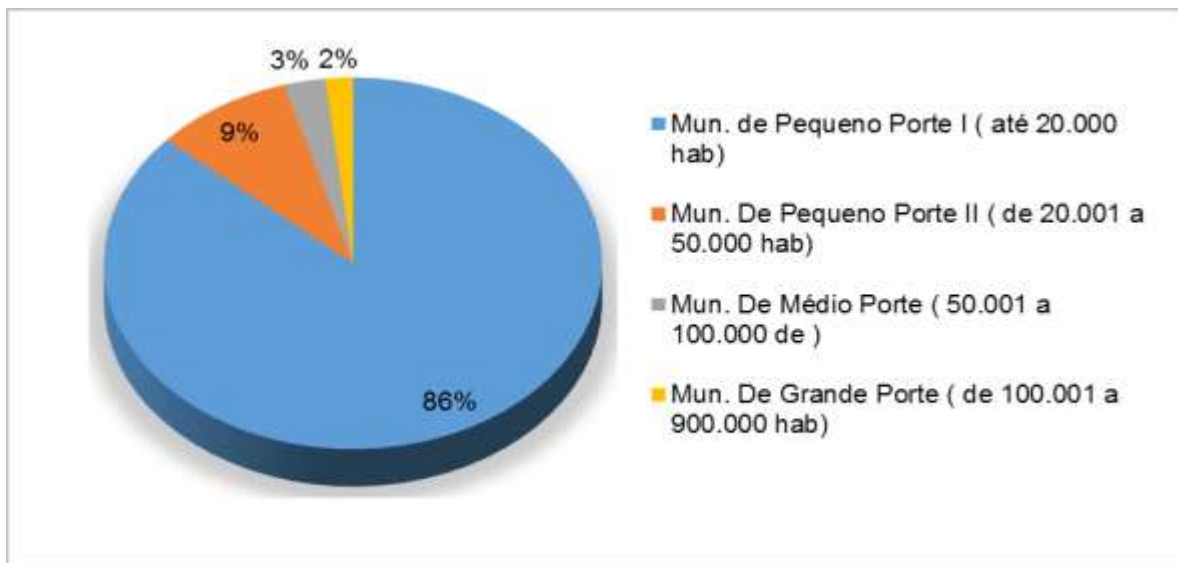
3.1. Dados demográficos da Paraíba e seus municípios

Em 2010, a população total da Paraíba era de 3.766.528 habitantes (IBGE, 2010). Destes, 2.838.678 habitantes residem na zona urbana (75,37%) e 927.850 na zona rural (24,63%), de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano para o Brasil do PNUD, entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização da UF passou de 71,06% para 75,37%, ou seja, a Paraíba está cada vez mais urbana.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a Paraíba é a décima terceira unidade da federação mais populosa do país, concentrando cerca de 2% da população brasileira. Embora a Paraíba apresente uma densidade demográfica de 66,70 habitantes km², a sua capital, João Pessoa, apresenta 723.515 habitantes, concentrando 19,2% da sua população estadual. Dos 223 municípios do estado, apenas quatro possuíam população superior a cem mil habitantes (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos), seis estão entre 50 e 100 mil habitantes (Bayeux, Sousa, Cajazeiras, Cabedelo, Guarabira e Sapé), e 20 municípios estão entre vinte e cinquenta mil habitantes, os demais 193 municípios estão abaixo de 20 mil habitantes.

A Paraíba está em 10º Lugar no *ranking* nacional relativo ao número de municípios por estado da federação, ficando no Nordeste atrás apenas da Bahia e do Piauí. Embora possua muitos municípios, a maioria dessa população está na capital João Pessoa, e nos outros municípios de Grande Porte. De acordo com o Gráfico 4, 85% dos municípios da Paraíba são de Pequeno Porte I, ou seja, a Paraíba possui a maioria de seus municípios com uma população de até 20.000 mil habitantes, como apresenta também a Figura 3.

Gráfico 4 - Distribuição de municípios na Paraíba por porte populacional



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2016)

3.2 Municípios na Paraíba que possuem os maiores e menores acréscimos nos seus indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini) e PIB corrente entre os anos de 2000 a 2010

Após a descrição desses dados gerais iniciais, seguem-se nas próximas ilustrações, dados sobre os municípios com os maiores e menores avanços nos seus indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini; PIB) no período analisado.

Para o cálculo da diferença dos valores absolutos dos indicadores sociais escolhidos (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini) e do PIB corrente, diminuimos os indicadores de crescimento positivos (ISDM, IDHM e PIB corrente), de cada município no ano de 2010, com os obtidos no ano 2000, bem como diminuimos os indicadores de crescimento negativo (IVS e Índice de Gini) de cada município no ano 2000, com os obtidos no ano de 2010, e assim obtivemos os valores de suas variações. Após isso, colocamos os municípios por ordem decrescente dos maiores valores de suas evoluções em seus indicadores sociais, e escolhemos, para cada

indicador social, o município por porte populacional que obteve o maior e menor resultado em melhoria de cada indicador.

Para a obtenção da *variação percentual* dos indicadores sociais escolhidos, foi realizado o cálculo matemático dos valores desses indicadores, entre os anos de 2000- 2010. Esses cálculos estatísticos foram feitos através da contratação de um profissional de estatística, para obtenção dos resultados finais.

O conceito de *variação percentual* é usado para descrever a relação entre um dado (valor) anterior e um dado (valor) posterior. Dessa forma, a *variação percentual* expressa a diferença entre ambos os dados (valores), na forma de uma porcentagem relativa ao primeiro dado (valor). Assim, esse método é necessário quando se tem o interesse de encontrar a *variação* entre dois dados e verificar se essa *variabilidade percentual* é significativa com relação à *variação* de todos os demais casos.

Nesse trabalho, especificamente, teve-se o interesse em saber se as maiores e menores *variações* em valores absolutos nos indicadores sociais dos 223 municípios (2000-2010) da PB, também ocorreram para os mesmos municípios na análise de *variação percentual*. Essa *variação* foi encontrada através da equação:

$$Var. Percentual = \left(\frac{V_2 - V_1}{V_1} \right) \times 100$$

Em que,

V_1 Corresponde ao primeiro valor

V_2 Corresponde ao segundo valor

Através do processo de análise dos dados apresentados no Apêndice A, foram observadas algumas questões pertinentes para o estudo da dinâmica dos indicadores de desenvolvimento na Paraíba. Podemos de forma resumida apontar para as seguintes considerações:

a. Os municípios que tiveram maiores avanços nos valores absolutos e variação percentual em seus indicadores sociais, ISDM¹⁸, IVS¹⁹, IDHM²⁰ e Índice de Gini²¹, entre 2000 a 2010, foram municípios de pequeno porte I e II

Esse fato se torna interessante haja vista que municípios de pequeno porte I são municípios que possuem os menores montantes em valores de transferências de recursos do Governo Federal para execução das suas políticas sociais, bem como o seu IFPM (Fundo de Participação dos Municípios), cujo percentual, dentre outros fatores, é estipulado pela proporção do número de habitantes estimado anualmente pelo IBGE. Tal resultado pode ser inicialmente explicado pelo que já foi apontado anteriormente nesse trabalho, citando Araújo (2013), pois o Nordeste nos anos 2000 concentrava mais da metade da população pobre do país, localizada em municípios de pequeno porte, especialmente na sua zona rural, sendo assim a Região recebeu o montante de 55% dos recursos do Programa Bolsa Família(PBF), no período entre 2000 a 2010, principalmente para pequenos municípios. Essa injeção de recursos além de dinamizar a economia local, contribuiu para melhoria de seus indicadores sociais. Além desse fator, esse resultado pode ser também atribuído à política de valorização do salário mínimo observada no período, o qual é agregado ao impacto nas aposentadorias, pensões e BPC, que também contribuíram para melhoria das condições de vida da população, dinamizando a economia local, e possibilitando o avanço dos seus indicadores sociais.

No que se refere especialmente ao IDHM, na análise que fizemos dos dados coletados, podemos perceber que, antes de 2000, quase a totalidade dos municípios paraibanos, incluindo aqueles que tiveram melhores evoluções de seus IDHM no período analisado, apresentavam IDHM similares aos de países africanos, como, por

¹⁸ Para o ISDM, estes municípios ocupam a posição dos 21° e 26 °primeiros lugares nos maiores avanços nos valores absolutos e variação percentual, respectivamente, no universo de 223 em toda a Paraíba.

¹⁹ Para o IVS, e em relação as suas variações percentuais, os pequenos municípios (I e II) foram os que ocuparam as 27° primeiras posições, com exceção de Cajazeiras (Médio Porte), entre os anos de 2000 a 2010.

²⁰ Para o IDHM, os municípios de pequeno porte I ocuparam as 30° primeiras posições nos maiores acréscimos nos valores absolutos, e as 51° das primeiras posições nas variações percentuais,entre os anos de 2000 a 2010.

²¹ Para o Índice de Gini, os municípios de pequeno porte I foram os que ocuparam as 36° primeiras posições com maiores reduções em seus valores absolutos das diferenças de seus Índices de Gini , bem como foram os que ocuparam as 30° posições na redução percentual do respectivo índice, anos de 2000 a 2010.

exemplo, Etiópia (IDH/2014 - 0,442), Gâmbia (IDH/2014 – 0,441) (ONU, 2015). No Quadro 1 a seguir, observamos que, nos anos 2000, apenas dez municípios da Paraíba possuíam um IDHM fora da classificação de muito baixo²², sendo estes municípios apenas de Médio Porte e Grande Porte. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/Brasil), em 2010, todos os municípios paraibanos estavam fora da classificação de IDHM muito baixo.

Quadro 1 - IDHM (2000) de municípios paraibanos fora da classificação de muito baixo

Município	IDHM (2000)
João Pessoa (PB)	0,644
Campina Grande (PB)	0,601
Cabedelo (PB)	0,599
Patos (PB)	0,557
Várzea (PB)	0,555
Cajazeiras (PB)	0,528
Santa Luzia (PB)	0,524
Guarabira (PB)	0,516
Sousa (PB)	0,508
Bayeux (PB)	0,505

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016)

O IDHM brasileiro considera as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global – longevidade, educação e renda, mas de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD-Brasil o IDHM adequa a metodologia do IDH global ao contexto brasileiro com base na disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM foi criado em 2012, pelo PNUD Brasil, Ipea e Fundação João Pinheiro, os quais têm por base os censos demográficos nacionais de 1991, 2000 e 2010.

As informações que compõem o IDHM são, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD-Brasil:

- IDHM Longevidade: se refere a uma perspectiva de uma vida longa e saudável, sendo medida pela expectativa de vida ao nascer em determinado município, calculada a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE;

²² O IDHM é um indicador que varia entre 0 e 1, dessa forma quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

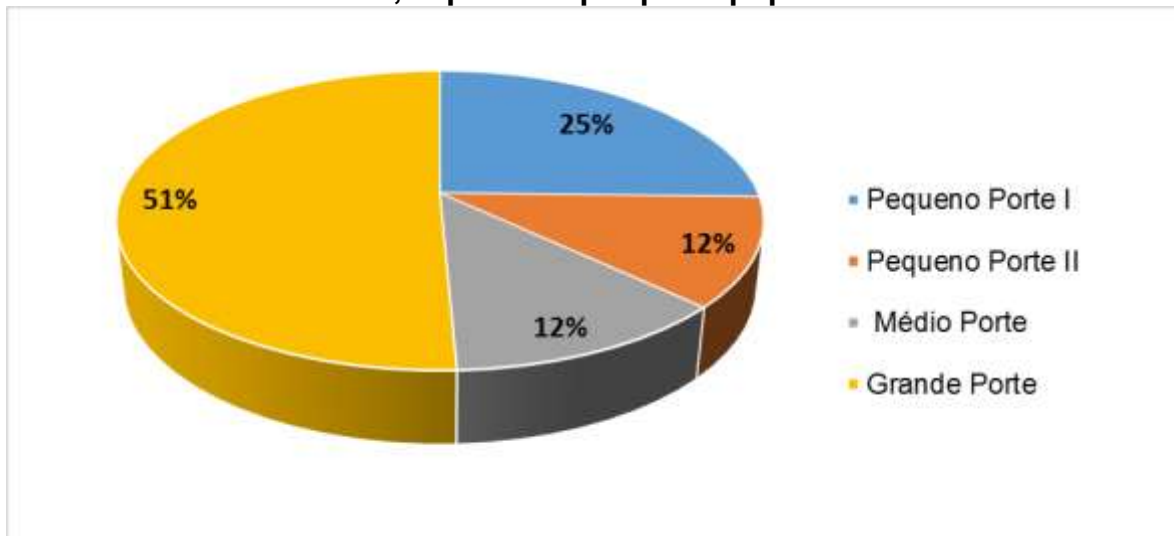
- IDHM Educação: se refere ao acesso da população ao conhecimento, especificamente pela escolaridade da população adulta - a qual é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo (com peso 1), e pela a escolaridade da população jovem – a qual é medida pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (com peso 2). O IDHM Educação é obtido pela a média geométrica desses dois componentes;
- IDHM Renda: se refere a renda municipal per capita, a qual é medida pela a soma da renda de todos os municípios, dividida pelo número de pessoas do município;

b. No que se refere à variação em valores absolutos e percentuais do PIB corrente²³ dos municípios paraibanos entre os anos selecionados, foi percebido no processo de análise dos dados consultados (Apêndice A), que os municípios que tiveram os maiores montantes de PIB corrente são de Grande e Médio Porte (1°- João Pessoa, 2°-Campina Grande,3°- Cabedelo e 4°- Santa Rita)

Embora não apareçam nos indicadores sociais como sendo os primeiros colocados em relação às maiores variações em termos absolutos e percentuais, tratando-se de aspectos de crescimento econômico, os municípios de Grande Porte são os que ocupam as primeiras posições e os maiores montantes das diferenças nos valores monetários produzidos por bens e serviços na Paraíba, como mostra o gráfico a seguir.

²³ Representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos nos municípios durante um período determinado, calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, considerando os efeitos inflacionários (IBGE, 2016).

Gráfico 5- Percentual da distribuição da soma dos montantes das diferenças nos valores monetários do PIB corrente dos municípios paraibanos entre 1999 a 2009, separados por porte populacional



Fonte: IBGE (2016)

Como vemos acima, a distribuição da soma do montante das diferenças dos valores absolutos do PIB corrente no território paraibano, no período considerado, apresenta uma alta concentração nos poucos municípios de grande porte do estado. Esses dados podem decorrer da concentração populacional no estado da Paraíba na Capital nos municípios de grande porte, como já apresentado anteriormente.

Os municípios de pequeno porte I (85% do total de municípios paraibanos), são responsáveis por 25% do total da soma dos valores das evoluções do PIB corrente dos municípios paraibanos entre 1999 a 2009, ocupando, todavia, ocupa as primeiras posições nas variações em termos absolutos e percentuais referentes aos indicadores sociais.

c. Constatou-se também nos dados secundários consultados (Apêndice A), que os municípios de Pequeno Porte I, Médio e Grande Porte, que tiveram o maior aumento percentual do PIB corrente entre os anos de 1999 à 2009 – Caturité, Cabedelo e João Pessoa (com a exceção do Conde) foram também os que tiveram as menores reduções percentuais no Índice de Gini (2000 à 2010), ou seja, foram os que menos reduziram a concentração de renda no estado nesses anos, a exemplo de Caturité e Cabedelo, como mostram as tabelas 3 e 4 a seguir com os resultados compilados para cada indicador social escolhido, sistematizados através de tabelas-resumos:

Tabela 2 – Resultados comparativos dos municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram aumento percentual, de acordo com os indicadores IDHM, ISDM, IVS e Índice de Gini, nos anos de 2000 a 2010

IDHM				ISDM			
Porte	Município	Ev.	V. Perc.	Porte	Município	Ev.	V. Perc.
Porte I	Damião	0,226	76,61%	Porte I	Poço Dantas	0,78	32,37%
	São Bentinho	▲ ²⁴ 0,237	▼ 64,23%		Passagem	▲ 1,13	▼ 31,65%
Porte II	Caaporã	0,195	47,91%	Porte II	Conde	0,38	10,98%
	Conde	▲ 0,196	▼ 46,45%				
Médio Porte	Sapé	0,163	40,15%	Médio Porte	Sapé	0,25	7,12%
					Guarabira	▲ 0,26	▼ 5,63%
Grande Porte	Santa Rita	0,155	32,84%	Grande Porte	Patos	0,13	2,83%
					Campina Grande	▲ 0,14	▼ 2,74%
País	Brasil	0,115	18,79%	País	Brasil	0,07	1,61%
IVS				ÍNDICE DE GINI			
Porte	Município	Red.	V. Perc.	Porte	Município	Red.	V. Perc.
Porte I	São José do Sabugi	0,196	41,18%	Porte I	Poço Dantas	0,21	30,00%
	Marizópolis	▲ 0,263	▼ 40,65%				
Porte II	Caaporã	0,235	35,71%	Porte II	Princesa Isabel	0,08	14,55%
	Conde	▲ 0,248	▼ 34,30%				
Médio Porte	Cajazeiras	0,176	37,29%	Médio Porte	Cajazeiras	0,05	8,20%
	Sapé	▲ 0,186	▼ 26,61%				
Grande Porte	Patos	0,141	32,64%	Grande Porte	Campina Grande	0,04	6,45%
País	Brasil	0,12	26,91%	País	Brasil	0,04	6,25%

Fonte: Secundária

²⁴ O triângulo azul representa que o respectivo município obteve a maior diferença nos valores do indicador social analisado entre os anos de 2000 a 2010, mas não obteve a maior variação percentual neste mesmo indicador no período analisado, estando issorepresentado pelo triângulo vermelho

Tabela 3- Municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram aumento percentual, no Produto Interno Bruto (PIB) corrente entre os anos de 1999 a 2009

PIB CORRENTE			
	Município	Ev. PIB (mil reais)	V. Perc.
Porte I	Caturité	R\$ 27.313	506,73%
	Alagoa Nova	▲ R\$ 140.729	▼ 466,08%
Porte II	Conde	R\$ 222.570	484,22%
Médio Porte	Cabedelo	R\$ 2.012.094	624,95%
Grande Porte	João Pessoa	R\$ 6.045.388	234,04%

Fonte: IBGE (2016)

Tabela 4- Resultados comparativos dos municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram menor aumento percentual, de acordo com os indicadores IDHM, ISDM, IVS e Índice de Gini, nos anos de 2000 a 2010

IDHM				ISDM			
Porte	Município	Ev.	V. Perc.	Porte	Município	Ev.	V. Perc.
Porte I	São Domingos do Cariri	0,096	19,47%	Porte I	Gado Bravo	-0,63 (-)	22,42%
					Santo André	▼-0,77▲(-)	20,53%
Porte II	Itaporanga	0,126	25,77%	Porte II	Bananeiras	-0,16 (-)	5,03%
Médio Porte	Cabedelo	0,149	24,87%	Médio Porte	Cabedelo	-0,17 (-)	3,44%
	Bayeux	▼0,144▲	28,51%				
Grande Porte	João Pessoa	0,119	18,48%	Grande Porte	João Pessoa	-0,09 (-)	1,66%
País	Brasil	0,115	18,79%	País	Brasil	0,07	1,61%
IVS				INDICE DEGINI			
Porte	Município	Red.	V. Perc.	Porte	Município	Red.	V. Perc.
Porte I	São José do Brejo do Cruz	-0,005 (-)	1,02%	Porte I	Caturité	-0,13 (-)	30,23%
					Aguiar	▼-0,15 ▲	(-) 30,0%
Porte II	Bananeiras	0,087	14,33%	Porte II	Pedras de Fogo	-0,04	(-) 8,16%
	Lagoa Seca	▼0,074 ▲	15,13%				
Médio Porte	Sousa	0,122	25,52%	Médio Porte	Cabedelo	-0,04	(-) 6,06%
	Cabedelo	▼0,113 ▲	28,39%				
Grande Porte	Santa Rita	0,154	25,75%	Grande Porte	João Pessoa	0	0,00%
	João Pessoa	▼0,107 ▲	27,23%				
País	Brasil	0,12	26,91%	País	Brasil	0,04	6,25%

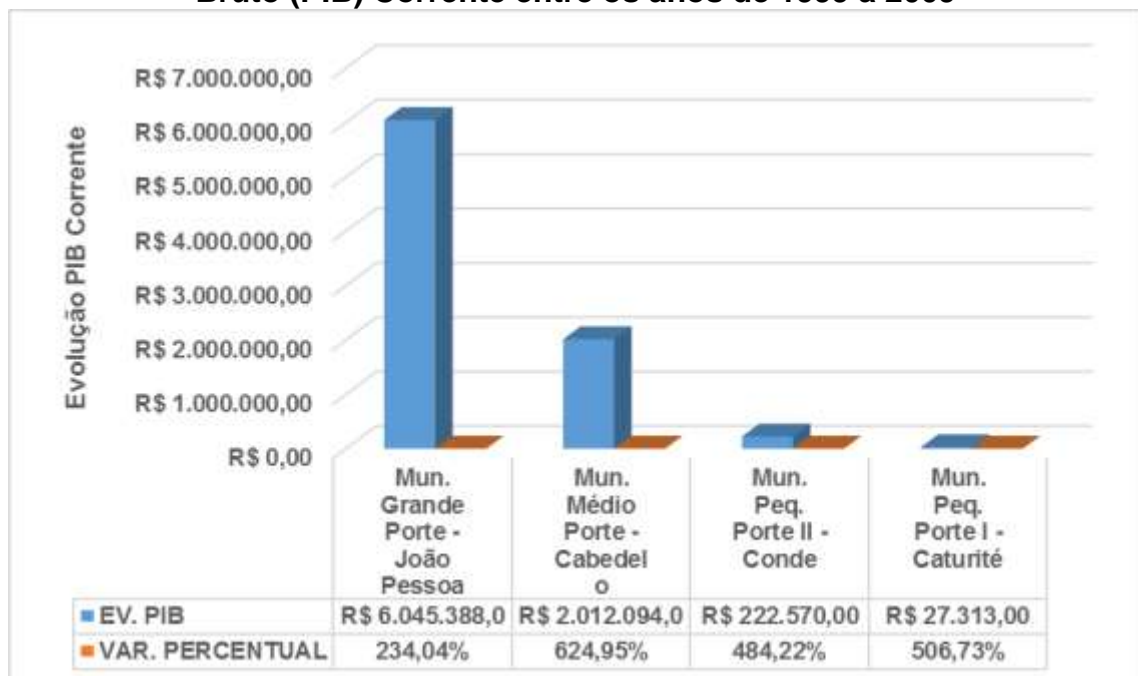
Fonte: Adaptada de dados do IBGE(2010)

Para a realização das entrevistas com participantes dos CCS, escolhemos do estrato de municípios de pequeno porte 1 (PP1), os municípios com maior e menor variação em seus indicadores sociais, haja vista a Paraíba possuir 213 municípios com esse porte populacional, representando 86% do total desses municípios.

Como não houve o acúmulo em um mesmo município de PP1, de menores ou maiores variações em vários indicadores sociais, utilizamos o critério para escolha dos municípios do referido estrato, aqueles com menor e maior variação percentual mais próximos de Campina Grande/PB, tendo em vista facilitar os procedimentos de coleta de dados qualitativos. Assim, selecionamos, para cada uma dessas grandezas de variações (menores e maiores) os municípios de Caturité e Damião.

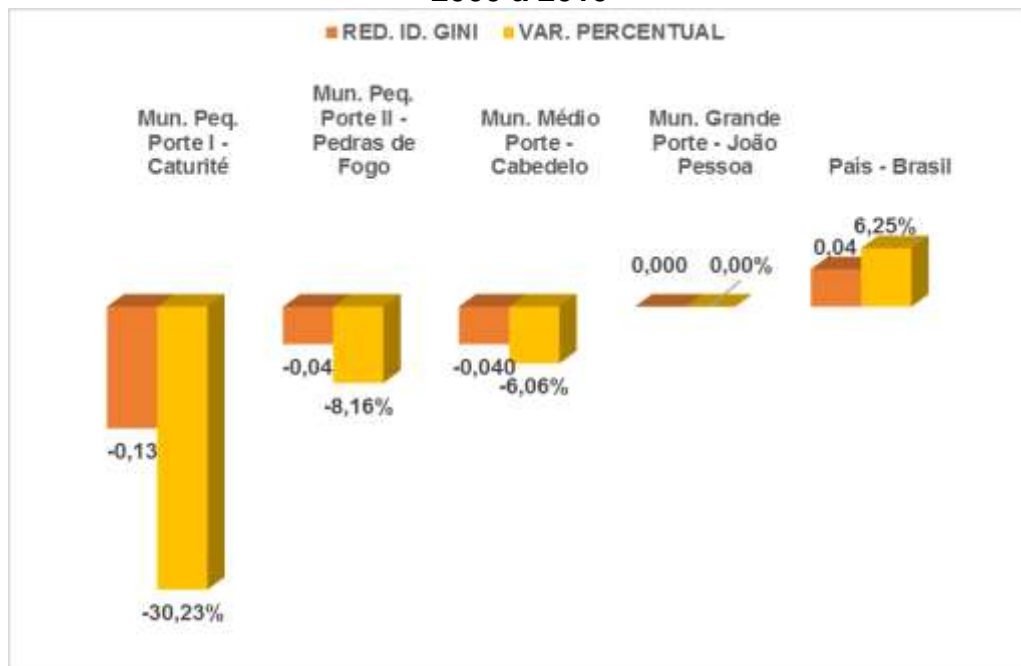
O município de Caturité, foi o município de pequeno porte I que mais acumulou PIB corrente entre os anos de 1999 a 2009, e que, nesse estrato, contraditoriamente, menos distribuiu renda entre a sua população, ou seja foi o que menos reduziu a concentração de renda (Índice de Gini, aumento percentual de -30,23%), como mostram os gráficos a seguir:

Gráfico 6- Municípios na Paraíba por porte populacional que apresentaram os maiores aumentos na variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) Corrente entre os anos de 1999 a 2009



Fonte: IBGE (2016)

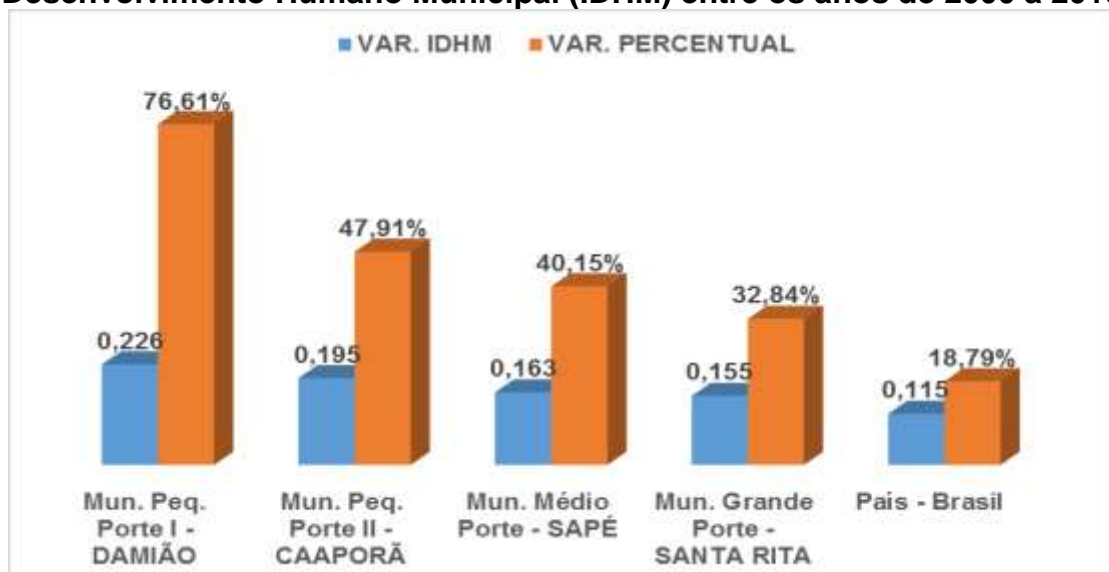
Gráfico 7- Municípios na Paraíba por porte populacional que apresentaram uma menor variação percentual na redução no Índice de Gini entre os anos de 2000 a 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016).

O município de Damião, foi o que, dentre os demais de PP1 na Paraíba, obteve o maior aumento percentual do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, com uma variação percentual de 76,61%, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8- Municípios na Paraíba estratificados por porte populacional que apresentaram maior aumento na variação percentual no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os anos de 2000 a 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2016.

Para fins de contextualização dos municípios escolhidos para campo de realização das entrevistas com os participantes dos CMS CMAS, segue abaixo um resumo com algumas informações sobre sua história, economia e demografia dos municípios, bem como um resumo de informações sobre os seus CMAS e CMS. Essas informações complementares para os CMAS foram coletadas através de um banco de dados secundário obtido através das respostas ao questionário do CENSO SUAS²⁵ dos CMAS no Brasil, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, acessado através do último Relatório do CENSO SUAS-CMAS – referente ao ano de 2016. E para os CMS, dados primários, obtidos através da aplicação de um questionário estruturado, junto as secretarias dos CMS dos municípios selecionados.

- **Caturité- PB**

O município de Caturité está situado na microrregião do Cariri Oriental da Paraíba, e em 2011 possuía uma população de 4.571 habitantes, distribuídos em 118 km² de área, dos quais 80% habitam a Zona Rural. Localizado na região o semiárido brasileiro, possui um perfil pluviométrico de chuvas irregulares, as quais geralmente acontecem nos meses de abril e maio. A sua emancipação política ocorreu em 1994. Anteriormente era conhecido como distrito do município de Boqueirão-PB. O seu primeiro prefeito foi um agropecuarista, que governou durante dois mandatos (IBGE, 2011).

No ano de 1960, o ainda distrito de Caturité, destacou-se na produção de algodão, e nas décadas seguintes desenvolveu a pecuária, especificamente a criação de gado leiteiro, sendo esta hoje a principal atividade econômica do município, juntamente com a agricultura de subsistência. Caturité é considerado uma das maiores bacias leiteiras da região, e hoje conta com uma grande usina de beneficiamento de leite - COAPECAL (Leites Cariri). Além dessa indústria, possui

²⁵O CENSO SUAS é regulamentado pelo Decreto nº 7.334/2010 e é realizado anualmente desde o ano de 2007 pela Secretaria Nacional de Assistência Social(SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). O CENSO SUAS é um instrumento de levantamento de dados pesquisados por meio de um questionário eletrônico preenchido pelos Secretarias e Conselhos de Assistência Social, municipais e estaduais.

empresas de beneficiamento de mandioca e queijeiras de produção doméstica (IBGE, 2017).

Abaixo segue o quadro com um resumo de informações dos CMAS e CMS de Caturité–PB.

Quadro 2 - Informações sobre o funcionamento e composição dos CMS e CMAS no município de Caturité- PB

-	CMS	CMAS
Existência de Lei e Regimento Interno.	Sim	Sim
Existência de secretaria executiva	Sim	Sim
Periodicidade das reuniões	Mensal	Mensal
Quantidade de reuniões realizadas em 2016	Não respondeu	5
Temáticas debatidas nas reuniões em 2016	Relatório de Gestão; Plano Plurianual (PPA), Lei de diretrizes orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) Deliberações das conferências.	Plano de Ação ;Demonstrativo de Execução Físico-Financeira; Plano de Assistência Social; Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e/ou Lei Orçamentária Anual (LOA) ;Deliberações da(s) Conferência(s) ; Planejamento das atividades do Conselho; Acompanhamento do Programa Bolsa Família; Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada; Benefícios eventuais; Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica.
Composição	08 Titulares e 08 Suplentes	08 Titulares e 08 Suplentes
Representação	01 Governamental 04 Soc. Civil	08 Governamentais 08 Soc. Civil

Fonte: Primária e CENSO SUAS, 2016

- **Damião –PB**

O município de Damião faz parte do Semiárido brasileiro, e está localizado na Microrregião do Curimataú Ocidental paraibano, possui uma área de aproximadamente 110km², e tem uma população atual de 5.195 munícipes (IBGE 2014).

Em 1980, Damião- PB, através da Lei Estadual nº 4.155, passou a ser Distrito Administrativo de Barra de Santa Rosa – PB, e em 1994, através da lei estadual nº 5924, conquista sua emancipação política (IBGE, 2017). Sua principal atividade econômica é a agricultura familiar de subsistência e o comércio local.

Nos últimos anos o município se destacou na gestão pública municipal, ocupando o 10º Lugar frente aos 223 municípios da Paraíba em *transparência pública*, de acordo com pesquisa feita pelo Tribunal de Contas do Estado, em Novembro de 2016, bem como recebeu o prêmio selo UNICEF em duas edições consecutivas(2009-2012/2013-2016) – sendo este uma certificação entregue aos municípios na área da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Abaixo segue o quadro com um resumo de informações dos CMAS e CMS de Damião –PB.

Quadro 3 – Informações sobre o funcionamento e composição dos CMS e CMAS no município de Damião -PB

-	CMS	CMAS
Existência de Lei e Regimento Interno.	Sim	Sim
Existência de secretaria executiva	Sim	Sim
Periodicidade das reuniões	Mensal	Mensal
Quantidade de reuniões realizadas em 2016	7	10
Temáticas debatidas nas reuniões em 2016	Plano de Ação; Relatório de Gestão; Deliberações das conferências; Financiamento, implantação, organização e oferta de serviços de saúde.	Plano de Ação ;Demonstrativo de Execução Físico-Financeira; Plano de Assistência Social; Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e/ou Lei Orçamentária Anual (LOA) ;Deliberações da(s)

		Conferência(s) ; Planejamento das atividades do Conselho; Acompanhamento do Programa Bolsa Família; Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada; Benefícios eventuais; Financiamento, implantação, organização e oferta de Serviços Socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica.
Composição	09 Titulares e 09 Suplentes	06 Titulares e 06 Suplentes
Representação	01 Governamental 08 Soc. Civil	03 Governamental 03 Soc. Civil

Fonte: Primária e CENSO SUAS, 2016

Passaremos a seguir a apresentar a análise das entrevistas das conselheiras municipais de saúde e de assistência social dos referidos municípios.

3.3 Análise das entrevistas das conselheiras municipais de saúde e de assistência social dos municípios de Caturité e Damião na PB

Foram realizadas entrevistas estruturadas com 8 conselheiras²⁶ do CMAS e CMS do Município de Caturité e Damião, focalizando nas variáveis listadas anteriormente.

As conselheiras entrevistadas do município de Caturité eram representantes: não-governamental - Igreja Católica (CMAS) e dos trabalhadores, enfermeira (CMS); governamental – Secretaria da Educação (CMAS) e Secretaria de Saúde (CMS).

As conselheiras entrevistadas do município de Damião eram representantes: não-governamental – Igreja Adventista (CMS), e dos trabalhadores, agente de saúde (CMS); governamental – Secretaria de Assistência Social, secretária e educadora social (CMAS).

Para sistematização e análise das questões fechadas (*sim* ou *não*), foram utilizadas tabelas, e para as respostas qualitativas foi realizada a análise das falas das conselheiras.

Apresentaremos os quadros separados por município, com as suas unidades de registro e suas respectivas categorias e trechos de falas ilustrativos, na sequência das perguntas realizadas nas entrevistas estruturadas.

Quadro 4 - Definição do conceito de Desenvolvimento

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Conceito de Desenvolvimento	Crescimento	<i>É algo que está crescendo. (CB) Avanço, é coisa nova, é crescimento. (CD)</i>
		Uma rede de ações	<i>Para se ter desenvolvimento você tem que tá engajada com vários grupos... a gente precisa se reunir, cada um ter uma ideia para desenvolver alguma coisa. Como por exemplo, quero desenvolver alguma ação com as crianças carentes, através de que, de buscar essas crianças e fazer uma um trabalho para elas, buscando um professor, pra botar aquelas crianças no grupo de dança, grupo de artesanato pintura. CA</i>
		Qualidade de vida	<i>Melhoria de qualidade de vida. (CD)</i>
Damião	Conceito de Desenvolvimento	Bom funcionamento das políticas públicas	<i>Uma cidade que está indo bem, na saúde, na educação, na assistência social. (CE)</i>
		Resolução de problema	<i>É você ver problema ser resolvido, não ficar pendência. É você levar aos maiores e você contribuir para aquilo chegar até o final, você ver a conclusão, que a gente conseguiu resolver o problema. (CF)</i>
		Qualidade de vida	<i>Fazer com que as políticas públicas cheguem de forma satisfatória aos usuários, e que contribua a melhoria da qualidade de vida do usuário. (CG)</i>

FONTE: Primária, 2017

Podemos perceber, através do quadro anterior, que o conceito de Desenvolvimento para as conselheiras entrevistadas está relacionado a duas linhas

de análise teóricas, uma que defende Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e outra a qual atribui o seu conceito à qualidade de vida, e ao o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo (CASTELLS, 1977).

Como tratada no Capítulo I, a temática do bem estar social tem se colocado recorrentemente após o período pós-guerra na trajetória do conceito do Desenvolvimento. Com a crise do capital e do modelo fordista de produção, a concepção de desenvolvimento, que era tida anteriormente apenas como sinônimo de crescimento econômico, é tensionada, vindo assim a ser reformulada. Desta forma conceitos como Sustentabilidade, Desenvolvimento Incluyente, Desenvolvimento como Liberdade, entram no cenário de debate (VEIGA, 2006; SACHS, 2008; SEN, 2010).

Nos últimos anos, tem-se utilizado do tema da qualidade de vida como forma de definir e/ou medir desenvolvimento, tomando assim o seu uso diferentes sentidos e formas, que hora se relacionam com referências objetivas (materiais, de acesso aos bens e serviços de consumo coletivos e privados), quanto às referências subjetivas, que variam de acordo com as histórias e *locus* de vida dos indivíduos (SEN; NUSSBAUM *apud* JEREZ, 2013). De acordo com Gomes (2006, p. 67):

[...]a qualidade de vida considerando os processos pelos quais se materializa em cenários sócio históricos em espaços diversos, urbanos e rurais. Estes processos se refletem nas mudanças que transformam as sociedades, tornando-as, cada vez mais, complexas, racionalizadas e criadoras de necessidades. Destacam-se aqui, alguns dos problemas que repercutem no cotidiano e na trajetória de vida dos indivíduos, alterando, portanto, a sua qualidade de vida, a saber: a degradação socioambiental, a violência urbana e rural, os limites do Estado no planejamento e promoção de políticas públicas e os conflitos étnicos e culturais. [...] A pretensão não é afirmar um conceito de qualidade de vida que seja único e inquestionável e traduzi-lo na forma de um índice. Contrariamente, traduzimos qualidade de vida como princípios, racionalidades, bens e serviços que os indivíduos priorizam como indispensáveis para a sua qualidade de vida. [...] Consideramos, portanto, que a qualidade de vida na sociedade moderna está relacionada ao estilo de vida que identifica os grupos.

Percebemos nas narrativas das conselheiras entrevistadas que o conceito de qualidade de vida está correlacionado com referências objetivas de acesso aos bens e serviços de consumo coletivos proporcionado pelo Estado, por meio das políticas públicas. Isso talvez revele a situação e o momento dessas mulheres ao inferir suas narrativas sobre o conceito de Desenvolvimento como qualidade de vida,

correlacionando apenas com aspectos e contextos que estão relacionados a suas funções de conselheiras em instâncias que visam a fiscalização, controle da gestão pública municipal e a gestão social participante das políticas públicas.

Quadro 5 - Definição de indicadores de Desenvolvimento

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Indicador de Desenvolvimento	Bom funcionamento dos órgãos públicos	<i>Tem a ver com as políticas públicas funcionando. (CA) Os trabalhos realizados, o movimento das pessoas.</i>
		Acesso aos serviços e bens públicos	<i>Se gera através da educação, o acesso aos bens e serviços, como saúde e assistência social (CC)</i>
		Controle Social	<i>Se um município tem um Conselho de Saúde que é atuante, que tem suas reuniões regulares, que participa de todo o processo todos os anos, de evolução da secretaria de saúde, já é um dos passos do desenvolvimento. Que por outro lado já puxa a secretaria para atualizar os instrumentos de gestão, para acompanhar indicadores, para questão da transparência, da prestação de contas. (CD)</i>
Damião	Indicador de Desenvolvimento	Acesso aos serviços e bens públicos	<i>Por exemplo se existe uma pessoa que estava em uma situação de saúde ruim, mas que agora passa a melhorar mais, passa a ter mais acesso ao remédio, ao médico, então isso tá melhorando né, está desenvolvendo (CE)</i>
		Bom funcionamento dos órgãos públicos	<i>Para mim é você ver as Secretarias funcionando e vê o resultado do trabalho das Secretarias. (CF)</i>

		Melhoria dos Indicadores Sociais.	<p><i>Se o usuário faz parte do Programa Bolsa Família e aquela transferência de renda faz com que a qualidade de vida daquele usuário melhore; que ele se desenvolva; que o nível da educação se desenvolva; e o nível da saúde daquele usuário se desenvolva; que a geração de renda, qualificação profissional se desenvolva, então automaticamente os índices municipais vão refletir isso (CG)</i></p> <p><i>Nível de escolaridade da população, qualidade dos serviços de saúde, menor índice de violência urbana, maior acesso às tecnologias da informação, acesso a moradia, emprego e renda. (CH)</i></p>
--	--	-----------------------------------	---

FONTE: Primária, 2017

Percebemos nas narrativas acima das conselheiras que ao definirem os indicadores de desenvolvimento, boa parte inferem como: o acesso aos bens e serviços públicos; ao bom funcionamento das instituições – órgãos, políticas públicas e a melhoria dos indicadores sociais, que ora são interpretados também como o próprio conceito de desenvolvimento, como consta no quadro 4.

Ao referendarem a definição de indicador de desenvolvimento como relacionado com o acesso aos bens e serviços públicos e ao bom funcionamento das instituições, as conselheiras definem o Estado como ator responsável pelos bens necessários para reprodução da classe trabalhadora, naquilo que o salário pago pelo empregador não consegue garantir.

É nessa direção que Arantes (2009, p. 107) afirma que:

O conflito central não é mais entre capital e trabalho, mas entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora), na definição do patamar de reprodução social da força de trabalho ou, noutros termos, do nível de 'salário indireto' promovido pelos serviços públicos.

Entendemos que o conflito, ao concentrar-se apenas frente ao Estado e ao funcionamento de suas instituições, opaciza as contradições inerentes ao sistema

produtivo e seus efeitos em termos de produção de desigualdades sociais, da exploração.

Quadro 6 - Definição do conceito de Controle Social

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Conceito de Controle Social	Participação social ativa nos conselhos	<i>Todos estarem participando, de ser participativo (CA)</i>
		Transparência pública	<i>Algo que seja feito com transparência, mostrando para sociedade. Um dos principais pontos é: dinheiro público não é do gestor, é da sociedade, então a sociedade precisa de informação, de conhecimento, precisa dessa transparência, para que a sociedade tenha a visão do que está sendo gasto (CB)</i>
		Participação social na gestão pública.	<i>Se dá através da participação das representações de uma sociedade de modo geral, em que se busca juntos a formulação de políticas públicas (CC)</i>
Damião	Conceito de Controle Social	Participação social na gestão pública.	<i>É juntar governo municipal e sociedade civil, para discutir as políticas públicas ofertadas naquele município para população. Então é a promoção, monitoramento, e avaliação daquela política, já diz o nome controle é juntar os dois - sociedade civil e governo para discutir a melhor forma de como aquela política pública pode garantir o direito daquele usuário (CG)</i>

FONTE: Primária, 2017

Assim como o conceito de Desenvolvimento, o conceito de Controle Social é repleto de sentidos de acordo com os fundamentos das concepções e uso que fazem seus agentes (CAMPOS, 2009). Nas falas das entrevistadas o conceito de Controle Social está sendo concebido pela via da participação social nos espaços de deliberação pública.

Nota-se que as conselheiras em sua grande maioria definiram Controle Social como sendo *participação Social na Gestão Pública*, com variações atribuindo-lhe ao aspecto da transparência pública e a participação ativa nos conselhos gestores. Nos

conceitos de Controle Social registrados, estão inseridas as dimensões política e a dimensão técnica, estando pouco nítida a sua dimensão ética (CAMPOS, 2009), que é tangencialmente tocada apenas quando se aborda seu fim, que é a garantia de direitos da população usuária.

As concepções de controle social observadas referenciam o conceito de *participação liberal comunitária* (também tratada no Capítulo I deste trabalho), sendo este uma forma institucionalizada de participação, centrada no fortalecimento da sociedade civil por meio da integração entre seus representantes e os órgãos administrativos do Estado (GOHN, 2011). Não é possível ver assim nas representações das conselheiras uma concepção ampliada de Estado (GRASMCI *apud* CORREIA, 2008), bem como uma problematização das relações e conflitos de interesses das classes sociais.

Quadro 7 - Definição de indicadores de efetividade do controle social

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Indicador de efetividade do controle social	Compromisso	<i>O povo, tão querendo crescer, o povo tá querendo buscar, querendo aprender mesmo, no conselho certo, porque muitos vem, é produtivo, participativo. Eles sempre estão querendo aprender. (CA)</i>
		Fiscalização	<i>Fiscalização, exemplo é a Educação, onde o dinheiro vem direto para escolas (CB)</i>
		Melhoria no perfil epidemiológico do município	<i>A gente consegue ver através do perfil epidemiológico do município observa aí as ações realizadas e a efetividade dessas ações, que repercutem também no controle social e na aplicabilidade das políticas públicas de saúde, especificamente ai no caso da saúde. Isso repercute de forma positiva no processo saúde-doença, e posteriormente, em uma população ativa. (CC)</i>

		Participação social ativa nos conselhos	<p><i>Quando a gente identifica a participação da comunidade dentro do próprio conselho [...] a própria participação da comunidade, o segmento que é representado pelos usuários - o segmento que representa o controle social dentro do próprio conselho, a atuação de movimentos da secretaria do município, de movimentos, seja de qualquer atividade, dentro dos próprios serviços de saúde.</i></p> <p><i>O que não acontece aqui, pra dizer: 'naquela unidade de saúde tem uma participação mais efetiva enquanto controle social organizado', às vezes é só o usuário, que reclama sozinho, não vendo o todo, é claro que ele enquanto usuário já é o controle social, mas com essa visão de controle social (ampla).(CD)</i></p>
Damião	Indicador de efetividade do controle social	Mobilização Social	<i>A identificação da população participando (gestão), dos movimentos reivindicando. (GH)</i>
		Garantia de Direitos	<i>O usuário ter seu direito garantido, o acesso ao seu direito. Porque ele sabe onde procurar o seu direito, ele sabe que tem uma instância, se por exemplo, ele vai à procura de um atendimento, e esse atendimento lhe é negado, ele sabe a quem recorrer, a quem procurar. E o conselho é uma dessas instâncias. (CG)</i>
		Melhoria dos indicadores sociais	<i>Acesso à escola na idade certa, qualidade de vida da pessoa idosa, inclusão da pessoa com deficiência. (CH)</i>

FONTE: Primária, 2017

Entendendo que efetividade significa - atingir suas metas, e ter a capacidade de produzir um efeito real e funcionar normalmente, para o fim que foi desejado, as conselheiras entrevistadas apresentaram como indicadores de efetividade do controle social: os resultados fins do exercício do Controle Social inscrita na gestão pública, a exemplo da mobilização social; da garantia de direitos; da melhoria no perfil epidemiológico do município; da melhoria dos indicadores sociais.

A garantia de direitos, a mobilização social, sendo definida como indicadores de efetividade do controle social, aponta para o que Stassen (*apud* Gohn, 2001, p. 30) afirmou que: “[...] a participação é considerada como um fator de integração. Aprendendo a participar, o indivíduo pode ser integrado[...] a participação toma o significado de luta contra a exclusão”.

Quadro 8 - Identificação de dificuldades para o exercício do controle social

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Dificuldades para exercer o controle social	Falta de tempo para atividade voluntária.	<p><i>Hoje em dia todo mundo trabalha, qual é a questão, se marca, você recebe um convite para ir para a reunião, aí muitas vezes, fulano tem um compromisso, sicrano tem um compromisso. Porque você sabe, hoje todo mundo trabalha, tem criança. (CA)</i></p> <p><i>Falta de tempo para as reuniões, devido à correria do dia a dia. Tem momento que a gente tá super atarefada para atender todos os chamados, apesar que a gente tem um calendário, mas é tão grande o corre corre do dia a dia, que a gente esquece aquela data, já chegou o dia de ser o dia e eu passar despercebida (CB)</i></p>
		Ausência de conhecimento sobre a política pública e gestão.	<p><i>Tem muitos conselheiros que não compreendem esse processo todo de gestão, não tem uma noção de como trabalhar com a gestão pública, com relação a recursos, e ele vem e ele participa de uma reunião, a gente faz a prestação de conta, mas ele ainda continua...ele nem pode transmitir a comunidade dele, porque ele não entendeu. Eu acho que falta ao conselheiro, um pouquinho mais de conhecimento, sobre gestão, sobre formulação de políticas públicas, e de que forma elas são aplicadas (CC)</i></p>

Damião	Dificuldades para exercer o controle social	Falta de autonomia	<i>[...]de ter reunião mais frequente, da gente participar mais a fundo, não só das reuniões, mas que a gente tivesse controle melhor de assuntos que quem resolve é só a prefeitura, que depende da autorização só deles, essa privacidade de resolver enquanto conselho (CD)</i>
		Ausência de conhecimento sobre a política pública e gestão.	<i>[...] falta de capacitação para os conselheiros. Eu fiquei feliz em ter sido convidada para estar no conselho, mas ficaria mais feliz ainda se a gente tivesse uma capacitação para poder desenvolver o serviço melhor. Porque a gente vê uma boa parte dos conselheiros, que eles nem sabem porque estão ali [...], como que você sem conhecimento vai contribuir. (CF)</i>
		Falta de participação social	<i>que envolve tanto o poder público, quanto a sociedade civil, as pessoas das entidades elas não têm essa visão! Elas não têm o empoderamento do poder que essa a instituição tem (CG)</i>

FONTE: Primária, 2017

Dentre as dificuldades apresentadas pelas conselheiras para o exercício do Controle Social nos municípios pesquisados, aparecem com destaque: a ausência de conhecimento sobre a política pública e gestão; Falta de tempo para atividade voluntária; Falta de participação social; Falta de autonomia.

Sobre a dificuldade apresentada da falta ou baixo nível de conhecimento sobre a política pública e gestão para o exercício do controle social através dos CMAS e CMS pesquisados, Stoer e Magalhães (2003) afirmam que “[...] o contrato social básico pressupõe um mínimo de consenso sobre as regras do jogo em uma democracia [...]”. Isso implica que os conselheiros como agentes responsáveis pela função técnica e política de fiscalização, controle e proposição de políticas públicas, deveriam ter um conhecimento acerca das legislações e normativas que regulamentam a política social objeto de atuação, para que possam exercer sua função de forma propositiva nesses espaços deliberativos. Não sendo assim, ocorrerá o risco de que o entendimento das matérias tratadas nesses espaços esteja nas mãos de poucos e, conseqüentemente, o poder de decisão também, sendo estes geralmente os representantes governamentais. Desta forma esses espaços

podem funcionar apenas como locais de legitimação de decisões unilateralmente governamentais.

No que se refere a outra dificuldade apresentada, está à falta de tempo para atividade voluntária. De acordo com as legislações²⁷ que tratam do controle social nas políticas de Saúde e de Assistência Social, bem como demais políticas sociais, a função de conselheiro nessas instâncias não é remunerada, ou seja, a atividade é voluntária, recebendo o conselheiro ajuda de custo - com gastos com transporte, alimentação, caso seja necessário, para estar presente nas reuniões e ações do conselho.

Desta forma, apesar de estar normatizado que esses espaços devem ser paritários quantitativamente na composição de seus membros (50% de representação governamental e 50% de representação não governamental), essa paridade não se aplica em termos qualitativos de acordo com as falas das conselheiras entrevistadas, ou seja para os representantes não- governamentais, lhe faltam acesso a informação, disponibilidade de tempo, suporte administrativo, etc, gerando assim uma ausência de autonomia desses conselheiros não-governamentais para o exercício de suas funções. Acompanhamos Gohn (2011) quando afirma sobre esse ponto que:

A disparidade de condições para participação em um conselho de membros advindos do governo daqueles advindos da sociedade civil é grande. Os primeiros trabalham em atividades dos conselhos durante seu período de expediente de trabalho normal remunerado, têm acesso aos dados e informações, tem infraestrutura de suporte administrativo, estão habituados com a linguagem tecnocrática. Ou seja, eles tem o que os representantes da sociedade civil não tem. (GOHN, 2011, p.96)

²⁷ Lei Federal nº 8142/1990 e Lei 8.742/1993

Quadro 9 - Identificação de fatores que colaboram o exercício do controle social

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Fatores que colaboram para o exercício do controle social	Transparência pública	<i>Aqui em momento nenhum a gente recebeu o bloqueio por parte do gestor que a gente não podia fiscalizar, é aberto, a gente pode fiscalizar, a gente tem acesso ao que se compra, e nas reuniões tem as prestações de contas com o que se gasta. (CB)</i>
		Intersetorialidade	<i>As parcerias com as demais secretarias, porque caminhando sozinho ninguém chega a lugar nenhum, então todos nós somos parceiros, porque tem situações no Município que nós temos que dividir, entre a Assistência Social, entre a Educação, Infraestrutura. Então tudo isso tem que trabalhar de mãos dadas. (CC)</i>
		Consolidação e credibilidade do conselho no município.	<i>A existência de um o histórico de reuniões realizadas de forma regular, um histórico da participação do Conselho, da atuação do Conselho no município [...] E eles já tem o entendimento que o conselho tem muitas pessoas das associações, que já tem o entendimento que o conselho é uma força, é uma via de fortalecimento da mesma forma.. (CD)</i>
Damião	Fatores que colaboram para o exercício do controle social	O acesso direto à população para realização de ações e resoluções de problemas.	<i>A divulgação de projetos, pois é pedido muito para agente divulgar os projetos da saúde, pois a gente tem autoridade e autonomia [...] de explicar algumas coisas para a população, a gente tem autonomia para fazer isso. Às vezes, por exemplo, as pessoas reclamam de alguma coisa na saúde, então, como a gente tá por dentro, a gente tem autonomia de explicar o porquê que isso acontece. (CF)</i>

		Liberdade de expressão nas reuniões do conselho.	<i>Ter o livre arbítrio de falar, de reivindicar, eu acho que facilita demais assim o secretário com o presidente, eles deixam a gente livre para falar, brigar sabe, reclamar, quando a gente quer (CF)</i>
		Credibilidade dos conselheiros.	<i>A credibilidade dos usuários para os conselheiros (CG)</i>

FONTE: Primária, 2017

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos conselhos de controle social na atualidade de infraestrutura, recursos humanos e financeiros, formação técnica, dentre outros - nota-se que a alusão à credibilidade do conselho no município indica uma forma simbólica de legitimação da representação desses espaços na estrutura organizacional da gestão municipal brasileira, construída ao longo dos anos após a sua regulamentação através da Constituição Federal de 1988 e suas leis específicas, pelo processo de descentralização político-administrativo decorrente desse período democrático vivenciado a partir daquela época.

O acesso direto à população para realização de ações e resoluções de problemas, apontado também como item facilitador do funcionamento dos CMAS e CMS pesquisados, confirma a tese de Cole (1919), segundo a qual é “[...]pela participação em nível local, em associações locais, que o indivíduo poderia aprender a democracia” (COLE *apud* PATEMAN, 1992, p.55).

Um terceiro fator colaborativo para o exercício do controle social apresentado pelas conselheiras foi a intersetorialidade, a qual também é um conceito polissêmico, mas é aqui entendida como:

A integração de diversos setores para a consecução das ações públicas, ao mesmo tempo em que mantém as especificidades de cada área. Vai-se além de cada setor, buscando a superação de práticas fragmentadas e a eficiência para atingir os objetivos e resultados. Dessa forma, a intersetorialidade nas políticas públicas é compreendida como uma articulação maior entre diversos saberes para alcançar um objetivo mais amplo. (BELLINI *et al*, 2014, p. 1-2)

Entendendo que a realidade social é complexa, e o seu trato, através das políticas públicas também traz a necessidade da integração de diversos atores para a sua efetividade de suas ações, a intersetorialidade apresenta-se como uma

estratégia de gestão social – a qual integra outras práticas como a participação, a descentralização, para dar resolutividade aos problemas sociais que incidem sobre uma população que ocupa um determinado território.

Após realizadas essas perguntas iniciais, que tratam sobre o conceito de Desenvolvimento, Controle Social e seus indicadores, foi apresentado no momento da pesquisa, de forma sucinta para as conselheiras entrevistadas, a motivação da escolha dos seus respectivos municípios para realização da pesquisa.

Para as conselheiras entrevistadas do município de Caturité-PB, foram apresentados os resultados dos acréscimos nos seus indicadores sociais (IVS; ISDM; IDHM; Índice de Gini) e PIB corrente entre os anos de 2000 a 2010, e em especial, o resultado de que este foi o município dentre os demais de Pequeno Porte 1 na Paraíba, que obteve o maior aumento percentual do PIB corrente entre os anos de 1999 a 2009- de 484,22% (representando um aumento de R\$ 27.313.000,00 no PIB corrente), e que comitadamente teve a menor redução percentual no Índice de Gini (-30,23%), ou seja, dentre esses municípios foi o que menos distribuiu renda.

O desempenho referente ao PIB corrente e ao Índice de Gini de Caturité

De forma unânime, todas as conselheiras afirmaram que a causa para esse aumento do PIB corrente no município, entre os anos de 1999 a 2009, é decorrente da instalação nessa época de várias empresas e cooperativas de beneficiamento do leite no município, sendo Caturité considerado umas das maiores bacias leiteiras da região (IBGE, 2017). Dentre as empresas instaladas no município, está a Cooperativa COAPECAL- Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda., chamada de Leite Cariri, criada em Agosto de 1997. De acordo com o site da cooperativa, em 2003, a mesma realizou uma parceria com o Governo Federal, especialmente com o Programa Fome Zero, a qual permitiu a distribuição de leite em comunidades no estado da Paraíba, proporcionando na época um aumento na aquisição de leite e beneficiamento de produtos, chegando a coletar 55 mil litros de leite por dia. Atualmente existem 525 cooperados distribuídos em diversos municípios da Paraíba (COPECAL, 2017).

Abaixo seguem algumas narrativas das conselheiras entrevistadas tratando das suas interpretações sobre a causa do resultado do aumento percentual do PIB corrente.

Existia a *CEBRAL Laticínio*. Agora está fechada. Era uma empresa do meu marido. Foi vendida para a empresa *Lebom*, que já faz tempo que está para reabrir, mas não abre. Existe também uma grande empresa que também é daqui, que é a Leites Cariri, que também é da família da gente [...]. Essas duas empresas geravam muito dinheiro aqui dentro do município. Existia nessa época também outra empresa aqui chamada *Goma Prata Fina* (Sítio Ramado), que fabrica goma, que por incrível que pareça também foi vendida para uma outra empresa do Rio Grande do Norte. Mas agora apareceu outra fábrica chamada, *Prata Goma Imperial* [...] Vou falar da fábrica da minha casa (CEBRAL Laticínios), era uma geração de 48 empregos, daqui e de Campina Grande, e todos esses empregos foram perdidos. (CA)

Caturité é a segunda maior bacia leiteira do Cariri. Isso gera renda para o município. A economia do município é baseada toda na pecuária, na produção de laticínios. Nós tínhamos nesse período duas usinas de beneficiamento do leite, onde se trabalhava muito essa questão do desenvolvimento de emprego e renda, porque nessa época, também tinha muito emprego. Eram duas usinas que também geravam empregos. A produção agrícola era positiva, porque nesse período foi um período chuvoso, que contribuiu muito para a produção agrícola e posteriormente o aumento do PIB, que são as duas vertentes que se baseia a economia do município, além do artesanato. Então uma coisa gera outra, elas três (laticínios, agricultura e artesanato), precisam uma da outra para caminhar. Nos eventos que acontecem na cidade o artesanato era exposto e isso gerava renda também para as famílias. (CB)

Como pode-se perceber, a existência das empresas no referido município, principalmente as de beneficiamento de leite, através da produção e venda dos produtos, contribuíram com o aumento do PIB corrente do município de Caturité entre 1999 a 2009, sendo esse processo facilitado por incentivos do Governo Federal, bem como pelo período chuvoso vivido na época. Nas falas das conselheiras está implícito assim a questão do trabalho e oferta de emprego como fatores geradores do aumento do PIB corrente.

Após isso as conselheiras trouxeram as suas interpretações sobre as prováveis fatores locais e/ou as causas do concomitante crescimento do PIB corrente e do aumento percentual do índice de desigualdade social (Índice de Gini) em 30,42% entre 2000-2010.

Tem uma coisa também aqui, Juliana. O povo aqui é muito preguiçoso, por causa desse Bolsa Família. Eu já trabalhei no cadastramento do Bolsa Família na prefeitura, e na época eu peguei uma fama que era eu que cortava o Bolsa das pessoas. Eu tenho um filho que é *Down*, e eu sempre precisei de gente na minha casa e eu rodava atrás de uma pessoa para trabalhar, e elas diziam: 'eu já recebo o bolsa família, eu num vou trabalhar para ninguém'. O que é o Bolsa família? Uma renda tão pouca! Mas o povo prefere tá recebendo em casa, ganhando aquela miséria e ninguém quer trabalhar não. Eu acho que também, porque não só sou eu não. Outras colegas também. As pessoas entravam, não passavam três dias, e diziam: 'ah eu já recebo o bolsa família eu não preciso estar na casa de ninguém não'. (CA)

Sobre a questão do aumento da desigualdade social, 80% da população de Caturité reside na zona rural. Nem todos têm acesso ao emprego e renda, porque nem todos tiveram acesso a grau de instrução ou formação técnica. Eu sei de tudo isso, porque 14 anos eu sou daqui de dentro, eu sou da zona rural, e tenho muita propriedade para falar disso aí. Porque quem chega em Caturité com esses dados que você está chegando hoje, vai ver uma cidadezinha de pequeno porte organizada, e vai dizer: *acho que aqui não tem miséria, o acesso a Campina Grande é mais fácil*. Mas não é bem assim, a gente que mora na zona rural sabe das dificuldades enfrentadas. A questão da falta de formação técnica... A vontade e a disponibilidade de conseguir algum trabalho existe até hoje, e é claro, a desigualdade existe através disso. Então se você mora em uma zona rural, com uma perspectiva de vida lá embaixo, geralmente são pessoas que vivem de um benefício social, que é o Bolsa Família, não tem condições de sair todos os dias para se qualificar, ou fazer um curso de formação técnica, e isso desestimula também automaticamente, né? Porque as dificuldades são tantas, que dentre 100, 10 conseguem! E a formação técnica é o pré-requisito básico para qualquer empresa contratar. (CC)

[...] não era todo mundo que tinha muito gado. Era uma concentração maior de recursos em pessoas que tinham um maior rebanho. Poucos produtores, mas com o maior rebanho[...]. Com relação à desigualdade social, uma das causas é a centralização de recursos (gado, terra) da produção do leite. (CD)

De acordo com a fala das três conselheiras, podemos perceber três diferentes interpretações sobre a relação inversa entre os indicadores sociais do município de Caturité - PB (2000- 2010) – aumento do PIB corrente e aumento do índice de Gini que indica o agravamento das desigualdades de renda.

A primeira fala atribui a causa do fenômeno ao âmbito da responsabilização individual, apontando a falta de interesse para trabalhar, principalmente nos indivíduos beneficiários do programa federal de transferência de renda Bolsa Família. Antes de analisar teoricamente o que Modesto (2009) chama do mito do *efeito preguiça* do Bolsa Família, é importante destacar o *locus* dos agentes que produzem essa fala. A Entrevistada CA advém de um núcleo de donos de empresas

familiares falidas de beneficiamento de leite, e possui em sua fala uma série de características fruto da sua origem, classe social e relações sociais, estando presente assim na sua entrevista um certo *ressentimento de classe*.

Também interpretamos essa fala de acordo com o que tratamos no Capítulo II desse trabalho, sobre a dupla hermenêutica na análise dos objetos de estudo nas Ciências Sociais.

A primeira fala atribui a causa do aumento das desigualdades sociais em Caturité, aos indivíduos da classe subalterna, decorrentes de se tornarem *preguiçosos*, após serem beneficiados pelo Bolsa Família, demonstrando uma eventual legitimação de discursos produzidos por setores da sociedade que se sentem *prejudicados* pela melhoria das condições médias de vida da população – alvo do Programa Bolsa-Família (PBF). Os discursos críticos em relação ao PBF, são explicados, por exemplo, por Bernardo (2010, p.2), nos seguintes termos:

Uma boa parte das críticas de direita ao Programa Bolsa Família revela uma reação de sectores profissionais que pertenceram outrora às classes dominantes ou estiveram perto delas e agora se vêm vítimas da proletarização dos processos de trabalho. No plano ideológico, a primeira resposta das pessoas em vias de perder o estatuto social é fazer o possível por não se dar conta da situação em que caíram e acentuar o fosso que as separa dos estratos mais mal pagos. Por isso, tudo o que melhore a situação dos pobres lhes surge como uma ofensa, já que reduz a distância social que elas gostariam de ter mantido. Outra parte das críticas de direita dirigidas ao Programa Bolsa Família revela as inquietações dos sectores capitalistas mais retrógrados e menos competitivos. Tudo o que contribua para diluir as modalidades arcaicas de obtenção de trabalho, substituindo-as pela contratação salarial, estimula a formação de um mercado de trabalho unificado no âmbito nacional, pondo em causa o trabalho remunerado ocasionalmente ou até gratuito que caracteriza as relações de clientela.

O avanço do poder de barganha conferido às famílias em situações de extrema pobreza lhes favorece a não aceitar trabalhos nos moldes arcaicos, de extrema exploração, semelhantes ao trabalho escravo. Sendo este característico do tipo de trabalho citado pela entrevistada CA, que se refere aos trabalhadores domésticos informais, os quais, nos contextos em que a fala foi produzida são mulheres, pobres e negras, e que recebem baixíssimas remunerações, por um trabalho de tempo integral, no qual sua vida pessoal se mistura integralmente com o seu serviço prestado, sendo um tipo de *ama da casa* ou *criadeira da família da casa*

grande, remetendo-se à cultura escravocrata ainda tão presente no país, nos termos do que tratamos no Capítulo I, através das contribuições de Freyre (1933,1937).

Apesar do aumento do poder de barganha conferido às famílias beneficiadas do PBF, segundo Sitcovsky (2008, p. 241) “[...]a pressão exercida no sentido do assalariamento não significa a inserção dos usuários do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho pela via do trabalho socialmente protegido”, colocando-se a questão central de análise na relação entre trabalho precário, assistência social e renda mínima, pois a grande parte dos trabalhadores beneficiários do PBF está na informalidade²⁸.

Dessa forma, o Estado sendo funcional ao Capital, através do Bolsa Família, tendo em vista manter o seu exército social de reserva com mínimos sociais, assume um papel de reprodução e manutenção da superpopulação “flutuante”, “latente” e “estagnada” (Marx, 1988) - a qual nem está inapta para o trabalho, mas que também não está em empregos formais pela ausência de vagas. Assim a relação que na história das políticas sociais era de contraposição entre trabalho e assistência social (BOSCHETTI, 2003), hoje no Brasil é de atração - entre trabalho precário e Bolsa família, colocando este como resposta às novas formas de insegurança e flexibilização das relações de trabalho, as quais as políticas sociais de outrora não conseguem mais responder (SITCOVSKY, 2008).

Realizada essa análise sobre a fala da Entrevistada CA, passaremos para as outras duas citadas aqui anteriormente sobre a análise das variações dos indicadores sociais em Caturité/PB.

A segunda fala apresenta uma narrativa de uma entrevistada (CC) moradora da zona rural. Na sua interpretação, a possível causa da desigualdade no município de Caturité, é a ausência de políticas locais que promovam equidade²⁹ e que gerem emprego e renda para a população da zona rural.

Para entender o relato e os dados apresentados por CC, é preciso considerar que, quando, segundo a entrevistada, as empresas de beneficiamento de leite se instalaram no município de Caturité, na década de 2000 a 2010, a maioria dos

²⁸ Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. *O perfil das famílias do Bolsa Família*. Brasília, 2007.

²⁹ [...]tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem (SACHS,2008, p.14), com vistas a reduzir as desigualdade existentes.

empregos foi ocupada por pessoas de fora do município, decorrente da ausência de pessoal qualificado para ocupar as vagas geradas pelo empreendimento, que requisitavam formação técnica, escoando assim a renda devida aos salários desse quadro de funcionários para trabalhadores de outras cidades e não para o município de Caturité. Isso, de certa forma, explica, como um aumento do PIB corrente considerável não se expressou em distribuição de renda para as famílias e trabalhadores locais.

A terceira interpretação, apresentada pela conselheira entrevistada (CD) nos traz algo diferente mas complementar a fala da Entrevistada CC, aquela interpreta que a possível causa do aumento da desigualdade social no município de Caturité em detrimento do grande aumento do PIB corrente (2000-2010), é derivante de questões estruturais na formação econômico-social da região, no que se refere principalmente à concentração de terras, gado, e insumos na mãos de poucas pessoas. Percebe-se assim na sua fala, a existência de uma profunda desigualdade no acesso à terra e aos seus bens na região do município de Caturité-PB.

Desta forma, com base nas entrevistas das conselheiras CC e CD, as causas e/ou fatores geradores do aumento da desigualdade no município de Caturité na década analisada seriam decorrentes da ausência de políticas locais de acesso ao emprego, à renda, de promoção da equidade e de melhores condições de vida, especialmente na zona rural, bem como decorreriam de condições estruturais intrínsecas a formação sócio econômica da região Nordeste, especificamente à formação e a organização econômica e fundiária apresentada por Celso Furtado sobre *outro Nordeste*, o do Semiárido, exposta no Capítulo I, como principais causas da sua *Questão Regional*.

Apresentaremos agora algumas narrativas das conselheiras dos CMAS e CMS de Damião-PB, referente a suas interpretações sobre quais seriam os prováveis fatores locais e/ou as causas desse município, dentre os de PP1 na Paraíba, ter tido o maior aumento percentual do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, com uma variação percentual de 76,61% entre os anos de 2000 a 2010.

Eu percebo assim que a cidade cresceu, tem muitas construções. Eu acredito assim que o comércio, o comércio teve um desenvolvimento, e eu acredito que o salário mínimo também, ele deu um contribuída, e esse foi um momento em que a cidade é passou a ser cidade, que não era cidade, era distrito de outro município, e aí quando ela passou a andar com suas

próprias pernas. Acredito que a renda que circulava ficava realmente na cidade. No momento em que passou a ser cidade, muitas pessoas que moravam fora retornaram e investiram, porque no momento que alguém tá fora um bom tempo constrói um patrimônio, aí ela volta e coloca um comércio. Aquele comércio vai enriquecer a cidade, porque vai gerar emprego pouco, mas vai ter. Antes também a agricultura era uma, mas hoje a agricultura tá pobre aqui no município. (CF)

Damião-PB, entre 1996 e 2000 estava se instalando, porque a primeira gestão foi de 1997 a 2001, então o município estava se instalando. Depois de 2000 para cá foi que o município passou a ofertar o ensino fundamental e ensino médio no município, e começou um trabalho na educação para corrigir a distorção idade-série. Temos uma dívida altíssima com as outras gerações de 1997 para trás, onde as crianças não estudavam, não tinha a obrigatoriedade na educação, então só estudava quem tinha uma certa condição. Pobre não ia para a escola! As famílias eram numerosas. Essas famílias não tinham renda nenhuma, elas sobreviviam do jeito que dava, de acordo com a realidade. E aí nesse período, foi quando começaram as políticas públicas voltada para transferência de renda. Aí que foi instalada a Secretaria de Assistência Social, que não existia. Antes era Secretaria de Saúde e Ação Social, e aí de 2001 para cá foi que o município desvinculou a Assistência Social da Saúde. Então começou a se direcionar as Políticas Saúde, Educação e Assistência, começaram a trabalhar de forma articulada, porém cada uma ofertando os seus serviços e direcionando ao usuário. Então o município começou a dar e a exigir também a contrapartida dos usuários! Então isso começou, por exemplo, a parte do programa de transferência de renda, onde um dos pré-requisitos- matrícula na escola; agenda da saúde; fazer a participação social nos grupos da assistência, né? Nos grupos do CRAS. Começou a implantação dos conselhos! E aí foi o município oferecendo ao usuário, mas cobrando a contrapartida do usuário, a participação. Então foi o momento, de 2000 a 2010, que passou a educar a população para a oferta de serviço, e a participação dos usuários nas políticas. (CG)

Nas falas das conselheiras entrevistadas, apresentaram-se três fatores principais para essa variação no IDHM em Damião: a emancipação política-administrativa do município; a expansão do setor da construção civil; o aperfeiçoamento da gestão social instituindo práticas intersetoriais; controle e participação social.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve o aumento da criação de municípios no Brasil, acompanhado da descentralização político-administrativa. De acordo com o IBGE (2010), em 1980 havia no Brasil 3.974 municípios; em 1990, foram criados mais 315 novos municípios. Em 1996, foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional n.º15, a qual permitiu aos estados criarem novos municípios, respeitadas diversas prerrogativas, como o estudo de viabilidade municipal, dentre outras. A partir desse ano até 2010, foram instalados mais 596 municípios, fazendo com que o Brasil tivesse no total 5.565 municípios (CIGOLINI;

CACHATORI, 2012). Desta forma a criação do município de Damião-PB, foi decorrente desse fenômeno a partir de 1990.

Ainda de acordo com Cigolini e Cathatori (2012, p. 3): “[...]o conceito de território sempre designou a relação entre grupos politicamente organizados e o espaço, e expressaria a busca de soluções fundamentais na existência dos grupos”, desta forma a formação ou divisão de um território não é algo dado de forma passiva, mas é um reflexo de um processo de organização de grupos sociais. Esses autores, com base em uma revisão bibliográfica extensa³⁰, colocam alguns pontos que geram as emancipações políticas territoriais, dentre eles estão:

[...] as características territoriais locais, como a extensão territorial do município de origem, a presença ou ausência de atividades econômicas, pobreza local, urbanização ou capacidade organizativa dos grupos; de estratégias políticas, seja de grupos que buscam, através da emancipação, alcançar representatividade política ou formar áreas de influência, para obtenção de vantagens econômicas e eleitorais, seja de grupos que vêm na emancipação uma forma de conseguir renda e propiciar o desenvolvimento local; de fatores de gestão administrativa, como o descaso das administrações das sedes municipais com as localidades e a ausência de serviços públicos; da expansão de sistemas de circulação e do aumento populacional; da manipulação do território por atores hegemônicos; de fatores normativos institucionais, como as políticas de descentralização em seus mais variados aspectos, seja das competências locais e estaduais, seja de recursos financeiros federais que incrementam a renda municipal.

A emancipação política-administrativa de Damião-PB possibilitou o fortalecimento da democracia e da cidadania; o aumento da arrecadação territorial e os repasses do governo federal para a localidade, gerando assim uma maior oferta direta de serviços públicos à população do território, e o incremento da renda local, com avanços na qualidade de vida dos seus habitantes.

No que se refere à expansão do setor da construção civil, entre os anos de 2000 a 2010 em todo o Brasil, retornamos ao que apresentamos no Capítulo 1 deste trabalho, sobre a intensificação do estímulo financeiro federal através do PAC, que possibilitou aos estados e municípios a realização de melhoria da infraestrutura regional/local, impulsionando a criação de vários empregos formais. Nessa área destaca-se também a execução do Programa de Habitação Popular *Minha Casa Minha Vida*; bem como o aumento da oferta de crédito para pessoa física e jurídica.

³⁰ Bremaeker, 1992; Mello, 1992; Noronha, 1997; Siqueira, 2003; Shikida, 1998; Caldas, 2002; Cigolini, 1999; Lima, 2000; Motta Junior, 2002; Mello, 1992; Ayres, 2001; Benfanti e Guimarães, 2004; Rivera e Motta Pinto, 2004; Cataia, 2001; Tomio, 2002; Alves, 2006; Pinto, 2003; Bezerra, 2006.

O aperfeiçoamento da gestão social– com práticas intersetoriais, controle e participação social, citados pela conselheira nos trechos acima como fator gerador da melhoria do IDHM de Damião-PB, reflete, inicialmente, na melhoria da educação básica do território, a partir de sua emancipação política-administrativa, através da correção da distorção idade-série de sua população, por meio de incentivo de políticas federais de desenvolvimento da Educação.³¹

Ainda foi destacado em relação as causas das expressiva melhoria do IDHM de Damião-PB, é a efetividade das políticas municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, e a intersetorialidade através do trabalho articulado em rede de ações, com o envolvimento, o emponderamento do usuário dessas políticas, como corresponsável pela melhoria das níveis de escolaridade e de saúde.

Após as interpretações das conselheiras sobre os fatores locais e/ou causas dos resultados da variação percentual dos indicadores sociais de seus municípios, entre os anos de 2000 à 2010, continuamos com a aplicação do roteiro estruturado das entrevistas, os quais passaram a tratar da realidade atual dos municípios de Caturité-PB e Damião-PB.

Segue a continuação das sistematização dos dados das entrevistas.

³¹ O Plano de Desenvolvimento da Educação, com a reunião de vários programas que abarcam desde a educação básica à educação superior, procura, por meio de parcerias com os municípios, instaurar um regime de colaboração que propicie o desenvolvimento prioritário da educação básica. Foi criado também em 2007 o IDEB (índice de Desenvolvimento da Educação Básica), onde, a partir da análise dos indicadores municipais, o MEC ofereceu apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao 'Compromisso Todos pela Educação' e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Segundo dados do MEC, em 2008, os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso. Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade.(OLIVEIRA, 2009, p.204).

Quadro 10 Identificação de fatores locais e/ou regionais que contribuem na atualidade com o desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Fatores atuais do desenvolvimento municipal.	Oportunidade pública de formação técnica educacional	<i>[...]a possibilidade de através da educação, com formação técnica, do processo seletivo do IFPB - é um dos processos seletivos que hoje os alunos da rede pública estão tentando conseguir, alguns já conseguiram [...] Aqui tem ação de estímulo a seleção, do IFPB, e lá uma das avaliações se baseia no histórico escolar do aluno, e isso é muito importante pois ver a assiduidade do aluno, as notas do aluno. Alguns eventos na escola também que estimulam a isso, cursinhos, olimpíadas, e tudo isso, contribui para incentivar a buscarem. Apesar das dificuldades das escolas públicas, se você chegar no colégio estadual aqui, você vai ver uma estrutura física ainda muito defasada, mas na administração atual, se incentiva muito a buscar isso, então os alunos se sentem estimulados, porque quando você tá num ambiente de educação com dificuldade, mas existe um estímulo - eu consegui, você consegue também, isso automaticamente leva você a pensar de forma positiva e a conseguir também.. (CC)</i>
		Localização geográfica e acesso ao município.	<i>[...]o acesso para o município, não é muito distante de um grande pólo que é Campina Grande, é muito próximo de Queimadas, muito próximo de Boqueirão, então é a questão do acesso.. (CD)</i>
Damião	Fatores atuais do desenvolvimento municipal.	Eficácia da Gestão municipal	<i>Eu atribuo à gestão municipal. Eu não tenho nada contra nem a favor, mas assim, já faz um bom tempo que eu trabalho e a gente vê que é uma gestão que ela quer desenvolver a cidade, a gente não via a possibilidade de ver o esgotamento sanitário - no momento se irá concluir 48% do</i>

			<p><i>esgotamento sanitário, e depois vão esperar que a outra parte do recurso entre para concluir a obra, e ter esgotamento sanitário em 100% da cidade. Antes as outras gestões a preocupação era só manter educação e saúde, e a gente não via a cidade crescer. E hoje a gente vê a nossa cidade crescendo.. (CF)</i></p> <p><i>Um dos fatores é justamente a questão dos órgãos públicos estarem direcionando as políticas de acordo como elas realmente são, sem desvios daquela política, por interesses próprios! É dos mais importantes fatores, porque se você direciona a educação da forma de como a política pública está descrita, obviamente o usuário vai receber de forma correta, e vai contribuir para o desenvolvimento da sociedade. (CG)</i></p>
--	--	--	--

Fonte: Primária, 2017

De acordo com o relato das conselheiras, os principais fatores identificados para o desenvolvimento do município de Caturité atualmente são a oportunidades de formação técnica pública e o caráter inclusivo das iniciativas locais de educação inclusiva nas escolas regulares do município, as quais resultam em acesso aos cursos técnicos-profissionais e de ensino superior em Universidades da região. Apesar da estrutura física precária das suas escolas de ensino regular, tais iniciativas da gestão municipal atual pode ser um início de resposta ao gargalo existente, pela ausência de oportunidades de acesso equitativo a políticas de educação regular e de formação técnico profissional no município.

Na última década assistimos a um movimento de crescimento e interiorização do ensino superior na Região NE – em 2002 havia 43 *campi* de universidades federais na Região; em 2010 esse número passou para 230 *campi*. Isso aconteceu, através do programa federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse crescimento aumentou o acesso de jovens das camadas pobres da população às universidades, embora os que a elas chegam ainda constituem uma elite, já que apenas cerca de 56% dos jovens concluem o ensino

médio (MEC, 2015). Embora a presença desses campus, venha aumentando o número de vagas de acesso ao ensino superior em regiões interioranas, essa expansão do ensino superior foi feita, na sua grande maioria dos Campus, de forma precarizada – nas condições de trabalho, na estrutura física e no quantitativo de docentes e técnicos administrativos necessários, dentre outros, comprometendo o tripé da pesquisa, ensino e extensão (ANDES, 2013).

O outro fator que contribui para o desenvolvimento de Caturité atualmente apresentado pelas conselheiras foi a localização geográfica e acesso ao município, o qual está territorialmente próximo a uma cidade de médio porte, Campina Grande, que possui uma maior oferta de empregos, e educação superior, possibilitando o acesso da população de Caturité a esses serviços e oportunidades.

Ainda no que se refere ao município de Damião-PB, o fator que atualmente contribui para o seu desenvolvimento município, apresentado por todas as conselheiras, foi a eficácia da gestão municipal. Segundo elas, pelo fato do município ser gerido de forma efetiva, no sentido de que as Políticas Públicas existentes são direcionadas para o fim ao qual foram idealizadas normativamente, e que os recursos públicos estão sendo aplicados de forma eficiente, sem desvios da sua usabilidade pública, foi possível observar o desenvolvimento do município refletido nos IDHM.

É importante destacar que o município de Damião-PB ficou em 10º Lugar no conjunto dos 223 municípios da Paraíba em transparência pública, de acordo com pesquisa feita pelo Tribunal de Contas do Estado, em Novembro de 2016, a qual avaliou as páginas eletrônicas oficiais das Prefeituras do Estado da Paraíba. Além disso Damião-PB foi um dos municípios na Paraíba que por duas edições consecutivas recebeu o selo Unicef (2009-2012/2013-2016) - uma certificação internacional, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, cujo principal objetivo é fortalecer as políticas públicas municipais com foco na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, reconhecendo os esforços dos municípios, nas regiões do Semiárido e da Amazônia Legal Brasileira, para a superação das desigualdades e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, através da implementação de ações, programas e políticas públicas em favor da infância e da adolescência (UNICEF, 2012).

Tabela 5 Existência de relação de influência entre a atuação dos CMS e CMAS e o Desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba, segundo a visão das conselheiras

	Nº
Sim	6
Não	1
Não respondeu	1
Total	8

Fonte: Primária, 2017

Seis dentre as conselheiras entrevistadas identificaram haver uma relação entre a atuação dos CMS e CMAS e o desenvolvimento de seus municípios. Segue abaixo as ações e/ou práticas, que, na interpretação das conselheiras influenciam no processo de desenvolvimento dos seus municípios.

Quadro 11- Ações e práticas dos CMS e CMAS que colaboram para o desenvolvimento dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Ações dos conselhos para o desenvolvimento municipal.	Cursos profissionalizantes	<i>[...] Em uma reunião dessas, a gente refletiu sobre mães que ficavam em frente de suas casas, passando a manhã toda esperando seus filhos (da escola). Através desse conselho, utilizando o contato o CRAS, as convidamos para que elas fizessem cursos (profissionalizantes). Uma delas hoje vende marmitas, habilidade adquirida através do curso de auxiliar de cozinha que teve no CRAS, que veio pelo SENAC. Aprendeu a cozinhar. Teve também curso de cuidador de idosos.(CA)</i>

		Avaliação das políticas públicas	<p><i>[...] nós estamos em um espaço de reivindicação e deliberação. A gente faz aquela avaliação do que nós conseguimos, e o que nós temos que conseguir dentro do nosso município, através da participação da comunidade no controle social, nesse contexto do SUS.. (CC)</i></p> <p><i>As conferências de saúde (CD)</i></p>
Damião	Ações dos conselhos para o desenvolvimento municipal	Fiscalização das ações da gestão pública	<p><i>[...]no momento em que a gente vem para o conselho, que a gente traz os problemas, que a gente reivindica, e conversa com a secretário, com o presidente do conselho, que a gente fala que precisa mudar, que precisa melhorar, a gente tá contribuindo sim [...]. A questão do esgoto, a gente que é a gente de saúde, sempre tá trazendo a reclamação do esgoto, que vai ser feito. Minha outra colega sempre trazia para o conselho essa questão, porque a gente recebe a reclamação de um dono de padaria, chama um agente de saúde, mas o que você tem a fazer- procure, reclame, não tô gostando, tá passando na minha porta, está incomodando, então a gente acaba trazendo para cá[...], uns dos objetivos dessa gestão que está hoje é isso (finalizar o esgotamento sanitário). (CF)</i></p> <p><i>Monitora e avalia as políticas públicas ofertadas e serviços ofertados (CG)</i></p>

Fonte: Primária, 2017.

Nas entrevistas das conselheiras de Caturité podem ser identificadas duas ações práticas realizadas pelos CMAS e CMS que contribuem para o desenvolvimento do município – o fomento de cursos profissionalizantes e a avaliação das políticas públicas. Essas ações mostram a identificação por parte dos CMAS e CMS com demandas apresentadas em Caturité, no que se refere a

ausência de formação técnico profissional, bem como da necessidade de avaliação de impacto das políticas sociais locais na vida da população.

No município de Damião-PB as ações práticas identificadas foram: – a fiscalização das ações da gestão pública, ou seja, o funcionamento efetivo da dimensão técnica e política do controle social no município, exercido através dos conselhos, tendo como ação prática o lobby feito por parte dos conselheiros de saúde do município para conclusão do esgotamento sanitário em Damião.

Após isso, as conselheiras foram indagadas se elas achavam que existiam fatores locais e/ou regionais que atrapalham o desenvolvimento dos seus municípios

Tabela 6 Existência de fatores locais e/ou regionais na atualidade que atrapalham o desenvolvimento do município de Caturité e Damião na Paraíba

	Nº
Sim	7
Não	1
Total	8

Fonte: Primária, 2017.

Apenas uma conselheira disse não haver fatores que atrapalhem o desenvolvimento de seu município. As demais que responderam positivamente a pergunta identificaram de acordo com suas interpretações e vivências, os seguintes fatores que dificultam o desenvolvimento municipal de Caturité e Damião na Paraíba:

Quadro 12- Identificação dos fatores locais e/ou regionais que atrapalham na atualidade o desenvolvimento dos municípios de Damião e Caturité na Paraíba

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Inibidores do desenvolvimento municipal.	Desemprego	<i>Falta de emprego, a maioria se desloca para Campina Grande. A maior oportunidade de emprego, tirando o emprego público da prefeitura, é a Alparbatas, o pessoal se desloca para lá, Coteminas, as empresas de Campina Grande. Aqui não tem, só a do Leite Cariri, mas não dá conta. (CB)</i>

		Seca- água. falta de	<i>Hoje a gente tá vivendo uma situação muito crítica em relação a falta de água né, dependemos da água de Boqueirão, e hoje o município está sendo abastecido quase que 100% por carro pipa, pois pelo açude de Boqueirão a cidade só é abastecida um dia. E assim alguém até podia dizer, eu podia morar em Caturité, mas uma seca dessa... ; há eu poderia montar tal coisa, mas uma seca dessa.... (CD)</i>
Damião	Inibidores do desenvolvimento municipal.	Seca- água falta de	<i>A seca, é um fenômeno que atrapalha, porque o nosso município ele é um município da agricultura, e como uma das fontes de desenvolvimento é a agricultura, então com a falta de chuva, obviamente que o município fica no atraso. Agora por exemplo, estamos há cinco anos em uma seca consecutiva, o recurso que o município poderia estar utilizando para alguma oferta de outro serviço, ele tem que utilizar para abastecer a cidade com água, e é caro! Imagine o município manter dois carros pipa para abastecer a cidade! Então numa população de 5.000 habitantes, o município tem que fornece água para 5.000 habitantes! Então, se nós tivéssemos chuvas, esse recurso, estaria sendo viabilizado para outra área de serviço. (CG)</i>

Fonte: Primária, 2017

Destacamos, no quadro anterior, alguns dos fatores locais e/ou regionais que, na interpretação das conselheiras entrevistadas dificultam o desenvolvimento do município de Caturité e Damião na atualidade. No município de Caturité o desemprego, e a seca aparecem como principais fatores impeditivos do desenvolvimento quando considerado em termos de qualidade de vida, sendo este

primeiro já tratado nos comentários de narrativas anteriores, como algo existente na década de 2000 a 2010 e que se perpetua nos dias atuais. Em referência à seca, nas narrativas, não observamos interpretações que transcendessem à abordagem do fenômeno em seu aspecto natural.

Isso também foi observado nas falas das conselheiras do município de Damião. Para elas, o principal fator local e regional que dificulta o desenvolvimento, é o fenômeno da Seca, especialmente a que ocorre nos últimos 5 anos no Semiárido do NE. De acordo com as conselheiras esse é o principal fenômeno que atrapalha o desenvolvimento do seu município, haja vista que estes têm como fonte de geração de renda e riqueza a agricultura, principalmente a familiar, bem como a pecuária com a criação de gado leiteiro. Como vimos no trecho da fala de CD, a falta de recursos hídricos tem provocado o êxodo de investimentos no município de Caturité o qual tem uma história de potencialidade no seguimento de laticínios.

Fazendo uma análise regional deste fenômeno em questão, o acesso e a distribuição de água potável é uma problemática histórica que vem atingindo o semiárido nordestino brasileiro, área em que vivem cerca mais de 18 milhões de pessoas, das quais oito milhões estão na zona rural. Essa problemática atinge principalmente as populações mais pobres, que em tempos e tempos são beneficiárias de ações governamentais que amenizam, mas pouco revelam e tratam das questões estruturantes as quais determinam a má distribuição do acesso água no semiárido.

Não estamos aqui negando os fatores geográficos que produzem as estiagens, a exemplo da baixa pluviosidade e irregularidade das chuvas da região, com média de 800 mm ao ano³². Contudo, para além de questões geográficas, a problemática da escassez de água no semiárido nordestino tem uma relação dialética com o processo de sua formação socioeconômica. Desta forma o que queremos deixar claro sobre a problemática da distribuição de água frente ao fenômeno da seca, como conhecemos na atualidade, é que esta dificilmente poderia explicar-se apenas restringindo a análise ao quadro natural, as suas consequências são potencializadas haja vista a estrutura socioeconômica a qual organizou as relações sociais no semiárido nordestino, com alto nível de concentração de terra e de poder, e

³² Apesar desse índice pluviométrico ser muito maior do que outras regiões semiáridas do mundo, e que apesar disso estas, são mais desenvolvidas.

consequentemente posse da água, fragilizando principalmente a produção do trabalhador rural e de sua família, lado mais vitimado historicamente de toda a estrutura econômica nordestina, como tratado no Capítulo I desse trabalho.

Assim as políticas de acesso à água no semiárido são marcadas por medidas que vão desde a construção de grandes barragens por meio dos principais órgãos governamentais tais como o Instituto de Obras Contra a Seca (IOCS), o Instituto Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), até a recente política de construção de cisternas (o P1M1), as quais se mostraram ineficazes, não resolvendo a questão do direito ao acesso universal à água na região, principalmente às populações rurais mais pobres, apontando-se, inclusive na literatura especializada o fato de que nesses lagos artificiais a água armazenada é usada principalmente para o consumo urbano, e no uso de irrigação de monoculturas, beneficiando grandes latifundiários (SILVA *et al*,2009).

Dessa forma ainda é grande o desafio para a região do semiárido NE, a formulação de políticas públicas que tratem de forma estrutural a questão do acesso a água e sua distribuição frente ao fenômeno da seca, para tanto consideramos imprescindível, estudos, pesquisas, e ações governamentais sobre o uso, distribuição, reuso da água, tanto para consumo humano como para produção.

Após identificado, pelas conselheiras, os fatores que dificultam atualmente o desenvolvimento dos municípios pesquisados, foi indagado para as mesmas se os respectivos CMS e CMAS, contribuíram e/ou contribuem para que esses fatores impeditivos do desenvolvimento nos referidos municípios fossem amenizados e/ou anulados

Quadro 13 Identificação de ações e/ou práticas realizadas pelos CMAS e CMS que visem a mitigação dos fatores impeditivos do desenvolvimento nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Ações e/ou práticas de mitigação dos inibidores do desenvolvimento municipal	Cursos profissionalizantes	<p><i>Nós estamos envolvidos em ações que estimulam a buscar o conhecimento, a gente também fala dos espaços institucionais que existem para quem tem interesse: cursos existentes. A própria vigilância em saúde também tem uma capacitação. Nós temos vários profissionais, pessoas que tentam buscar seu meio de vida, e a gente tá como vigilância diretamente capacitando essas pessoas, então a gente tá promovendo e isso junto com a Assistência Social, o CRAS, que é quem realiza esse esses cursos profissionalizantes. (CC)</i></p>
Damião	Ações e/ou práticas de mitigação dos inibidores do desenvolvimento municipal	Campanhas educativas sobre uso da água.	<p><i>A ação que a gente fez foi o SOS Seca, levando informações às pessoas da real situação, e esclarecendo que as pessoas tem que fazer um racionamento, mostrando a elas a situação de hoje e o que pode acontecer lá na frente. Ou seja fizemos uma campanha preventiva para questão do racionamento da água, para que futuramente a gente não venha a sofrer um dano maior. (CF)</i></p> <p><i>A gente também fez uma campanha para obter o Celo Unicef, e dentre os temas abordados foi a Convivência com o Semiárido, que a gente trabalhou com os adolescentes do NUCA- Núcleo de Cidadania dos Adolescentes, mas o nosso foco maior foi com a rede escolar, já que nosso objetivo era conscientizar as crianças e dos adolescentes da real situação. (CG)</i></p>

Fonte: Primária, 2017

As conselheiras entrevistadas que apontaram que o CMAS e o CMS realizaram alguma ação prática, que de forma direta ou indireta contribuíram para mitigar os fatores impeditivos do desenvolvimento, destacaram as seguintes práticas: promoção de cursos profissionalizantes de forma intersetorial, no município de Caturité -PB; campanhas educativas sobre o uso da água, em Damião-PB.

A realização de cursos profissionalizantes em Caturité faz parte do programa do Governo Federal de inclusão produtiva urbana, do Programa Brasil sem Miséria, até o ano de 2016, o qual ofertou turmas de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em parceria com as entidades do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT E SENAR), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as Redes Estaduais de Educação Profissional. Apesar de serem ações importantes para formação técnico profissional, não são iniciativas de criação próprias do município.

No que se refere à realização das campanhas educativas sobre o uso da água, em Damião-PB, esta foi uma iniciativa própria do município, frente à seca dos últimos 5 anos, sendo nela enfatizada a temática da convivência ou vivência no semiárido junto aos alunos das escolas do município, e do NUCA –Núcleo de cidadania dos adolescentes - espaço criado para discussão sobre temas relacionados às crianças e adolescentes, com o objetivo de apoiá-los no desenvolvimento de suas capacidades em contribuir para a participação e controle social das políticas públicas do seu município, sendo esta iniciativa uma estratégia obrigatória para obtenção do Selo UNICEF – sendo Damião-PB, um dos municípios aprovados no prêmio 2013-2016.

Assim, para as conselheiras, a partir do momento que os conselhos conseguem diagnosticar alguns gargalos sociais no município e na gestão pública – como a falta de formação técnica profissional; a ausência de esgotamento sanitário; a escassez e a dificuldade de acesso à água, por exemplo, e que em resposta a essas demandas, estes espaços pressionam a gestão municipal para darem resolutividade a essas questões, agindo assim, para as conselheiras, os conselhos estão contribuindo para o desenvolvimento dos seus municípios.

Quadro 14 - Identificação de ações e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Ações e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social	Evento de mobilização de produtores rurais	<i>Existe um evento que é realizado pela Cariri (Empresa Cariri), que é o dia do Agricultor, é um evento muito bacana, é um espaço social, onde tem várias apresentações de talentos do município, do que o município de Caturité tem para oferecer, é uma promoção daquilo que o município produz, que em alguns momentos não é visto, e nesse momento a população inteira ver. Esse é um dos eventos onde reúne bastantes pessoas, têm essa coisa boa da produção, de buscar, esse espaço, essa participação que não é conselho, é um evento do Agricultor. (CC)</i>
Damião	Ações e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social	Reuniões do Movimento Sem Terra (MST)	<i>Aonde mais ou menos funcione isso é no Assentamento (MST), sempre tem essa união é nos assentamentos. E tem reuniões dentro do assentamento, e eles conversam com a gestão. O município tem a sua contribuição para isso, tem a sede da fazenda, que tá fazendo uns 2 anos que o município contribuiu para a reforma do maquinário para que eles funcionasse, porque lá eles fornecem a polpa da fruta para as escolas, e fornece bolo caseiro. Então eles sempre tem essas reuniões, são bem articulados. (CF)</i>
		Reuniões da associação de moradores	<i>Tem a associação de moradores, onde as pessoas se reúnem para discutir, para falar de tudo. (CG)</i>

Fonte: Primária, 2017

Os espaços e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social citados pelas conselheiras entrevistadas em Caturité-PB foi: Evento de mobilização de produtores rurais, realizado pela empresa Leite Cariri, em parceria com a gestão municipal. Apesar de apresentar importantes atividades para o

município, como o que se tem produzido através da referida empresa, esse evento entra no rol do que César (2005) chama de *Empresas cidadãs – uma estratégia de hegemonia*, as quais, a partir da década de 1990, tem reestruturado a filantropia empresarial, através da responsabilidade social empresarial:

Ao tornarem-se parceiros do poder público para a implantação e gestão de programas e projetos sociais, consolidam uma transferência de responsabilidades para a iniciativa privada no campo do investimento social, que, na verdade, seria uma atribuição constitucional do Estado brasileiro em todos os níveis de governo. Passou a ser um canal onde as demandas sociais resultantes da questão social podem ser absorvidas, desarticuladas, pulverizadas e transmutadas em questões sociais, esvaziando sua origem nas contradições de classe, buscando respaldo no discurso da solidariedade e munido de uma legitimidade outorgada pela sociedade e pelo financiamento do Estado e/ou de empresas. (MENEZES, 2010, p.505)

Através da pulverização da questão social e das contradições existentes na reprodução do Capital, o empresariado cria práticas de intervenção social, conciliando o que Menezes(*idem*) chama de velhos e novos mecanismos de controle da classe trabalhadora – coerção e o consenso, com fins de promover a exploração da mão de obra. Assim, a neofilantropia empresarial, tem sido um mecanismo que utiliza-se do consenso para manter o controle da classe trabalhadora, através de:

[...]discursos favoráveis à atuação privada nos atendimentos sociais como forma de ajudar o Estado, o qual já não conseguiria dar conta das mazelas sociais devido a uma crise financeira, a uma burocracia excessiva, aliada a altos índices de desemprego, a uma miséria crescente e à violência, que se tornou um problema crônico. Assim, conforme o discurso dos empresários, seria necessária a participação de todos para a diminuição dessas desigualdades sociais. Aí reside o discurso do consenso, ao se declarar que todos têm sua parcela individual de responsabilidade e que devem atuar juntos para o bem comum. (MENEZES, 2010, p.506-507)

Nesse sentido, esses discursos de linguagem humanística escondem as reais intenções da Responsabilidade Social Empresarial, a qual apresenta Montaño (2005) como o duplo fetiche da doação:

Em primeiro lugar, uma atividade verdadeiramente rentável transmutada em aparente doação. Em segundo lugar, uma doação provinda supostamente de uma instituição (empresarial) e de uma classe (a burguesia), que, no entanto, no fundo, provém da sociedade (dos trabalhadores) e/ou do Estado — diretamente da sociedade, quando tal doação redunde em maiores vendas e preços, portanto, maiores lucros para a empresa doadora (que compensam e ampliam a doação); do Estado (e indiretamente da população pagadora de impostos), por meio de subvenções, isenções de impostos (renúncia fi scal)

etc. Assim, o que parece ser doação do capital não é redistribuição de mais-valia, mas, na verdade, atividade lucrativa (Montaño *apud* Menezes, 2010, p. 507)

O que se percebe através dessa iniciativa da empresa Leite Cariri, é uma forma de, pontualmente, uma vez no ano, apaziguar, através de atividades de produção do consenso social, o que a empresa tem ganhado com a exploração dos recursos ambientais e humanos da região. Através do consenso sombreia-se a realidade de desemprego e desigualdade social que o município vivencia, especialmente na área rural.

No município de Damião-PB, foi citada a articulação dos conselhos com Associação de moradores e o Movimento Sem Terra (MST)³³, como espaços e/ou práticas de participação social para além dos Conselhos de Controle Social.

Além desses espaços identificados pelas conselheiras, no município de Damião-PB existem os fóruns comunitários, e o NUCA- Núcleo de Cidadania dos Adolescentes, criados com vistas à obtenção do selo UNICEF (2013-2016).

Das 6 conselheiras entrevistadas que disseram existir espaços de participação social para além dos conselhos em seus municípios, 4 destas afirmaram também que os CMS e CMAS estavam envolvidos direto ou indiretamente na criação e promoção desses espaços e/ou práticas alternativas de participação social. Para as conselheiras que responderam positivamente sobre o envolvimento dos CMS e CMAS para essas práticas alternativas de participação social no município, perguntamos como se deu esse envolvimento. Segue algumas das respostas:

Quadro 15- Formas de envolvimento dos CMS e CMAS na promoção de espaços de participação social para além dos conselhos nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba.

Município	Variável	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Envolvimento dos CMS e CMAS para promoção de espaços	Articulação com associações	<i>Através da articulação com a associações de moradores e de criadores, e cooperativas. CB</i>

³³ O MST é um movimento político e social brasileiro histórico, originário das ligas camponesas no Brasil (1950), o qual busca fundamentalmente uma reforma agrária popular no país, tendo como pano de fundo a produção agrícola com matriz agroecológica, e dentre outras pautas está a luta contra a democratização da propriedade da terra na sociedade brasileira (MST, 2017).

	alternativos de Controle Social	Mostras das ações do conselho no evento de mobilização de produtores rurais	<i>O conselho de saúde busca naquele momento oferecer serviços de saúde (para a população), e aproveita o espaço também para exibir algumas conquistas, alguma coisa de saúde que foi feito, como uma amostra. A gente também faz o antes e depois, mostrando como era nosso município tantos anos atrás, e o que o nosso município tem hoje. Esse evento é anual, geralmente acontece no mês de Junho. CC</i>
Damião	Envolvimento dos CMS e CMAS para promoção de espaços alternativos de Controle Social	Promoção de ações de acompanhamento das associações e sindicatos.	<i>Planejamento e execução de ações e eventos para o acompanhamento das famílias. CH</i>

Fonte: Primária, 2017

Dentre as formas de envolvimento apresentadas encontram-se: a articulação com associações de rurais; a realização de amostras de ações feitas pelos conselhos ao município. Além da Promoção de ações de acompanhamento das associações e sindicatos, para acompanhamento das famílias do município de Damião-PB.

Alguns autores visualizam algumas soluções para melhoria da eficácia e da efetividade dos Conselhos de Controle Social, dentre eles GOHN (2011) apresenta, algumas articulações e condições necessárias, como de dar peso político a representatividade da sociedade civil nesses espaços deliberativos, ou seja, esses espaços não substituem os movimentos de pressão de massas, mas minimamente os representantes da sociedade civil devem ter vínculos permanentes com a comunidade e/ou movimentos sociais que o elegeram. Desta forma quando os CMAS e CMS se envolvem permanentemente com os espaços não institucionalizados, os quais há uma participação política direta da população do município, os conselhos fortalecem a representatividade da sociedade civil, e

consequentemente, fortalecem-se, legitimando as suas pautas perante o gestor público, formando lobby para sua efetividade.

Por fim, indagamos as conselheiras se estas consideravam que esses espaços e/ou práticas alternativas de participação social, contribuíam para o desenvolvimento do município e/ou região, e todas as conselheiras afirmaram que sim, que acreditavam que esses espaços contribuíam direto ou indiretamente para o desenvolvimento local. Segue no próximo quadro as justificativas apresentadas por algumas das conselheiras, do porquê destas considerarem esses espaços e/ou práticas como meios potencializadores do desenvolvimento municipal.

Quadro 16- Opinião das conselheiras que consideraram os espaços e/ou práticas alternativas de participação social como meios que colaboram para o desenvolvimento local e/ou regional

Município	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Trechos das falas das conselheiras entrevistadas
Caturité	Argumento sobre os espaços de participação social contribuírem para o desenvolvimento.	Confiabilidade	<i>Através da reunião há incentivo, para que eles acreditem mais na cooperativa, acreditem mais no conselho, passa mais credibilidade (CB)</i>
		Incentivo a práticas cooperadas de produção.	<i>Esse evento promove nas pessoas a vontade de produzir, e das famílias buscarem sua sustentabilidade através do seu trabalho (CC)</i>
Damião	Argumento sobre os espaços de participação social contribuírem para o desenvolvimento.	Incentivo a práticas cooperadas de produção.	<i>Sim porque quando eles (MST) se reúne para melhoria de vida deles, também é uma melhoria de vida para o município. Eles tem uma plantação de frutas, acerola, mamão, e aí eles conseguiram através do sindicato, as máquinas, então eles produzem a polpa da fruta, que é fornecido nas escolas do município. E isso é uma forma de desenvolvimento da renda familiar. (CF)</i>

		Empoderamento	<i>A gente passa a esclarecer a importância das pessoas estarem lá no Conselho defendendo o direito do usuário. Então esse trabalho realizado nas associações é mais um trabalho, educativo de conscientização para que as pessoas tirem essa visão- 'Pra que conselho? Conselho num vale nada, quem manda é o prefeito.' Então, é um trabalho educacional mesmo, para ver se as pessoas se atentam para a importância. (CG)</i>
--	--	---------------	--

Fonte: Primário, 2017.

Dentre os argumentos apresentados sobre os espaços e/ou práticas alternativas de participação social contribuírem para o desenvolvimento, estão que estes em Caturité: Promovem a confiabilidade nas cooperativas, e nos próprios conselhos, pois além de fomentarem o ajuda mútua para produção, geram uma cultura de transparência pública nas ações dessas cooperativas. Com isso, há o incentivo para práticas cooperadas de produção, mobilizando os produtores rurais à diversificação de geração de renda e desenvolvimento da família e comunidade.

Para as conselheiras de Damião, têm-se também o argumento do incentivo a práticas cooperadas de produção, através do exemplo do que é feito no assentamento do MST, com a produção de polpas e bolos para as escolas do município, através de conquista do sindicato rural do município como a aquisição de maquinário para o assentamento, bem como pelo incentivo advindo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, o qual compra os alimentos diretamente dos agricultores familiares, especialmente da população de assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Os produtos adquiridos pela gestão pública municipal é entregue em restaurantes populares, escolas, creches, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias etc (BRASIL, 2017).

Sobre esse argumento - incentivo a práticas cooperadas de produção, compreendemos que as atividades de geração de renda por meio de cursos profissionalizantes, e mecanismos de comercialização, com a compra da produção rural (PAA), possibilitam a redução da condição de miserabilidade na população,

mas que mantém-se nessas iniciativas,³⁴ marcas da precariedade e informalidade do trabalho.

Daí conclui-se que a intenção é o estimular a criação de pequenos negócios[...]permitir aos pobres a construção de suas próprias estratégias de sobrevivência, e neste caso, a informalidade é pensada como uma das soluções para o desemprego e o enfrentamento da pobreza. (SITCOVSKY, 2012, p.242)

Dessa forma, é importante pensar até que ponto essas iniciativas promovem o desenvolvimento das famílias e comunidades locais, ou apenas são estratégias de manutenção e reprodução da *superpopulação relativa de tipos flutuante e latente* como já abordado anteriormente nos comentários a respeito dos efeitos do Programa Bolsa Família.

Outro argumento apresentado pelas conselheiras de Damião, quanto a contribuição desses espaços e/ou práticas alternativas de participação social para o desenvolvimento do município, foi o empoderamento da população usuária, pois de acordo com as conselheiras, nesses espaços há uma conscientização da importância da funcionalidade dos espaços legitimados de controle social -como os CMS e CMAS, com vistas a incentivar a maior participação da sociedade civil para por em pauta e em efetividade, questões inerentes a condições de vida e o desenvolvimento do município.

Essas práticas e/ou espaços alternativos de participação social trazem à tona o debate a certa do Capital Social, o qual entende-se, de acordo com Putnam(1996) como um conjunto de práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre pessoas de uma dada sociedade, gerando um sistema de participação que estimula a cooperação mútua em uma comunidade cívica- cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (Putnam, 1996, p. 31). Assim, para Putnam (1996), quanto mais capital social, mais desenvolvimento uma sociedade teria, ou seja, regiões com menos associações, menos relações mútuas de confiança e cooperadas, menos crescimento econômico.

³⁴ Projetos de desenvolvimento da capacidade empreendedora das famílias, cursos profissionalizantes de cozinheira, doceira, etc.

[...]para Putnam, está na confiança: nas regiões cívicas as instituições públicas são eficazes, pois a comunicação entre os cidadãos aumenta, o consenso sobre decisões comunitárias se fortalece e as organizações sociais e a economia local se consolidam, o que gera cooperação voluntária. A confiança, neste caso, passa a ser mais do que uma crença, torna-se regra e gera ação comunitária. (Walter *et al*, 2003, p.3)

Algumas críticas são apresentadas à análise do capital social formulada por Putnam (1996), a exemplo da apontada por Matos (2001), em que considera a teoria do Capital Social como uma ênfase exagerada no simbólico, no campo das atitudes e crenças dos atores sociais, afirmando uma espécie de determinismo cultural. Ao trazer o conceito de Capital Social para países da América Latina, Neves (2003, p.1), apresenta este como uma forma de descaracterizar as contradições nas relações de classe, através do incentivo a uma ação integrada, baseada na colaboração entre grupos com interesses distintos: “[...]inspiradas na utilização deste conceito, vem-se constituindo em um instrumento de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto a espaço de colaboração”.

Pensamos que é necessário afastar-se de um determinismo da relação de causalidade entre desenvolvimento e capital social, pois de acordo com Matos(2001), em situações de vulnerabilidade social, é imperativo considerar a prioridade das necessidades de curto prazo de subsistência, as quais convergem para práticas individualistas e clientelistas com vistas a atender essas necessidades, independente de normas, regras de cooperação. Isso não impede que populações vulneráveis socialmente se organizem coletivamente, mas impera-se nas relações humanas prioritariamente o atendimento momentaneamente dessas vulnerabilidades para possibilidade de uma organização social cooperada (*idem*).

Compreendemos, no entanto, que os espaços de participação e controle social através de comunidades cívicas, podem contribuir para a própria democracia e o fortalecimento das instituições públicas as quais são responsáveis pela gestão das políticas públicas, que direta ou indiretamente estão relacionadas à implementação de ações relativas à melhoria das condições de vida de uma dada população, bem como o desenvolvimento do seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil dos últimos anos, após a Constituição de 1988, observou-se o aumento de instituições participativas em diversas áreas, orientado pela prerrogativa legal de mudança de paradigma da gestão da coisa pública, através da perspectiva de controle social democrático - que visa para além de uma participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das decisões da sociedade política, a partilha de poder, quebra de hegemonias e apropriação social no debate das políticas públicas e no pensar do desenvolvimento.

O aumento progressivo dessas instituições participativas, principalmente o crescimento dos diversos Conselhos de Controle Social (CCS), no período posterior à redemocratização do país, nos trouxe o ponto inicial da pesquisa que serviu de base para esta dissertação, que foi o interesse em debater os reflexos da atuação dos CCS sobre o desenvolvimento, pensando a partir do cenário das condições de vida e dos indicadores sociais dos municípios. Desta forma, este trabalho propôs compreender como os agentes sociais participantes de CMS e de CMAS interpretam a influência de sua atuação sobre as dinâmicas de desenvolvimento local e regional.

No texto que ora apresentamos, analisamos diversos modelos de desenvolvimento pensados no mundo no decorrer da história até a reconversão de seu paradigma nos dias atuais, os quais partem da negação do Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, afirmando a crítica aos destrutivos resultados ambientais e sociais advindos da redução economicista do Desenvolvimento.

Também discutimos o formato que tomou o Desenvolvimento no Brasil, na década de 2000-2010, analisando através da proposta do *Novo desenvolvimentismo*, na qual foi possível observar um caráter geral de reformismo social, desdobrado em um conjunto de políticas públicas que se direcionaram à redução de certas desigualdades existentes no país, sem a promoção de rupturas estruturais com o modelo que o precedeu.

Apresentamos as linhas de um debate que reconhece as mudanças sociais ocorridas no país de 2000 a 2010, em especial na região Nordeste, que reduziram

os níveis de pobreza, aumentaram o IDHM regional, realizaram a expansão e interiorização do ensino superior, executaram políticas de moradias populares, de valorização do salário mínimo, de oferta de crédito, de aumento do emprego formal nesse período, para citar alguns resultados. Embora ocorrido tais avanços destacados, é possível perceber consequências geradas, tais como a precarização do trabalho, redução dos salários à faixa de 1,5 mínimo, endividamento das famílias, além de permanecerem as desigualdades regionais históricas entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, derivante da sua *Questão Regional*. Dessa forma, entendemos que de acordo com Silva (2016), o desafio atual é de não perder a análise crítica da conjuntura e dos reflexos dos governos neodesenvolvimentistas sobre a permanência das questões estruturais de subdesenvolvimento no país e, ao mesmo tempo, não fortalecer o projeto excludente da direita ultraconservadora que está em curso no Brasil.

A partir da discussão acima sintetizada, fizemos uma revisão teórica sobre os conceitos de Democracia, Participação e Controle Social, abordando essas categorias de análise em sua polissemia e nuances. A referida revisão desdobrou-se em um estudo histórico sobre a formação dos Conselhos de Controle Social no Brasil e no mundo, através do qual destacamos a gênese do *conselhismo*, as influências internacionais na criação das experiências conselhistas no país. Esse estudo histórico trouxe elementos para entender as contradições existentes nesses espaços, que ora são meio de apaziguamento através do consenso de movimentos sociais, ora são espaços de ampliação de direitos sociais, onde os avanços ou retrocessos nas políticas sociais são mediados pelas correlações de forças entre os agentes sociais neles envolvidos.

Assim, para entender essa contradição existente nos conselhos, locus de disputas e correlação de forças de diversos interesses, analisamos esses a partir do conceito de Estado e sociedade civil de Gramsci. Posteriormente, apresentamos um panorama da formação e estrutura normativa das políticas de Assistência Social e de Saúde no Brasil, bem como dos seus CCS.

Nesta pesquisa que realizamos, analisamos como os participantes dos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social das cidades de Caturité e Damião na Paraíba, avaliam a influência das ações destes espaços de controle social sobre o desenvolvimento dos seus municípios, o que nos requereu,

inicialmente, a construção do panorama comparativo dos municípios da Paraíba por porte populacional que apresentaram menores e maiores aumentos em seus indicadores sociais na década de 2000 a 2010. Isso nos possibilitou, além da escolha intencional dos municípios alvo para coleta de dados junto aos CMAS e CMS – Caturité e Damião, encontrar alguns achados importantes no processo de observação da análise dos dados trabalhados.

Da consulta a esses dados secundários, destacamos alguns aspectos: o primeiro deles foi que os municípios de pequeno porte I na Paraíba, apesar de possuírem o menor acúmulo de PIB corrente entre os anos 1999 a 2009, foram estes que tiveram os maiores avanços nos seus indicadores sociais. Uma das possíveis causas disso foi a injeção de recursos federais nestes pequenos municípios, através das políticas de valorização do salário mínimo, que repercutiram no aumento do valorização das aposentarias, benefícios e salários, gerando um impacto na economia local e nas condições de vida da população dessas cidades (ARAÚJO, 2015). Além disso, em 2000, esses municípios concentravam mais da metade da população pobre do país, recebendo, assim, o maior montante dos recursos de políticas sociais de transferência de renda, as quais tinham como objetivo a redução da extrema pobreza, através do aporte de renda social e pelo acompanhamento das condições de saúde e de educação das famílias beneficiárias.

Um segundo achado importante da análise dos dados secundários consultados foi que houve entre 1999 e 2009 uma grande concentração de recursos econômicos em poucos municípios na Paraíba: 51% da soma do total de recursos do PIB corrente desse período no estado se concentraram nos municípios de médio e grande porte, que representam apenas 2% do total de municípios do estado da Paraíba.

O terceiro achado significativo foi que os municípios na Paraíba que mais acumularam riquezas (PIB corrente) entre 1999 à 2009, foram os que, contraditoriamente, menos distribuíram renda de 2000 a 2010 (Caturité - Pequeno Porte I, Cabedelo-Médio e João Pessoa- Grande Porte), sendo os que menos reduziram o Índice de Gini, que traduz a concentração de renda.

Diante disso, e das considerações feitas nos pontos anteriores, podemos afirmar que nos municípios da Paraíba, na década de 2000 à 2010, o crescimento

econômico, a nível de aumento de PIB corrente, não implicou necessariamente em melhoria das condições de vida de uma população, a nível de aumento dos indicadores sociais.

No que se refere às considerações finais a certa da análise das entrevistas das conselheiras dos municípios de Caturité e Damião na Paraíba, queremos, antes de mais nada, deixar claro que a intenção não foi encontrar causalidade entre as ações dos CMAS e CMS e o desenvolvimento do municípios, mas compreender os princípios, concepções e ações que norteiam as interpretações das conselheiras sobre a relação entre as dinâmicas do controle social e do desenvolvimento nos municípios analisados.

A investigação sobre as concepções das conselheiras sobre o desenvolvimento e as categorias que informam a participação nos CCS é importante, haja vista a dupla hermenêutica na análise dos objetos de estudo nas Ciências Sociais, que consiste na ideia de que os modos pelos quais os indivíduos que participam dos fenômenos influenciam suas práticas, bem como essas práticas influenciam as representações que eles elaboram do fenômeno. Sobre o conceito de Desenvolvimento, encontramos interpretações que o tratam ora como *crescimento econômico*, ora como *qualidade de vida* – definida em termos do acesso aos bens e serviços de consumo coletivo. Também encontramos nas entrevistas das conselheiras a alusão ao *bom funcionamento das instituições públicas e do controle social, e melhoria de indicadores sociais* como definição de indicadores do desenvolvimento. Desta forma o Estado é definido como o protagonista responsável pelo Desenvolvimento municipal.

No que se refere às concepções das conselheiras sobre o controle social, foram identificadas as 3 dimensões – política, técnica e ética – na definição desse conceito proposto por Campos (2009) . Encontramos também nas falas sobre esse ponto o conceito de *participação liberal comunitária* (institucionalizada, com uma sociedade civil integrada através da articulação dos representantes, todavia observando-se uma dicotomia entre sociedade civil e Estado).

As percepções sobre a efetividade do controle social indicaram a relação com seus efeitos em termos de melhoria de indicadores sociais. Assim, percebemos uma certa sincronia ou igualdade nas representações contidas nas respostas dadas pelas conselheiras entre os indicadores do desenvolvimento e de efetividade do controle

social. Portanto, para as conselheiras entrevistadas, ao ser o controle social efetivo na gestão pública – sendo seus indicadores a garantia de direitos, melhoria dos indicadores sociais; estes também se constituem como indicadores de desenvolvimento, colocando, assim, o controle social, como um instrumento que contribui para o desenvolvimento municipal.

Dentre as dificuldades para o exercício do controle social, identificamos o que podemos chamar de uma ausência de *paridade qualitativa*, pois, embora esteja normatizado que os CCS devem ser paritários quantitativamente na composição de seus membros (50% de representação governamental e 50% de representação não governamental), essa paridade não se aplica em termos qualitativos – observam-se certas condições que dificultam a participação de representantes da sociedade civil, ou seja, há certas ausências para os membros dos conselhos representantes sociedade civil que dificultam a sua participação e contribuição de forma igualitária e efetiva nesses espaços, desde à questão da própria disponibilidade de tempo por ser uma atividade voluntária não remunerada até a própria falta de habilidade e habitualidade de usos de termos técnicos, a falta de conhecimento das “regras” do jogo da política pública em questão, gerando falta de autonomia para sua atuação.

No que se refere aos fatores que facilitam o exercício do controle social nos CMAS e CMS dos municípios pesquisados, apesar das dificuldades apontadas, os conselhos representam, de forma simbólica, a consolidação da própria democracia pós a Constituição de 1988, com sua descentralização para o nível local. Os CCS foram também representados como espaços de construção da cidadania, sendo neles propiciadas oportunidades para o aprendizado da democracia, identificando-os na estrutura organizacional da gestão municipal brasileira, como local de acesso direto à população para realização de ações e resoluções de problemas. Nos trechos das entrevistas sobre esse ponto a intersectorialidade também foi colocada como fator facilitador do exercício do controle social. As *práticas em rede* apareceram como necessárias para a efetividade do controle social na gestão pública municipal e para a garantia de direitos e a indução do desenvolvimento local.

Apesar dos municípios de Caturité e Damião possuírem o mesmo tamanho populacional (PP1) e uma recente história de emancipação política, também sendo ambos localizados no semiárido NE, identificamos que esses municípios possuem

realidades sociais distintas, no que diz respeito aos seus indicadores sociais, frutos das dinâmicas do desenvolvimento local e da microrregião.

Nas respostas às questões referentes às causas geradoras dos resultados das variações dos indicadores sociais dos municípios pesquisados entre 2000 e 2010, em Caturité-PB, identificamos dois tipos de interpretações do aumento considerável de seu PIB corrente e o aumento concomitante no seu Índice de Gini, de concentração de renda: uma culpabiliza os indivíduos mais pobres, principalmente os beneficiários do Programa Bolsa Família, pelo não interesse em trabalhar; outra apontou para fatores históricos estruturais, como concentração de terras e gado na região, bem como a ausência de políticas públicas locais de formação técnica e de acesso equitativo à renda.

As análises governamentais (MODESTO, 2009; CAMPELLO, 2009) explicam que o que ocorrera com as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família não foi um certo tipo de comodismo, nem um desincentivo ao trabalho, mas houve uma redução de dependência e/ou proteção das famílias mais vulneráveis a relações de trabalho precário. Sitcovsky (2008) apresenta que esse maior poder de barganha é atribuído apenas para tipos de trabalhos mais arcaicos, muitos deles análogos ao trabalho escravo – trabalho por troca de comida; de favor ou de baixíssima remuneração. Desta forma, concordamos com o autor que a inserção dos usuários do Programa Bolsa família não significou a garantia de saída para um trabalho socialmente protegido, mas o que ocorreu foi uma extrema relação entre informalidade, assistência social e renda mínima, como estratégia do Capital para reprodução do seu exército industrial de reserva às crises cíclicas do capitalismo.

Nas entrevistas de conselheiras de Damião-PB, observamos a interpretação de que a causa geradora do resultado destacado do aumento do seu IDHM (de 2000 a 2010) frente aos demais municípios de PP1 na Paraíba, foi a agregação da sua emancipação política-administrativa com a atuação eficaz da gestão pública municipal, de forma que as políticas públicas foram implementadas para o fim que foram instituídas em sua normatização, com uma significativa colaboração dos conselhos de controle social e os demais espaços não-institucionalizados para o referido resultado.

Por fim, no se refere às considerações sobre as percepções das relações de influência entre o controle social e os fatores do desenvolvimento nos municípios de

Caturité e Damião, apresentadas pelas conselheiras, isso nos possibilitou obter um quadro atual dos fatores locais e regionais que têm contribuído ou dificultado o desenvolvimento destes municípios. Compreendemos que esses fatores locais e regionais atuais são reflexos de condições prévias apresentadas na década anterior, pelos seus indicadores sociais, a exemplo de Damião, em que os fatores que contribuem, atualmente, para o desenvolvimento do município é a eficácia da gestão pública municipal. E Caturité – em que os fatores impeditivos atuais do desenvolvimento apresentados pelas conselheiras foram: o desemprego - o qual se apresentou como consequência das ausências de políticas locais de emprego e renda, e as consequências da seca, especificamente a questão do acesso à água (estando presente esse fator também na cidade de Damião), decorrente das questões estruturais de acesso à terra e à água nessa região, estando alicerçadas na raiz geradora das desigualdades sociais existente no NE e no Brasil.

A avaliação das conselheiras de controle social sobre a relação dos processos participativos nos Conselhos e sobre os indicadores de desenvolvimento, é salutar, pois são esses agentes que vivenciam as necessidades locais e têm propriedade empírica de apontar com riqueza de elementos as variáveis que implicam no processo da gestão pública e do próprio desenvolvimento local e regional. Consideramos como necessária a avaliação desses agentes para os estudos do desenvolvimento, no sentido de trazer uma análise dos diferentes níveis de coerência dos projetos e estudos do desenvolvimento e sua recepção pelo chamado público-alvo, como aponta Sardan (2008).

Desta forma, ao analisar como os participantes dos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social avaliam a influência das ações destes espaços de controle social sobre o desenvolvimento dos seus municípios, concluímos que estes avaliam que há influência de forma indireta - por meio das dimensões do controle social – político; técnico; ético, compreendidas como um conjunto de ações de natureza sociopolítica e técnico-operativa, desenvolvido pela sociedade civil, com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais.

Para as conselheiras entrevistadas, ao passo que os CMS e CMAS analisados atuam nas dimensões citadas, através do monitoramento, fiscalização da gestão, da proposição de melhorias estruturais para o município – a exemplo do esgotamento sanitário; das campanhas educativas sobre o uso eficiente da água,

em Damião; e da oferta de cursos profissionalizantes em Caturité-PB –, estes espaços podem, indiretamente, influir sobre as variáveis locais e regionais impeditivas e/ou potencializadoras do desenvolvimento dos seus municípios.

O reconhecimento das necessidades cotidianas por parte das conselheiras, revertidas em respostas práticas, mostram a importância e relevância da atuação dos CMAS e CMS em um município, quando estes estão em diálogo direto com as necessidades da população, agindo de forma propositiva para minimizar as questões impeditivas para do desenvolvimento local e regional.

A participação política e articulação dos sujeitos sociais é uns dos pontos chave, segundo Sachs (2008) e Bandeira (1999), para a promoção de uma nova perspectiva de Desenvolvimento. Assim, a relação dos Conselhos de Controle Social nos municípios, com outras estratégias de participação social não institucionalizadas no território, possibilitam uma maior articulação da comunidade com vistas a pensar os problemas econômicos e sociais que afetam o local, bem como em suas soluções, que exigem, muitas vezes, estratégias de intervenções regionais, através da cooperação entre agentes sociais na defesa de interesses comuns à região (BANDEIRA, 1999).

Compreendemos que são as experiências participativas de controle social instituídas no aparato estatal, a exemplo dos Conselhos de Controle Social, que tiveram um maior enraizamento social no país,³⁵ pois são estas que, com dificuldades, ainda tem resistido as ameaças antidemocráticas do novo governo no Brasil. Consideramos que há, nos dias atuais no país, um certo tipo de “contra revolução” desencadeada pelas elites das grandes corporações existentes na história do Brasil, contra os próprios processos democráticos e mudanças sociais vivenciadas pós Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito a garantia de direitos sociais e uma certa acessão conquistada pela massa trabalhadora do país no últimos anos. Assim, percebe-se que esse processo em curso de retirada de direitos e da própria crise da democracia no Brasil, acontece de forma escamoteada sobre a ideia de modernização. Para futuras pesquisas, pensamos em investigar quais serão os rebatimentos dessa “contrarrevolução” sobre as IPs no Brasil?

³⁵ Em 2009, de acordo com o IBGE, o Brasil possuía 25 mil conselhos municipais relativos a várias áreas de formulação e implementação de políticas públicas.

Desse modo, identificamos que, apesar das contradições existentes nesses espaços de controle social institucionalizados, e o sombreamento, na atualidade, do seu caráter classista nas suas relações, enquanto sociedade civil, os conselhos de controle social ainda podem ser instrumentos de desmonte de práticas patrimonialistas e clientelistas arraigadas na instituições brasileiras, na perspectiva de se efetivarem como espaços de ampliação de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. Editora Pioneira, 2ª edição. 2012, p.133.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**. CEBRAP 83, março 2009 pp. 103-127. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n83/07.pdf>>. Acessado em: 06/04/2017 às 15.57h.

ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000100020. Acessado em: 07/04/2017 às 00.15h

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática, esfera pública e participação local. Cidadania e democracia**. Sociologias, Porto Alegre, UFRS, n. 2, jul/dez. 1999

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Brasília: IPEA, 1999**. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0630.pdf> Acesso em: 15/08/2016 às 18.40h

Bauer, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2013.

BELLINI, Maria Isabel Barros. *et al.* **Políticas públicas e intersectorialidade em debate**. In: Repositório Institucional PUCRS. 2014. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/l/24.pdf>>. Acessado em: 06/04/2017 às 18.25h.

BERNARDO, J. Programa Bolsa Família: as críticas e os críticos. **Passa Palavra**, 10 de abr. 2010. Disponível em: < <http://passapalavra.info/2010/04/21281>>. Acessado em: 06/04/2016 às 22.15h

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1989). Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, Outubro-Dezembro, Vol. 9, Número 4, páginas 38-55.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, H; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1991, p. 888.

BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil**: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho, Universidade de Brasília, 2003.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.p.50.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. p.33-37.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20.9.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 05/05/2016.

_____. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências, **Diário Oficial da União**, Brasília, 20.12.1990. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134561>>. Acesso em: 05/05/2016.

_____, Câmara dos Deputados. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, 2. ed. Brasília, Edições Câmara, 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, de 8 de dezembro de 1993. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/arquivos-mobi/loas-2a-edicao>>. Acessado em: 05/09/2016.

_____, Lei nº 12.435, de 06 de Julho 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília de 7.7.2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>. Acessado em: 05/06/2016.

_____, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2007.

_____, **VIII Conferência Nacional de Saúde: Anais**. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf. Acessado em: 23/03/2017, às 06/04/2017.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. 2012, n.109, pp.126-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100008> Acessado em: 06/09/2016 às 20.17h

CAMPOS, O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do SUAS. **Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS**. Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/Textos_paraVII_Conferencia_Nacional_2.pdf> Acessado em: 06/04/2017.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988, p. 94-95. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/071120163334_MartinCarnoyEstadoeTeoriaPolitica1capitulo3pdf.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique. **Prefácio**. In FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

CASTELLS. **Question urbaine**. Paris: Maspéro, 1977. Tradução Paz e Terra, 2000.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CIGOLINI, Adilar Antonio; CACHATORI, Thiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. A Relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, Ano XXV, n. 77, mar. 2004.

_____. Controle Social na Saúde. **Serviço Social e Saúde**. Ana Elizabete Mota *et al.* 3º ed. São Paulo, Cortez; Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008, p. 122.

CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. **Physis**, n. 14, v. 2, p. 343-362, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n2/v14n2a09.pdf>>. Acesso em: 05/09/2016 às 20.20h.

CÔRTEZ, Soraya V. (Org.). **Participação e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DIAS, Edmundo Fernandes Sobre a leitura dos textos gramscianos. In:_____.et.al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã,1996b.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia: **Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998

FARIA, Cláudia Feres. **Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. Lua Nova, n.49, 2000, p. 64-67. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf>>. Acessado em: 20/06/2016, às 16:44 hs.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM. **Sumário Executivo**. Escola de Economia de São Paulo. Centro de Microeconomia Aplicada – C-Micro/FGV, 2012. Disponível em: <

[http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Sum%C3%A1rio%20Executivo\(1\).pdf](http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/Sum%C3%A1rio%20Executivo(1).pdf)>
. Acessado em: 05/09/2016.

FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste: grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. 1997, p.391.

_____. *et al.* **O pensamento de Celso Furtado e o nordeste hoje**. Fotos de Gustavo Moura. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

_____. **O Desenvolvimento do ponto de Vista Interdisciplinar**. Pensamento Econômico. In: Organização, Apresentação e Notas de Rosa Freire D’Aguira. São Paulo: Penguin Classics Companhia da Letras, 2013.

_____. **A Superação do Subdesenvolvimento**. Pensamento Econômico. In: Organização, Apresentação e Notas de Rosa freire D’Aguira. São Paulo: Penguin Classics Companhia da Letras, 2013.

FURTADO, R.F.A.; FURTADO , C .; HIRSCHMAN , A . *et al.* (2009). **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Coleção Arquivos Celso Furtado, n°. 3. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Ed. Contraponto.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. *In* COUTINHO, Carlos Nelson (ed. e trad.); HENRIQUES, Luiz Sérgio e NOGUEIRA, Marco Aurélio (co-eds.). **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**, 4ª Edição, São Paulo: Cortez, 2011

GOMES, Ramonildes Alves. Construindo objetos na pesquisa social: qualidade de vida, método e criatividade. **Raízes**. Campina Grande, vol. 25, nºs 1 e 2, p. 65–75, jan./dez. 2006. Disponível em <
http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_174.pdf>. Acessado em: 06/04/2017 às 16:01h.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume. 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios para o período de 1999 a 2012. **Pesquisa a base de dados do IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46>. Acesso em: 05/09/2016 às 22:28 h.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Diálogos para o desenvolvimento. Organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.v.7. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10761> > Acessado em: 06/09/2016 às 20.34h.

_____, **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acessado em: 05/06/2016 às 22:20h.

_____. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. IPEA, 2011. v. 19. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_23_14072015.pdf>. Acessado em: 21/03/2016 às 22:04 h.

_____. **Nota Técnica - Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. IPEA, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnica_disoc09_apresentacao.pdf> Acessado em: 05/03/2016 às 22:05 h.

_____, **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/pt/o_atlas/ivs/>. Acessado em: 05/06/2016 às 22:10h

Jerez, Leopoldo Montesino. Desolación y nuevos vínculos sociales. **Comentarios y reseñas de libros** - Martha C. Nussbaum no Amartya Sen (compiladores), La Calidad de Vida, Fondo de Cultura Económica, México, D. F., 1998. Polis [En línea], 2 | 2002 publicado el 21 de enero de 2013, consultado el 24 de febrero de 2017. URL: <http://polis.revues.org/8073>

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*. vol.13 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100004>. Acessado em: 06/04/2017, às 22.23h.

LEBAUPIN, Ivo. **Poder Local x exclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 81

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de: Silvânia Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de: Luiz Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____. **Complexidade Ambiental**. Tradução de: Eliete Wolf. São Paulo: Cortez, 2006.

LÖWY, Michel. A teoria do Desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actual Marx**, 18, 1995. Tradução de Herique Carneiro. Disponível em:< <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>>. Acessado em: 07/02/2017 às 00.02h.

MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal. Origens e Evolução**. Oxford University Press, de Oxford, Inglaterra, 1977. P. 102-109.

MODESTO, Lucia; CASTRO, Jorge Abrahão de. Introdução. In: *Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto*. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_v0l2.pdf>. Acessado em: 06/04/2017

MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a responsabilidade social das empresas: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serv. Soc. Soc.** no.103 São Paulo July/Sept. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006>. Acessado em: 06/04/2017 às 23.28h.

MAIA, Marilene. Gestão Social: reconhecendo e construindo referenciais. *In Revista Virtual Textos & Contextos*, n.4, dez, 2005. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1010/790>> Acessado em: 06/04/2017 às 22.40h.

Portal Vermelho. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/editorial.php?id_secao=16&id_editorial=1562EDEIROS>. Acessado em 11 de Agosto de 2016. Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. **Top Income Shares and Inequality: 1928 à 2012**. Journal of the Brazilian Sociological Society. Edição de Julho/Dezembro de 2015.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria nacional de assistência social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º33. Recomendações para a Constituição e Estruturação de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1992. Brasília, DF: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/ma_-_pga_2008_-_cns_-_resolucao_33.pdf>. Acessado em: 05/09/2016.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 333, de 4 de novembro de 2003. Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 4 dez. 2003, n. 236, seção 1, p. 57, col. 1. ISSN 1676-2339. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/resolucao_333.pdf>. Acessado em: 05/09/2016.

OLIVEIRA, D.A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**. v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19491/11317>>. Acessado em: 06/04/2017, às 22:54 h.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Cultura Política, direitos e política social**. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al.(org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.55. Disponível em< <http://pt.slideshare.net/klivan03/carole-pateman-participao-e-teoria-democrtica>> Acessado em: 06/09/2016 às 20.37h

PERRUCCI, Jadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Silvio (Org). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINTO, M.M, **A noção de vontade geral e seu papel no pensamento político de Jean-Jacques Rousseau**. Cadernos de Ética e Filosofia Política 7, 2/2005, p.85

PIRES, R.; VAZ, A. **A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, estratégias metodológicas e resultados**. Texto base para oficina. Brasília: Ipea, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994. p. 57.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano**. PNUD, 2015. v.25. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr_2015pt_BR.pdf. Acessado: 21/03/2016 às 11:10h.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 257

RAICHELIS, R. Democratizar a gestão das políticas sociais — um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**. 2. ed. São Paulo: Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:< <http://servicosocialesaude.xpg.uol.com.br/texto1-4.pdf>>. Acessado em: 07/04/2017 às 00.12h.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000, p. 80

RIBEIRO, Natalina; RAICHELIS, Rachel. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan./mar. 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADER, Emir. **Pós-Neoliberalismo na América Latina**. In: BRAND, Ulrich; SEKLER, Nicola. Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ed. UER. 2010. p. 233-245.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Wanderley, G. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Campus, 1979, p.75-76.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**., Londres: George Allen & Unwin, 5° Ed. 1979.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 2 ed. São Paulo, 2008.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Parecer técnico de qualificação de dissertação**. Controle Social e Desenvolvimento: um estudo das dinâmicas de participação e atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba. Campina Grande. Paraíba: UEPB, PPGDR, 2016.

SOUZA, Pedro H.G.F. Souza & MEDEIROS, Marcelo. Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012, **In Sociologies** in dialogue, Vol 1, Nº 1, 2015.

SITCOVSKY, M. Reconciliação entre Assistência Social e Trabalho: o impacto do Bolsa Família. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. Ana Elizabete Mota (org.), São Paulo, Cortez, 2012.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN 1677 4280 Vol.17. N°1. 2015. Disponível em:< <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/2113/1403>> Acessado em: 06/04/2017.

STOER, S. R. MAGALHÃES, A. M. A reconfiguração do contrato social moderno: novas cidadanias e educação. In: RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade**. Porto Editora. Porto/Portugal, 2003

TATAGIBA, Luciana. **The Effects of Participation**. Bras. Political Sci. Rev. 2014, vol.8, n.2, pp.130-132. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/3943/394342000009.pdf>> Acessado em: 06/09/2016 às 20.31h

TELLES, V. da S. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Movimentos Sociais e Conselhos**. In: Cadernos ABONG nº 15. São Paulo: ABONG/ILDEPES, 1996. p. 14.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

WALTER, Maria Inez M. T. Capital Social e políticas sociais no Brasil: diferenças regionais em população beneficiária de programas sociais. **Anais**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=874&Itemid=170>. Acessado em: 06/04/2017 às 23.34.

WORLD.HEALTH.ORGANIZATION. **Primary Health Care: Report of the International Conference on Primary Health Care Alma-Ata**. Geneva: URSS, 1978. Disponível em: < http://www.who.int/publications/almaata_declaration_en.pdf> Acessado em: 06/09/2016 às 20.32h.

APÊNDICE A – Tabelas com classificação dos municípios da Paraíba por ordem decrescente, que apresentaram maiores aumentos percentuais de acordo com os indicadores IDHM, ISDM, IVS, PIB corrente, Índice de Gini, nos anos de 2000 a 2010

Tabela 7- Classificação por ordem decrescente dos 26° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram maiores aumentos percentuais no IDHMç entre os anos 2000 à 2010

CLASS.	MUNICÍPIOS	PORTE POPULACIONAL	ISDM2000	ISDM2010	VARISDM	VAR. PERCENTUAL
1.	Poço Dantas	Porte I	2,410	3,190	,780	32,37%
2.	Passagem	Porte I	3,570	4,700	1,130	31,65%
3.	Emas	Porte I	2,970	3,870	,900	30,30%
4.	Riacho de Santo Antônio	Porte I	3,340	4,250	,910	27,25%
5.	São José do Bonfim	Porte I	2,900	3,640	,740	25,52%
6.	Santa Inês	Porte I	2,330	2,890	,560	24,03%
7.	Catingueira	Porte I	2,740	3,310	,570	20,80%
8.	São Domingos	Porte I	2,930	3,520	,590	20,14%
9.	Camalaú	Porte I	2,950	3,480	,530	17,97%
10.	Mato Grosso	Porte I	3,080	3,580	,500	16,23%
11.	Junco do Seridó	Porte I	3,460	4,020	,560	16,18%
12.	São Bentinho	Porte I	3,660	4,200	,540	14,75%
13.	Belém do Brejo do Cruz	Porte I	3,290	3,780	,480	14,59%
14.	Santarém (Joca Claudino)	Porte I	3,410	3,900	,490	14,37%
15.	Boa Ventura	Porte I	3,020	3,450	,430	14,24%
16.	Pilõesinhos	Porte I	3,010	3,440	,420	13,95%
17.	Olho d'Água	Porte I	2,960	3,370	,410	13,85%
18.	Itatuba	Porte I	3,010	3,430	,410	13,62%
19.	São Francisco	Porte I	3,630	4,120	,490	13,50%
20.	Massaranduba	Porte I	3,300	3,740	,440	13,33%
21.	Serra Grande	Porte I	3,080	3,480	,390	12,66%
22.	Cajazeirinhas	Porte I	2,740	3,080	,340	12,41%
23.	Lucena	Porte I	3,420	3,840	,420	12,28%
24.	Cacimba de Areia	Porte I	3,350	3,770	,410	12,24%
25.	Maturéia	Porte I	2,990	3,350	,360	12,04%
26.	Caturité	Porte I	3,870	4,320	,450	11,63%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (2012).

Tabela 8 - Classificação por ordem decrescente dos 27° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram maiores reduções percentuais no IVS entre os anos 2000 à 2010

CLASS.	MUNICÍPIOS	PORTE POPULACIONAL	IVS2000	IVS2010	VARIVS	VAR. PERCENTUAL
1.	São José do Sabugi	Porte I	,476	,280	,196	41,18%
2.	Marizópolis	Porte I	,647	,384	,263	40,65%
3.	Cajazeiras	Médio Porte	,472	,296	,176	37,29%
4.	Serra Branca	Porte I	,620	,389	,231	37,26%
5.	Parari	Porte I	,557	,352	,205	36,80%
6.	Triunfo	Porte I	,555	,351	,204	36,76%
7.	São José de Caiana	Porte I	,617	,391	,226	36,63%
8.	Emas	Porte I	,567	,360	,207	36,51%
9.	Coxixola	Porte I	,524	,335	,189	36,07%
10.	Caaporã	Porte II	,658	,423	,235	35,71%
11.	Cajazeirinhas	Porte I	,538	,346	,192	35,69%
12.	Barra de São Miguel	Porte I	,528	,340	,188	35,61%
13.	Várzea	Porte I	,390	,252	,138	35,38%
14.	Puxinanã	Porte I	,610	,397	,213	34,92%
15.	Conde	Porte II	,723	,475	,248	34,30%
16.	Queimadas	Porte II	,593	,391	,202	34,06%
17.	Aguiar	Porte I	,602	,397	,205	34,05%
18.	Santa Helena	Porte I	,554	,368	,186	33,57%
19.	Lucena	Porte I	,704	,468	,236	33,52%
20.	Boa Ventura	Porte I	,601	,400	,201	33,44%
21.	Tenório	Porte I	,693	,463	,230	33,19%
22.	São Francisco	Porte I	,540	,361	,179	33,15%
23.	Vieirópolis	Porte I	,577	,387	,190	32,93%
24.	Catingueira	Porte I	,667	,448	,219	32,83%
25.	Poço Dantas	Porte I	,646	,435	,211	32,66%
26.	Santa Teresinha	Porte I	,490	,330	,160	32,65%
27.	Borborema	Porte I	,631	,425	,206	32,65%

FONTE: Atlas da Vulnerabilidade Social/IPEA (2016)

Tabela 9- Classificação por ordem decrescente dos 51° primeiros municípios da Paraíba que apresentaram os maiores aumentos percentuais no IDHM entre os anos 2000 à 2010

CLASS.	MUNICÍPIOS	PORTE POPULACIONAL	IDHM2000	IDHM2010	VARIDHM	VAR. PERCENTUAL
1.	Damião	Porte I	,295	,521	,226	76,61%
2.	Dona Inês	Porte I	,310	,545	,235	75,81%
3.	Algodão de Jandaíra	Porte I	,313	,548	,235	75,08%
4.	Curral de Cima	Porte I	,308	,529	,221	71,75%
5.	Santa Inês	Porte I	,336	,572	,236	70,24%
6.	Pedro Régis	Porte I	,319	,542	,223	69,91%
7.	Casserengue	Porte I	,305	,514	,209	68,52%
8.	Maturéia	Porte I	,341	,572	,231	67,74%
9.	Cacimbas	Porte I	,312	,523	,211	67,63%
10.	Imaculada	Porte I	,338	,557	,219	64,79%
11.	São Bentinho	Porte I	,369	,606	,237	64,23%
12.	Santa Cecília	Porte I	,320	,525	,205	64,06%
13.	São José de Caiana	Porte I	,349	,565	,216	61,89%
14.	Capim	Porte I	,330	,533	,203	61,52%
15.	Poço Dantas	Porte I	,327	,525	,198	60,55%
16.	Cuité de Mamanguape	Porte I	,328	,524	,196	59,76%
17.	Riachão	Porte I	,362	,574	,212	58,56%
18.	Pilões	Porte I	,354	,560	,206	58,19%
19.	São Domingos	Porte I	,348	,548	,200	57,47%
20.	São José da Lagoa Tapada	Porte I	,341	,530	,189	55,43%
21.	Mato Grosso	Porte I	,364	,565	,201	55,22%
22.	Riacho dos Cavalos	Porte I	,366	,568	,202	55,19%
23.	Boa Ventura	Porte I	,386	,599	,213	55,18%
24.	Marcação	Porte I	,341	,529	,188	55,13%
25.	Tavares	Porte I	,379	,586	,207	54,62%
26.	Amparo	Porte I	,392	,606	,214	54,59%
27.	Cajazeirinhas	Porte I	,357	,550	,193	54,06%
28.	Seridó	Porte I	,361	,555	,194	53,74%
29.	Aguiar	Porte I	,392	,597	,205	52,30%
30.	Jacaraú	Porte I	,367	,558	,191	52,04%
31.	Mãe d'Água	Porte I	,357	,542	,185	51,82%
32.	Cacimba de Dentro	Porte I	,372	,564	,192	51,61%
33.	São José dos Ramos	Porte I	,357	,541	,184	51,54%
34.	Vieirópolis	Porte I	,378	,571	,193	51,06%

35.	Desterro	Porte I	,385	,580	,195	50,65%
36.	Tenório	Porte I	,386	,581	,195	50,52%
37.	Assunção	Porte I	,406	,609	,203	50,00%
38.	Nova Olinda	Porte I	,382	,573	,191	50,00%
39.	Serra Grande	Porte I	,391	,586	,195	49,87%
40.	Gurinhém	Porte I	,371	,556	,185	49,87%
41.	Juru	Porte I	,381	,570	,189	49,61%
42.	São João do Tigre	Porte I	,369	,552	,183	49,59%
43.	Quixabá	Porte I	,416	,622	,206	49,52%
44.	Igaracy	Porte I	,408	,610	,202	49,51%
45.	Caldas Brandão	Porte I	,380	,568	,188	49,47%
46.	Santa Teresinha	Porte I	,420	,627	,207	49,29%
47.	Lucena	Porte I	,391	,583	,192	49,10%
48.	Cachoeira dos Índios	Porte I	,394	,587	,193	48,98%
49.	Araruna	Porte I	,381	,567	,186	48,82%
50.	Coxixola	Porte I	,432	,641	,209	48,38%
51.	Alagoa Nova	Porte I	,389	,576	,187	48,07%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 20

Tabela 10 - Classificação por ordem decrescente dos municípios da Paraíba que apresentaram maiores reduções percentuais no Índice de GINI entre os anos 2000 à 2010

CLASS.	MUNICÍPIOS	PORTE POPULACIONAL	IDGINI2000	IDGINI2010	VARIDGINI	VAR. PERCENTUAL
1.	Poço Dantas	Porte I	,700	,490	,210	30,00%
2.	Pilõesinhos	Porte I	,590	,430	,160	27,12%
3.	Poço de José de Moura	Porte I	,610	,450	,160	26,23%
4.	Pitimbu	Porte I	,690	,510	,180	26,09%
5.	Emas	Porte I	,620	,460	,160	25,81%
6.	São Sebastião de Lagoa de Roça	Porte I	,640	,480	,160	25,00%
7.	Água Branca	Porte I	,710	,540	,170	23,94%
8.	Maturéia	Porte I	,670	,510	,160	23,88%
9.	Logradouro	Porte I	,550	,420	,130	23,64%
10.	Massaranduba	Porte I	,600	,460	,140	23,33%
11.	Santo André	Porte I	,610	,470	,140	22,95%
12.	São José de Caiana	Porte I	,560	,440	,120	21,43%
13.	Vieirópolis	Porte I	,560	,450	,110	19,64%
14.	Boa Vista	Porte I	,520	,420	,100	19,23%

15.	São João do Tigre	Porte I	,630	,510	,120	19,05%
16.	Prata	Porte I	,540	,440	,100	18,52%
17.	Barra de São Miguel	Porte I	,550	,450	,100	18,18%
18.	Puxinanã	Porte I	,550	,450	,100	18,18%
19.	São José de Princesa	Porte I	,550	,450	,100	18,18%
20.	Salgadinho	Porte I	,560	,460	,100	17,86%
21.	São Domingos	Porte I	,560	,460	,100	17,86%
22.	Serra Grande	Porte I	,570	,470	,100	17,54%
23.	Damião	Porte I	,590	,490	,100	16,95%
24.	Borborema	Porte I	,600	,500	,100	16,67%
25.	Bom Sucesso	Porte I	,540	,450	,090	16,67%
26.	Aparecida	Porte I	,610	,510	,100	16,39%
27.	Cruz do Espírito Santo	Porte I	,510	,430	,080	15,69%
28.	Tacima	Porte I	,580	,490	,090	15,52%
29.	Lagoa	Porte I	,530	,450	,080	15,09%
30.	Brejo dos Santos	Porte I	,540	,460	,080	14,81%
31.	Princesa Isabel	Porte II	,550	,470	,080	14,55%
32.	Cacimbas	Porte I	,620	,530	,090	14,52%
33.	Uiraúna	Porte I	,630	,540	,090	14,29%
34.	Bernardino Batista	Porte I	,640	,550	,090	14,06%
35.	Riacho de Santo Antônio	Porte I	,500	,430	,070	14,00%
36.	Livramento	Porte I	,580	,500	,080	13,79%
37.	Pedra Branca	Porte I	,580	,500	,080	13,79%
38.	Riacho dos Cavalos	Porte I	,510	,440	,070	13,73%
39.	Alhandra	Porte I	,520	,450	,070	13,46%
40.	Montadas	Porte I	,540	,470	,070	12,96%
41.	Seridó	Porte I	,540	,470	,070	12,96%
42.	Umbuzeiro	Porte I	,620	,540	,080	12,90%
43.	Olho d'Água	Porte I	,630	,550	,080	12,70%
44.	Paulista	Porte I	,560	,490	,070	12,50%
45.	Cajazeirinhas	Porte I	,570	,500	,070	12,28%
46.	Serraria	Porte I	,570	,500	,070	12,28%
47.	Juru	Porte I	,580	,510	,070	12,07%
48.	Soledade	Porte I	,580	,510	,070	12,07%
49.	Nova Olinda	Porte I	,590	,520	,070	11,86%
50.	São João do Rio do Peixe	Porte I	,600	,530	,070	11,67%
51.	Mari	Porte II	,520	,460	,060	11,54%

52.	Dona Inês	Porte I	,610	,540	,070	11,48%
53.	Brejo do Cruz	Porte I	,530	,470	,060	11,32%
54.	Cuité de Mamanguape	Porte I	,540	,480	,060	11,11%
55.	Itaporanga	Porte II	,560	,500	,060	10,71%
56.	São José de Piranhas	Porte I	,560	,500	,060	10,71%
57.	Cuité	Porte I	,570	,510	,060	10,53%
58.	Marcação	Porte I	,570	,510	,060	10,53%
59.	São José dos Ramos	Porte I	,570	,510	,060	10,53%
60.	Santana dos Garrotes	Porte I	,480	,460	,050	10,42%
61.	Fagundes	Porte I	,580	,520	,060	10,34%
62.	Imaculada	Porte I	,580	,520	,060	10,34%
63.	Alagoa Nova	Porte I	,600	,540	,060	10,00%
64.	Teixeira	Porte I	,610	,550	,060	9,84%
65.	Pocinhos	Porte I	,510	,460	,050	9,80%
66.	Queimadas	Porte II	,510	,460	,050	9,80%
67.	Santa Cruz	Porte I	,510	,460	,050	9,80%
68.	Serra Branca	Porte I	,530	,480	,050	9,43%
69.	Taperoá	Porte I	,530	,480	,050	9,43%
70.	Belém	Porte I	,540	,490	,050	9,26%
71.	Catolé do Rocha	Porte II	,550	,500	,050	9,09%
72.	Baraúna	Porte I	,560	,510	,050	8,93%
73.	Cacimba de Dentro	Porte I	,580	,530	,050	8,62%
74.	Monte Horebe	Porte I	,590	,540	,050	8,47%
75.	Areia	Porte II	,600	,550	,050	8,33%
76.	Matinhas	Porte I	,480	,440	,040	8,33%
77.	Cajazeiras	Médio Porte	,610	,560	,050	8,20%
78.	Solânea	Porte II	,610	,560	,050	8,20%
79.	Caraúbas	Porte I	,490	,450	,040	8,16%
80.	Gurinhém	Porte I	,490	,450	,040	8,16%
81.	Boa Ventura	Porte I	,500	,460	,040	8,00%
82.	Cabaceiras	Porte I	,500	,460	,040	8,00%
83.	Caaporã	Porte II	,510	,470	,040	7,84%
84.	Areial	Porte I	,530	,490	,040	7,55%
85.	Cuitegi	Porte I	,530	,490	,040	7,55%
86.	Pilar	Porte I	,530	,490	,040	7,55%
87.	Triunfo	Porte I	,530	,490	,040	7,55%
88.	Rio Tinto	Porte II	,540	,500	,040	7,41%
89.	Coremas	Porte I	,550	,510	,040	7,27%
90.	Duas Estradas	Porte I	,550	,510	,040	7,27%

91.	Conde	Porte II	,560	,520	,040	7,14%
92.	Nazarezinho	Porte I	,560	,520	,040	7,14%
93.	Piancó	Porte I	,570	,530	,040	7,02%
94.	Campina Grande	Grande Porte	,620	,580	,040	6,45%
95.	Nova Palmeira	Porte I	,480	,450	,030	6,25%
96.	Santarém(Joca Claudino)	Porte I	,480	,590	,030	6,25%
97.	São José de Espinharas	Porte I	,480	,450	,030	6,25%
98.	Camalaú	Porte I	,490	,460	,030	6,12%
99.	Carrapateira	Porte I	,500	,470	,030	6,00%
100.	Cubati	Porte I	,510	,480	,030	5,88%
101.	Santa Cecília	Porte I	,510	,480	,030	5,88%
102.	Riachão do Poço	Porte I	,520	,490	,030	5,77%
103.	São José da Lagoa Tapada	Porte I	,520	,490	,030	5,77%
104.	Sobrado	Porte I	,520	,490	,030	5,77%
105.	Barra de Santa Rosa	Porte I	,530	,500	,030	5,66%
106.	Sumé	Porte I	,530	,500	,030	5,66%
107.	Passagem	Porte I	,540	,510	,030	5,56%
108.	Bonito de Santa Fé	Porte I	,550	,520	,030	5,45%
109.	Catingueira	Porte I	,550	,520	,030	5,45%
110.	Pirpirituba	Porte I	,550	,520	,030	5,45%
111.	São Mamede	Porte I	,550	,520	,030	5,45%
112.	Assunção	Porte I	,570	,540	,030	5,26%
113.	Esperança	Porte II	,570	,540	,030	5,26%
114.	Sousa	Médio Porte	,570	,540	,030	5,26%
115.	Diamante	Porte I	,580	,550	,030	5,17%
116.	São José do Sabugi	Porte I	,450	,430	,020	4,44%
117.	São Francisco	Porte I	,470	,450	,020	4,26%
118.	Belém do Brejo do Cruz	Porte I	,480	,460	,020	4,17%
119.	Boqueirão	Porte I	,480	,460	,020	4,17%
120.	Junco do Seridó	Porte I	,490	,470	,020	4,08%
121.	Condado	Porte I	,500	,480	,020	4,00%
122.	Itapororoca	Porte I	,500	,480	,020	4,00%
123.	Mataraca	Porte I	,500	,480	,020	4,00%
124.	Cacimba de Areia	Porte I	,510	,490	,020	3,92%
125.	Ingá	Porte I	,510	,490	,020	3,92%
126.	Mulungu	Porte I	,510	,490	,020	3,92%
127.	Olivedos	Porte I	,510	,490	,020	3,92%

128.	Itabaiana	Porte II	,520	,500	,020	3,85%
129.	Santa Helena	Porte I	,520	,500	,020	3,85%
130.	Santa Rita	Grande Porte	,520	,540	,020	3,85%
131.	Araruna	Porte I	,540	,520	,020	3,70%
132.	Mamanguape	Porte II	,540	,520	,020	3,70%
133.	Alagoa Grande	Porte II	,550	,530	,020	3,64%
134.	Picuí	Porte I	,550	,530	,020	3,64%
135.	Jacaraú	Porte I	,560	,540	,020	3,57%
136.	Santa Inês	Porte I	,570	,550	,020	3,51%
137.	Conceição	Porte I	,580	,560	,020	3,45%
138.	Várzea	Porte I	,410	,400	,010	2,44%
139.	Lastro	Porte I	,450	,440	,010	2,22%
140.	Sertãozinho	Porte I	,470	,460	,010	2,13%
141.	Ouro Velho	Porte I	,480	,470	,010	2,08%
142.	São Bento	Porte II	,480	,470	,010	2,08%
143.	Bom Jesus	Porte I	,510	,500	,010	1,96%
144.	Cachoeira dos Índios	Porte I	,510	,500	,010	1,96%
145.	Mãe d'Água	Porte I	,510	,500	,010	1,96%
146.	Salgado de São Félix	Porte I	,510	,500	,010	1,96%
147.	Sapé	Médio Porte	,510	,500	,010	1,96%
148.	Caiçara	Porte I	,520	,510	,010	1,92%
149.	Jericó	Porte I	,520	,510	,010	1,92%
150.	Pedro Régis	Porte I	,520	,510	,010	1,92%
151.	Santa Luzia	Porte I	,520	,510	,010	1,92%
152.	Alagoinha	Porte I	,530	,520	,010	1,89%
153.	Manaíra	Porte I	,540	,530	,010	1,85%
154.	Desterro	Porte I	,550	,540	,010	1,82%
155.	Remígio	Porte I	,560	,550	,010	1,79%
156.	Patos	Grande Porte	,570	,560	,010	1,75%
157.	Bananeiras	Porte II	,590	,590	,000	0,00%
158.	Caldas Brandão	Porte I	,470	,470	,000	0,00%
159.	Gurjão	Porte I	,450	,450	,000	0,00%
160.	Igaracy	Porte I	,520	,520	,000	0,00%
161.	Itatuba	Porte I	,490	,490	,000	0,00%
162.	João Pessoa	Grande Porte	,620	,620	,000	0,00%
163.	Juripiranga	Porte I	,530	,530	,000	0,00%
164.	Lucena	Porte I	,550	,550	,000	0,00%
165.	Monteiro	Porte II	,570	,570	,000	0,00%
166.	Pedra Lavrada	Porte I	,490	,490	,000	0,00%
167.	São José dos Cordeiros	Porte I	,490	,490	,000	0,00%
168.	Serra Redonda	Porte I	,480	,480	,000	0,00%

169.	Tenório	Porte I	,430	,430	,000	0,00%
170.	Baía da Traição	Porte I	,570	,580	-,010	-1,75%
171.	Lagoa Seca	Porte II	,530	,540	-,010	-1,89%
172.	Pombal	Porte II	,530	,540	-,010	-1,89%
173.	Guarabira	Médio Porte	,520	,530	-,010	-1,92%
174.	Juazeirinho	Porte I	,500	,510	-,010	-2,00%
175.	Riachão	Porte I	,480	,490	-,010	-2,08%
176.	Riachão do Bacamarte	Porte I	,480	,490	-,010	-2,08%
177.	Alcantil	Porte I	,470	,480	-,010	-2,13%
178.	São Domingos do Cariri	Porte I	,460	,470	-,010	-2,17%
179.	Bayeux	Médio Porte	,450	,460	-,010	-2,22%
180.	Mato Grosso	Porte I	,440	,450	-,010	-2,27%
181.	Malta	Porte I	,560	,580	-,020	-3,57%
182.	Gado Bravo	Porte I	,540	,560	-,020	-3,70%
183.	Natuba	Porte I	,520	,540	-,020	-3,85%
184.	Araçagi	Porte I	,510	,530	-,020	-3,92%
185.	Curral de Cima	Porte I	,500	,520	-,020	-4,00%
186.	Nova Floresta	Porte I	,490	,510	-,020	-4,08%
187.	Mogeiro	Porte I	,480	,500	-,020	-4,17%
188.	Santana de Mangueira	Porte I	,470	,440	-,020	-4,26%
189.	Juarez Távora	Porte I	,460	,480	-,020	-4,35%
190.	Algodão de Jandáira	Porte I	,450	,470	-,020	-4,44%
191.	São Sebastião do Umbuzeiro	Porte I	,440	,460	-,020	-4,55%
192.	Zabelê	Porte I	,410	,430	-,020	-4,88%
193.	Arara	Porte I	,510	,540	-,030	-5,88%
194.	Cabedelo	Médio Porte	,660	,700	-,040	-6,06%
195.	Lagoa de Dentro	Porte I	,490	,520	-,030	-6,12%
196.	Tavares	Porte I	,490	,520	-,030	-6,12%
197.	Marizópolis	Porte I	,480	,510	-,030	-6,25%
198.	Amparo	Porte I	,470	,500	-,030	-6,38%
199.	Parari	Porte I	,460	,490	-,030	-6,52%
200.	São Miguel de Taipu	Porte I	,460	,490	-,030	-6,52%
201.	Coxixola	Porte I	,450	,480	-,030	-6,67%
202.	São Bentinho	Porte I	,430	,460	-,030	-6,98%
203.	Ibiara	Porte I	,490	,530	-,040	-8,16%
204.	Pedras de Fogo	Porte II	,490	,530	-,040	-8,16%
205.	Barra de Santana	Porte I	,480	,520	-,040	-8,33%
206.	Sossêgo	Porte I	,460	,500	-,040	-8,70%

207.	Capim	Porte I	,440	,480	-,040	-9,09%
208.	São José do Bonfim	Porte I	,440	,480	-,040	-9,09%
209.	Aroeiras	Porte I	,530	,580	-,050	-9,43%
210.	Quixabá	Porte I	,420	,460	-,040	-9,52%
211.	Curral Velho	Porte I	,530	,590	-,060	-11,32%
212.	Frei Martinho	Porte I	,510	,570	-,060	-11,76%
213.	Vista Serrana	Porte I	,420	,470	-,050	-11,90%
214.	Areia de Baraúnas	Porte I	,410	,460	-,050	-12,20%
215.	Serra da Raiz	Porte I	,440	,500	-,060	-13,64%
216.	São José do Brejo do Cruz	Porte I	,400	,460	-,060	-15,00%
217.	São João do Cariri	Porte I	,460	,530	-,070	-15,22%
218.	Casserengue	Porte I	,490	,570	-,080	-16,33%
219.	Congo	Porte I	,420	,490	-,070	-16,67%
220.	Santa Teresinha	Porte I	,530	,480	-,110	-20,75%
221.	Pilões	Porte I	,470	,590	-,120	-25,53%
222.	Aguiar	Porte I	,500	,650	-,150	-30,00%
223.	Caturité	Porte I	,430	,560	-,130	-30,23%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2016).

Tabela 11 - Classificação por ordem decrescente dos municípios da Paraíba que apresentaram maiores aumentos na variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) Corrente entre os anos de 1999 a 2009

CLASS.	MUNICIPIOS	PORTE POPULACIONAL	PIB1999	PIB2009	VARPIB	VAR. PERCENTUAL
1.	Cabedelo	Médio Porte	R\$ 321.959,00	R\$ 2.334.054,00	R\$ 2.012.094,00	624,95%
2.	Caturité	Porte I	R\$ 5.390,00	R\$ 32.703,00	R\$ 27.313,00	506,73%
3.	Conde	Porte II	R\$ 45.965,00	R\$ 268.535,00	R\$ 222.570,00	484,22%
4.	Boa Vista	Porte I	R\$ 12.147,00	R\$ 65.872,00	R\$ 53.725,00	442,29%
5.	Alhandra	Porte I	R\$ 45.431,00	R\$ 234.122,00	R\$ 188.690,00	415,33%
6.	Cuité de Mamanguape	Porte I	R\$ 7.946,00	R\$ 40.395,00	R\$ 32.449,00	408,37%
7.	Sertãozinho	Porte I	R\$ 4.679,00	R\$ 23.771,00	R\$ 19.092,00	408,04%
8.	Mataraca	Porte I	R\$ 11.829,00	R\$ 56.704,00	R\$ 44.875,00	379,36%
9.	Assunção	Porte I	R\$ 3.364,00	R\$ 15.753,00	R\$ 12.389,00	368,28%
10.	Monteiro	Porte II	R\$ 35.937,00	R\$ 165.678,00	R\$ 129.741,00	361,02%
11.	Maturéia	Porte I	R\$ 5.549,00	R\$ 24.188,00	R\$ 18.639,00	335,90%
12.	São Bentinho	Porte I	R\$ 4.440,00	R\$ 19.087,00	R\$ 14.648,00	329,91%
13.	Marcação	Porte I	R\$ 7.906,00	R\$ 33.266,00	R\$ 25.360,00	320,77%

14.	Catingueira	Porte I	R\$ 5.224,00	R\$ 21.909,00	R\$ 16.685,00	319,39%
15.	Alagoa Nova	Porte I	R\$ 29.580,00	R\$ 123.889,00	R\$ 94.309,00	318,83%
16.	Pedra Lavrada	Porte I	R\$ 7.283,00	R\$ 30.390,00	R\$ 23.107,00	317,27%
17.	Itatuba	Porte I	R\$ 12.639,00	R\$ 52.409,00	R\$ 39.771,00	314,67%
18.	Baraúna	Porte I	R\$ 4.065,00	R\$ 16.796,00	R\$ 12.731,00	313,19%
19.	Emas	Porte I	R\$ 3.871,00	R\$ 15.913,00	R\$ 12.042,00	311,08%
20.	Poço Dantas	Porte I	R\$ 3.436,00	R\$ 14.072,00	R\$ 10.636,00	309,55%
21.	Passagem	Porte I	R\$ 2.859,00	R\$ 11.668,00	R\$ 8.809,00	308,11%
22.	Queimadas	Porte II	R\$ 48.333,00	R\$ 195.029,00	R\$ 146.695,00	303,51%
23.	Poço de José de Moura	Porte I	R\$ 4.420,00	R\$ 17.606,00	R\$ 13.186,00	298,33%
24.	São Domingos do Cariri	Porte I	R\$ 2.955,00	R\$ 11.690,00	R\$ 8.735,00	295,60%
25.	Bernardino Batista	Porte I	R\$ 3.043,00	R\$ 11.982,00	R\$ 8.939,00	293,76%
26.	Puxinanã	Porte I	R\$ 15.230,00	R\$ 59.967,00	R\$ 44.737,00	293,74%
27.	Juripiranga	Porte I	R\$ 12.726,00	R\$ 49.860,00	R\$ 37.134,00	291,80%
28.	Sousa	Médio Porte	R\$ 135.231,00	R\$ 527.810,00	R\$ 392.579,00	290,30%
29.	Pedro Régis	Porte I	R\$ 6.043,00	R\$ 23.441,00	R\$ 17.398,00	287,90%
30.	Tenório	Porte I	R\$ 3.242,00	R\$ 12.564,00	R\$ 9.322,00	287,54%
31.	Juazeirinho	Porte I	R\$ 16.735,00	R\$ 64.393,00	R\$ 47.658,00	284,78%
32.	São José dos Ramos	Porte I	R\$ 6.178,00	R\$ 23.598,00	R\$ 17.419,00	281,95%
33.	Várzea	Porte I	R\$ 3.495,00	R\$ 13.334,00	R\$ 9.839,00	281,52%
34.	Mato Grosso	Porte I	R\$ 2.903,00	R\$ 11.027,00	R\$ 8.123,00	279,81%
35.	Nova Palmeira	Porte I	R\$ 4.890,00	R\$ 18.447,00	R\$ 13.557,00	277,24%
36.	Tavares	Porte I	R\$ 14.537,00	R\$ 54.818,00	R\$ 40.281,00	277,09%
37.	Mamanguape	Porte II	R\$ 72.563,00	R\$ 271.563,00	R\$ 199.001,00	274,25%
38.	Água Branca	Porte I	R\$ 9.228,00	R\$ 34.496,00	R\$ 25.268,00	273,82%
39.	Vista Serrana	Porte I	R\$ 3.478,00	R\$ 12.928,00	R\$ 9.450,00	271,71%
40.	Coxixola	Porte I	R\$ 2.546,00	R\$ 9.463,00	R\$ 6.917,00	271,68%
41.	Princesa Isabel	Porte II	R\$ 22.904,00	R\$ 85.004,00	R\$ 62.100,00	271,13%
42.	Prata	Porte I	R\$ 4.890,00	R\$ 18.089,00	R\$ 13.199,00	269,92%
43.	São José do Sabugi	Porte I	R\$ 4.948,00	R\$ 18.302,00	R\$ 13.354,00	269,89%
44.	Taperoá	Porte I	R\$ 16.250,00	R\$ 60.063,00	R\$ 43.813,00	269,62%
45.	Cabaceiras	Porte I	R\$ 6.453,00	R\$ 23.839,00	R\$ 17.385,00	269,41%

46.	Baía da Traição	Porte I	R\$ 9.863,00	R\$ 36.433,00	R\$ 26.569,00	269,38%
47.	Mogeiro	Porte I	R\$ 14.759,00	R\$ 54.458,00	R\$ 39.699,00	268,98%
48.	Juru	Porte I	R\$ 10.756,00	R\$ 39.553,00	R\$ 28.797,00	267,73%
49.	Boqueirão	Porte I	R\$ 26.862,00	R\$ 98.691,00	R\$ 71.829,00	267,40%
50.	Aparecida	Porte I	R\$ 8.261,00	R\$ 30.341,00	R\$ 22.080,00	267,28%
51.	Areia de Baraúnas	Porte I	R\$ 2.418,00	R\$ 8.862,00	R\$ 6.444,00	266,50%
52.	Teixeira	Porte I	R\$ 15.749,00	R\$ 57.651,00	R\$ 41.903,00	266,07%
53.	Manaíra	Porte I	R\$ 10.321,00	R\$ 37.641,00	R\$ 27.320,00	264,70%
54.	Junco do Seridó	Porte I	R\$ 7.112,00	R\$ 25.884,00	R\$ 18.771,00	263,93%
55.	Olivedos	Porte I	R\$ 4.464,00	R\$ 16.217,00	R\$ 11.753,00	263,28%
56.	Quixabá	Porte I	R\$ 2.294,00	R\$ 8.286,00	R\$ 5.992,00	261,20%
57.	Riachão	Porte I	R\$ 4.009,00	R\$ 14.466,00	R\$ 10.457,00	260,84%
58.	Marizópolis	Porte I	R\$ 6.546,00	R\$ 23.598,00	R\$ 17.051,00	260,48%
59.	São Francisco	Porte I	R\$ 3.943,00	R\$ 14.204,00	R\$ 10.261,00	260,23%
60.	São Sebastião do Umbuzeiro	Porte I	R\$ 4.230,00	R\$ 15.205,00	R\$ 10.976,00	259,48%
61.	Santarém(Joca Claudino)	Porte I	R\$ 3.253,00	R\$ 11.662,00	R\$ 8.409,00	258,50%
62.	Pocinhos	Porte I	R\$ 19.243,00	R\$ 68.812,00	R\$ 49.569,00	257,59%
63.	Vieirópolis	Porte I	R\$ 4.691,00	R\$ 16.770,00	R\$ 12.079,00	257,49%
64.	Brejo dos Santos	Porte I	R\$ 6.621,00	R\$ 23.616,00	R\$ 16.995,00	256,68%
65.	Soledade	Porte I	R\$ 18.211,00	R\$ 64.918,00	R\$ 46.708,00	256,48%
66.	São José de Caiana	Porte I	R\$ 6.293,00	R\$ 22.413,00	R\$ 16.120,00	256,16%
67.	Santa Luzia	Porte I	R\$ 19.490,00	R\$ 69.127,00	R\$ 49.637,00	254,68%
68.	Curral Velho	Porte I	R\$ 3.101,00	R\$ 10.996,00	R\$ 7.895,00	254,60%
69.	Matinhas	Porte I	R\$ 6.398,00	R\$ 22.686,00	R\$ 16.289,00	254,60%
70.	São José de Espinharas	Porte I	R\$ 6.963,00	R\$ 24.647,00	R\$ 17.684,00	253,97%
71.	Riacho de Santo Antônio	Porte I	R\$ 2.725,00	R\$ 9.623,00	R\$ 6.899,00	253,17%
72.	Imaculada	Porte I	R\$ 11.148,00	R\$ 39.371,00	R\$ 28.223,00	253,17%
73.	Itapororoca	Porte I	R\$ 29.628,00	R\$ 104.627,00	R\$ 74.999,00	253,14%
74.	Salgadinho	Porte I	R\$ 3.595,00	R\$ 12.694,00	R\$ 9.098,00	253,07%

75.	Santana de Mangueira	Porte I	R\$ 6.352,00	R\$ 22.420,00	R\$ 16.067,00	252,94%
76.	Conceição	Porte I	R\$ 20.736,00	R\$ 72.698,00	R\$ 51.962,00	250,59%
77.	Parari	Porte I	R\$ 2.737,00	R\$ 9.530,00	R\$ 6.793,00	248,19%
78.	Lagoa Seca	Porte II	R\$ 33.594,00	R\$ 116.968,00	R\$ 83.375,00	248,18%
79.	Serra Grande	Porte I	R\$ 3.613,00	R\$ 12.522,00	R\$ 8.909,00	246,58%
80.	Alcantil	Porte I	R\$ 6.475,00	R\$ 22.438,00	R\$ 15.963,00	246,53%
81.	São José do Bonfim	Porte I	R\$ 3.583,00	R\$ 12.406,00	R\$ 8.822,00	246,22%
82.	Igaracy	Porte I	R\$ 7.177,00	R\$ 24.803,00	R\$ 17.625,00	245,58%
83.	São José de Piranhas	Porte I	R\$ 23.373,00	R\$ 80.698,00	R\$ 57.324,00	245,26%
84.	São Bento	Porte II	R\$ 45.623,00	R\$ 157.447,00	R\$ 111.824,00	245,10%
85.	Riachão do Poço	Porte I	R\$ 6.018,00	R\$ 20.768,00	R\$ 14.750,00	245,10%
86.	Bonito de Santa Fé	Porte I	R\$ 12.809,00	R\$ 44.168,00	R\$ 31.359,00	244,82%
87.	Algodão de Jandaíra	Porte I	R\$ 3.272,00	R\$ 11.268,00	R\$ 7.996,00	244,38%
88.	Brejo do Cruz	Porte I	R\$ 14.704,00	R\$ 50.627,00	R\$ 35.923,00	244,31%
89.	Mãe d'Água	Porte I	R\$ 4.731,00	R\$ 16.206,00	R\$ 11.475,00	242,55%
90.	Esperança	Porte II	R\$ 64.715,00	R\$ 221.263,00	R\$ 156.549,00	241,91%
91.	Riacho dos Cavalos	Porte I	R\$ 8.583,00	R\$ 29.336,00	R\$ 20.753,00	241,79%
92.	Guarabira	Médio Porte	R\$ 112.549,00	R\$ 384.233,00	R\$ 271.684,00	241,39%
93.	Malta	Porte I	R\$ 6.709,00	R\$ 22.878,00	R\$ 16.169,00	241,00%
94.	Zabelê	Porte I	R\$ 2.821,00	R\$ 9.611,00	R\$ 6.790,00	240,69%
95.	Remígio	Porte I	R\$ 20.466,00	R\$ 69.704,00	R\$ 49.237,00	240,58%
96.	Cajazeirinhas	Porte I	R\$ 4.375,00	R\$ 14.900,00	R\$ 10.525,00	240,57%
97.	Ouro Velho	Porte I	R\$ 4.270,00	R\$ 14.528,00	R\$ 10.258,00	240,23%
98.	Santo André	Porte I	R\$ 3.383,00	R\$ 11.506,00	R\$ 8.124,00	240,14%
99.	Uiraúna	Porte I	R\$ 19.278,00	R\$ 65.199,00	R\$ 45.921,00	238,20%
100.	Jericó	Porte I	R\$ 9.277,00	R\$ 31.351,00	R\$ 22.074,00	237,94%
101.	Bom Sucesso	Porte I	R\$ 6.507,00	R\$ 21.956,00	R\$ 15.449,00	237,42%
102.	Santa Cecília	Porte I	R\$ 8.477,00	R\$ 28.579,00	R\$ 20.102,00	237,14%
103.	Aroeiras	Porte I	R\$ 21.343,00	R\$ 71.906,00	R\$ 50.563,00	236,91%
104.	Damião	Porte I	R\$ 5.430,00	R\$ 18.216,00	R\$ 12.785,00	235,45%

105.	Piancó	Porte I	R\$ 22.203,00	R\$ 74.422,00	R\$ 52.219,00	235,19%
106.	Pilar	Porte I	R\$ 14.547,00	R\$ 48.697,00	R\$ 34.151,00	234,76%
107.	Belém do Brejo do Cruz	Porte I	R\$ 7.891,00	R\$ 26.412,00	R\$ 18.521,00	234,71%
108.	João Pessoa	Grande Porte	R\$ 2.583.033,00	R\$ 8.628.421,00	R\$ 6.045.388,00	234,04%
109.	Cubati	Porte I	R\$ 7.847,00	R\$ 26.159,00	R\$ 18.312,00	233,36%
110.	Lagoa de Dentro	Porte I	R\$ 10.718,00	R\$ 35.650,00	R\$ 24.932,00	232,62%
111.	São João do Tigre	Porte I	R\$ 5.086,00	R\$ 16.913,00	R\$ 11.828,00	232,56%
112.	Livramento	Porte I	R\$ 8.715,00	R\$ 28.916,00	R\$ 20.201,00	231,80%
113.	São José da Lagoa Tapada	Porte I	R\$ 9.049,00	R\$ 29.997,00	R\$ 20.948,00	231,50%
114.	Santana dos Garrotes	Porte I	R\$ 8.840,00	R\$ 29.112,00	R\$ 20.272,00	229,32%
115.	Pombal	Porte II	R\$ 48.283,00	R\$ 158.672,00	R\$ 110.390,00	228,63%
116.	Gurinhém	Porte I	R\$ 16.501,00	R\$ 54.115,00	R\$ 37.614,00	227,95%
117.	Santa Inês	Porte I	R\$ 4.296,00	R\$ 14.068,00	R\$ 9.772,00	227,47%
118.	Monte Horebe	Porte I	R\$ 5.297,00	R\$ 17.329,00	R\$ 12.032,00	227,15%
119.	Cacimbas	Porte I	R\$ 7.287,00	R\$ 23.800,00	R\$ 16.512,00	226,60%
120.	Santa Rita	Grande Porte	R\$ 349.281,00	R\$ 1.138.664,00	R\$ 789.383,00	226,00%
121.	Diamante	Porte I	R\$ 8.045,00	R\$ 26.208,00	R\$ 18.162,00	225,76%
122.	Camalaú	Porte I	R\$ 7.749,00	R\$ 25.098,00	R\$ 17.349,00	223,89%
123.	Capim	Porte I	R\$ 6.969,00	R\$ 22.548,00	R\$ 15.579,00	223,55%
124.	Picuí	Porte I	R\$ 24.173,00	R\$ 78.124,00	R\$ 53.951,00	223,19%
125.	Ingá	Porte I	R\$ 23.182,00	R\$ 74.796,00	R\$ 51.615,00	222,65%
126.	São Mamede	Porte I	R\$ 10.833,00	R\$ 34.909,00	R\$ 24.075,00	222,24%
127.	Fagundes	Porte I	R\$ 14.405,00	R\$ 46.303,00	R\$ 31.898,00	221,44%
128.	Catolé do Rocha	Porte II	R\$ 45.770,00	R\$ 146.943,00	R\$ 101.173,00	221,05%
129.	Serra Branca	Porte I	R\$ 19.382,00	R\$ 62.188,00	R\$ 42.805,00	220,85%
130.	Santa Cruz	Porte I	R\$ 8.024,00	R\$ 25.717,00	R\$ 17.693,00	220,50%
131.	Itaporanga	Porte II	R\$ 34.389,00	R\$ 110.199,00	R\$ 75.811,00	220,45%
132.	São Domingos	Porte I	R\$ 4.028,00	R\$ 12.859,00	R\$ 8.831,00	219,24%
133.	Campina Grande	Grande Porte	R\$ 1.220.995,00	R\$ 3.894.565,00	R\$ 2.673.569,00	218,97%

134.	São José dos Cordeiros	Porte I	R\$ 4.792,00	R\$ 15.267,00	R\$ 10.475,00	218,59%
135.	Sapé	Médio Porte	R\$ 76.360,00	R\$ 243.206,00	R\$ 166.846,00	218,50%
136.	Santa Teresinha	Porte I	R\$ 6.750,00	R\$ 21.492,00	R\$ 14.742,00	218,40%
137.	Gado Bravo	Porte I	R\$ 10.333,00	R\$ 32.885,00	R\$ 22.552,00	218,25%
138.	Olho d'Água	Porte I	R\$ 8.849,00	R\$ 28.147,00	R\$ 19.297,00	218,07%
139.	Lastro	Porte I	R\$ 3.879,00	R\$ 12.334,00	R\$ 8.455,00	217,97%
140.	Seridó	Porte I	R\$ 10.302,00	R\$ 32.633,00	R\$ 22.331,00	216,76%
141.	Cuitegi	Porte I	R\$ 8.311,00	R\$ 26.273,00	R\$ 17.961,00	216,11%
142.	Ibiara	Porte I	R\$ 7.461,00	R\$ 23.553,00	R\$ 16.092,00	215,68%
143.	Caaporã	Porte II	R\$ 90.716,00	R\$ 286.255,00	R\$ 195.539,00	215,55%
144.	Bom Jesus	Porte I	R\$ 3.080,00	R\$ 9.689,00	R\$ 6.609,00	214,58%
145.	Pitimbu	Porte I	R\$ 28.076,00	R\$ 88.190,00	R\$ 60.115,00	214,12%
146.	Riachão do Bacamarte	Porte I	R\$ 5.711,00	R\$ 17.882,00	R\$ 12.171,00	213,12%
147.	Boa Ventura	Porte I	R\$ 7.022,00	R\$ 21.986,00	R\$ 14.964,00	213,10%
148.	Santa Helena	Porte I	R\$ 8.009,00	R\$ 25.033,00	R\$ 17.024,00	212,56%
149.	Rio Tinto	Porte II	R\$ 43.480,00	R\$ 135.808,00	R\$ 92.328,00	212,35%
150.	Jacaraú	Porte I	R\$ 18.747,00	R\$ 58.538,00	R\$ 39.790,00	212,25%
151.	Barra de São Miguel	Porte I	R\$ 8.285,00	R\$ 25.716,00	R\$ 17.431,00	210,39%
152.	Cajazeiras	Médio Porte	R\$ 137.678,00	R\$ 427.024,00	R\$ 289.345,00	210,16%
153.	Arara	Porte I	R\$ 14.492,00	R\$ 44.836,00	R\$ 30.344,00	209,38%
154.	Caraúbas	Porte I	R\$ 6.257,00	R\$ 19.338,00	R\$ 13.081,00	209,06%
155.	Triunfo	Porte I	R\$ 11.183,00	R\$ 34.426,00	R\$ 23.243,00	207,84%
156.	Paulista	Porte I	R\$ 17.265,00	R\$ 52.965,00	R\$ 35.700,00	206,78%
157.	Caldas Brandão	Porte I	R\$ 8.454,00	R\$ 25.862,00	R\$ 17.407,00	205,90%
158.	Condado	Porte I	R\$ 10.766,00	R\$ 32.874,00	R\$ 22.108,00	205,35%
159.	Curral de Cima	Porte I	R\$ 10.175,00	R\$ 31.064,00	R\$ 20.888,00	205,29%
160.	Dona Inês	Porte I	R\$ 13.381,00	R\$ 40.772,00	R\$ 27.391,00	204,70%
161.	Caiçara	Porte I	R\$ 10.097,00	R\$ 30.664,00	R\$ 20.567,00	203,69%
162.	Mari	Porte II	R\$ 29.192,00	R\$ 88.445,00	R\$ 59.253,00	202,98%
163.	Umbuzeiro	Porte I	R\$ 12.965,00	R\$ 39.106,00	R\$ 26.141,00	201,63%
164.	Serra Redonda	Porte I	R\$ 11.535,00	R\$ 34.705,00	R\$ 23.170,00	200,87%
165.	São Miguel de	Porte I	R\$ 8.333,00	R\$ 25.034,00	R\$ 16.701,00	200,42%

	Taipu					
166.	Barra de Santa Rosa	Porte I	R\$ 18.035,00	R\$ 54.168,00	R\$ 36.133,00	200,35%
167.	Nazarezinho	Porte I	R\$ 9.698,00	R\$ 29.045,00	R\$ 19.346,00	199,48%
168.	Casserengue	Porte I	R\$ 8.879,00	R\$ 26.583,00	R\$ 17.703,00	199,38%
169.	São João do Cariri	Porte I	R\$ 7.267,00	R\$ 21.755,00	R\$ 14.488,00	199,37%
170.	São José de Princesa	Porte I	R\$ 5.972,00	R\$ 17.828,00	R\$ 11.856,00	198,53%
171.	Belém	Porte I	R\$ 26.669,00	R\$ 79.607,00	R\$ 52.938,00	198,50%
172.	Desterro	Porte I	R\$ 10.464,00	R\$ 31.028,00	R\$ 20.564,00	196,52%
173.	Salgado de São Félix	Porte I	R\$ 15.283,00	R\$ 45.179,00	R\$ 29.897,00	195,62%
174.	Araruna	Porte I	R\$ 26.665,00	R\$ 78.584,00	R\$ 51.919,00	194,71%
175.	São João do Rio do Peixe	Porte I	R\$ 25.070,00	R\$ 73.702,00	R\$ 48.631,00	193,98%
176.	Juarez Távora	Porte I	R\$ 9.415,00	R\$ 27.566,00	R\$ 18.151,00	192,79%
177.	Cacimba de Dentro	Porte I	R\$ 20.939,00	R\$ 61.129,00	R\$ 40.190,00	191,94%
178.	Barra de Santana	Porte I	R\$ 11.740,00	R\$ 34.176,00	R\$ 22.436,00	191,11%
179.	Cacimba de Areia	Porte I	R\$ 5.086,00	R\$ 14.741,00	R\$ 9.655,00	189,83%
180.	Congo	Porte I	R\$ 10.381,00	R\$ 30.066,00	R\$ 19.685,00	189,63%
181.	Nova Floresta	Porte I	R\$ 13.057,00	R\$ 37.796,00	R\$ 24.739,00	189,47%
182.	Coremas	Porte I	R\$ 20.005,00	R\$ 57.838,00	R\$ 37.832,00	189,11%
183.	Mulungu	Porte I	R\$ 13.076,00	R\$ 37.800,00	R\$ 24.724,00	189,08%
184.	Pedra Branca	Porte I	R\$ 5.414,00	R\$ 15.560,00	R\$ 10.146,00	187,40%
185.	Duas Estradas	Porte I	R\$ 6.937,00	R\$ 19.921,00	R\$ 12.984,00	187,17%
186.	Pirpirituba	Porte I	R\$ 14.050,00	R\$ 40.229,00	R\$ 26.179,00	186,33%
187.	Lucena	Porte I	R\$ 23.915,00	R\$ 68.455,00	R\$ 44.541,00	186,25%
188.	Cruz do Espírito Santo	Porte I	R\$ 24.994,00	R\$ 71.462,00	R\$ 46.468,00	185,92%
189.	Itabaiana	Porte II	R\$ 41.554,00	R\$ 118.356,00	R\$ 76.803,00	184,83%
190.	Cuité	Porte I	R\$ 29.119,00	R\$ 82.932,00	R\$ 53.813,00	184,80%
191.	Montadas	Porte I	R\$ 6.994,00	R\$ 19.908,00	R\$ 12.914,00	184,64%
192.	Alagoinha	Porte I	R\$ 17.231,00	R\$ 48.992,00	R\$ 31.762,00	184,33%
193.	São Sebastião de Lagoa de	Porte I	R\$ 14.762,00	R\$ 41.512,00	R\$ 26.750,00	181,21%

	Roça					
194.	Araçagi	Porte I	R\$ 35.674,00	R\$ 100.314,00	R\$ 64.641,00	181,20%
195.	Gurjão	Porte I	R\$ 5.553,00	R\$ 15.611,00	R\$ 10.058,00	181,13%
196.	Areial	Porte I	R\$ 8.527,00	R\$ 23.967,00	R\$ 15.440,00	181,07%
197.	Sossêgo	Porte I	R\$ 4.580,00	R\$ 12.822,00	R\$ 8.242,00	179,96%
198.	Lagoa	Porte I	R\$ 6.851,00	R\$ 19.171,00	R\$ 12.320,00	179,83%
199.	Bananeiras	Porte II	R\$ 33.289,00	R\$ 92.836,00	R\$ 59.548,00	178,88%
200.	Tacima	Porte I	R\$ 12.628,00	R\$ 34.869,00	R\$ 22.241,00	176,12%
201.	Carrapateira	Porte I	R\$ 3.757,00	R\$ 10.344,00	R\$ 6.587,00	175,33%
202.	Frei Martinho	Porte I	R\$ 4.542,00	R\$ 12.427,00	R\$ 7.886,00	173,62%
203.	Massaranduba	Porte I	R\$ 19.373,00	R\$ 52.754,00	R\$ 33.381,00	172,31%
204.	Solânea	Porte II	R\$ 40.008,00	R\$ 108.670,00	R\$ 68.662,00	171,62%
205.	Natuba	Porte I	R\$ 16.888,00	R\$ 45.687,00	R\$ 28.799,00	170,53%
206.	Cachoeira dos Índios	Porte I	R\$ 14.986,00	R\$ 40.535,00	R\$ 25.550,00	170,49%
207.	Serra da Raiz	Porte I	R\$ 5.299,00	R\$ 13.874,00	R\$ 8.575,00	161,82%
208.	Pilõezinhos	Porte I	R\$ 8.197,00	R\$ 21.442,00	R\$ 13.245,00	161,58%
209.	Patos	Grande Porte	R\$ 236.633,00	R\$ 615.623,00	R\$ 378.991,00	160,16%
210.	Nova Olinda	Porte I	R\$ 8.631,00	R\$ 22.401,00	R\$ 13.770,00	159,54%
211.	Sumé	Porte I	R\$ 27.765,00	R\$ 71.980,00	R\$ 44.215,00	159,25%
212.	Areia	Porte II	R\$ 40.421,00	R\$ 104.714,00	R\$ 64.293,00	159,06%
213.	Bayeux	Médio Porte	R\$ 233.780,00	R\$ 605.482,00	R\$ 371.702,00	159,00%
214.	Pedras de Fogo	Porte II	R\$ 107.948,00	R\$ 279.365,00	R\$ 171.417,00	158,80%
215.	Aguiar	Porte I	R\$ 8.590,00	R\$ 22.119,00	R\$ 13.528,00	157,49%
216.	São José do Brejo do Cruz	Porte I	R\$ 3.575,00	R\$ 8.961,00	R\$ 5.386,00	150,66%
217.	Borborema	Porte I	R\$ 9.612,00	R\$ 23.989,00	R\$ 14.376,00	149,56%
218.	Logradouro	Porte I	R\$ 6.133,00	R\$ 15.204,00	R\$ 9.071,00	147,90%
219.	Sobrado	Porte I	R\$ 13.954,00	R\$ 33.388,00	R\$ 19.433,00	139,26%
220.	Alagoa Grande	Porte II	R\$ 46.224,00	R\$ 106.591,00	R\$ 60.367,00	130,60%
221.	Pilões	Porte I	R\$ 14.147,00	R\$ 31.479,00	R\$ 17.332,00	122,51%
222.	Serraria	Porte I	R\$ 13.160,00	R\$ 28.795,00	R\$ 15.635,00	118,81%
223.	Amparo	Porte I	R\$ 4.635,00	R\$ 9.392,00	R\$ 4.758,00	102,65%

Fonte: IBGE (2016).

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa *CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba*.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho *CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba*, terá como objetivo geral: Analisar como os participantes dos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social avaliam a influência das ações destes espaços de controle social sobre os indicadores sociais de desenvolvimento em seus municípios. Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória descritiva e explicativa, de cunho quanti-qualitativa, com um universo de 223 Conselhos Municipais de Assistência Social(CMAS) e 223 Conselhos Municipais de Saúde(CMS) da Paraíba. A metodologia utilizada prevê a análise quantitativa de dados secundários referentes ao período de 2000 a 2010, relativos à evolução dos indicadores sociais nos municípios paraibanos, e a partir da identificação dos municípios de pequeno porte, com maiores e menores variações em seus indicadores sociais. Também será realizado um estudo das narrativas obtidas através de entrevistas estruturadas com uma amostra intencional de conselheiros de 2 CMAS e 2 CMS (representante governamental e não-governamental),
- Ao voluntário só caberá a autorização para dar respostas as perguntas feitas em entrevista estruturada sobre a sua concepção a respeito do Controle Social, Desenvolvimento e seus indicadores; Os fatores que contribuíram para a variação dos níveis dos indicadores sociais do município identificados, e as possíveis influências da atuação (aqui também entendida enquanto não-ação) do seu Conselho de Assistência Social ou de Saúde sobre esse processo; além de observar se há novos formatos e práticas de participação popular nestes municípios que gerem efeitos para o Desenvolvimento Regional/Local, e quais as capacidades e fragilidades do conselho, no exercício do controle social. Não haverá nenhum desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Risco da Pesquisa: Entendendo que os Conselhos de Controle Social, sejam eles de Saúde, Assistência e de demais políticas sociais, são arenas de negociação, loci de

disputas entre propostas, projetos, interesses de grupos políticos, e que embora sejam instâncias democráticas de participação social, possam reproduzir contraditoriamente o contexto conservador introduzido culturalmente e historicamente no âmbito da gestão pública no Brasil – a exemplo do patrimonialismo, do clientelismo. Um risco que os sujeitos da pesquisa podem sofrer, são retaliações políticas partidárias, ao apontar possíveis irregularidades no controle social das políticas de saúde e assistência social em seus municípios. Ação para minimizar o risco: Além de ser garantido no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) o completo sigilo da identificação do sujeito na apresentação das narrativas nos resultados finais da pesquisa, a entrevista será realizada em espaço reservado, onde garanta o total sigilo das informações prestadas.

- Benefícios da Pesquisa: Avaliando a atuação dos CMAS e CMS no exercício do controle social, contribuir-se-á desta forma na melhoria do processo democrático de planejamento e execução das políticas sociais em seus respectivos municípios, possibilitando assim uma boa Governança, a eficácia das intervenções estatais, fatores estes necessários para a promoção Desenvolvimento Local. Os resultados desta pesquisa servirão como instrumento de orientação para o apoio e monitoramento por parte de conselhos superiores de controle social, como o Conselho Estadual e Federal de Assistência Social e de Saúde, no desenvolvimento de ações que efetivamente atendam às necessidades destas instâncias municipais, pois se entende que não basta apenas implantar Conselhos, mas é necessário também qualificar sua atuação nos municípios. Por fim, não só resultados, mas o próprio processo de coleta de dados dessa pesquisa, através das entrevistas, trarão benefícios para os próprios sujeitos pesquisados (conselheiros), pois o momento da entrevista, será um momento de diálogo, e troca de aprendizado, onde será possível repassar para o sujeitos informações resultantes do objetivos específico 1 - que são os dados sobre os indicadores sociais (IVS ;ISDM; IDHM; Índice de Gini) e PIB per capita, do município, bem como enquanto pesquisadora, obterei informações importantes sobre as diversas representações dos sujeitos sobre o desenvolvimento e as dinâmicas de participação nesses espaços de controle social.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar o responsável pela pesquisa no número **(083) 988521505 - Juliana Grangeiro Sales Bezerra**
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do Participante da Pesquisa

Telefone: _____ Email: _____

CMAS () CMS () Município ___ Representante da Soc.Civil()

Governamental()

...../PB,.....de..... de.....

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista

1- Para você o que é Desenvolvimento?

2- Quais os indicadores de desenvolvimento de um município?

3- Para você o que é Controle Social?

4- Quais os indicadores da efetividade do controle social no seu município?

5- Quais são as maiores dificuldades que o CMAS/CMS encontra para exercer o controle social no município em que você reside?

- 6- O que facilita o exercício do controle social através do CMAS/CMS no município em que você reside?

Após a apresentação sucinta para o conselheiro do resultado da evolução descritiva e variação percentual dos indicadores sociais do respectivo município, bem como da coleta da resposta do conselheiro sobre as possíveis causas para os resultados dos indicadores sociais em seu município, passamos a realizar as seguintes perguntas:

- 7- Existem fatores locais e/ou regionais atuais que contribuem para o desenvolvimento do seu município? () Sim () Não

- 8- Se sim, de acordo com sua interpretação, quais são?

- 9- A atuação do CMAS/CMS contribui/contribuiu para a existência desses fatores atuais que influenciam o Desenvolvimento no município em que você reside? () Sim () Não

- 10- Se sim, quais foram as ações e/ou práticas realizadas no e pelo CMAS/CMS que colaboraram para o desenvolvimento no município em que você reside?

11-Para você, existe fatores locais e ou regionais atuais que dificultam/atrapalham o desenvolvimento do seu município? () Sim () Não

12- Se sim, de acordo com sua interpretação, quais são?

13-O CMAS/CMS contribui/contribuiu para que esses fatores atuais impeditivos do desenvolvimento no município em que você reside, não aconteçam ou fossem amenizados? () Sim () Não

14- Se sim, Como?

15-Existem espaços de participação e controle social no âmbito do município para além dos Conselhos de Controle Social? (a exemplo de fóruns, conselhos locais, comitês e organização de usuários);

() Sim () Não (Caso a resposta seja sim, responda as perguntas abaixo)

16-Quais são?

17-Você acha que esses espaços possuem práticas inovadoras para o controle social?

() Sim () Não

18- O CMAS ou CMS está envolvido colaborando direto ou indiretamente para existência e continuação desses espaços e práticas?

() Sim () Não

19-Se sim, como se dá esse envolvimento e contribuição?

20-Você acha que essas práticas colaboram diretamente ou indiretamente para o desenvolvimento do município e/ou região?

() Sim () Não

21-Por que?

22-Outros comentários, observações.

APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada: *CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO-um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba* - poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora – Juliana Grangeiro Sales Bezerra, a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea a da Constituição Federal de 1988;
5. Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa, Juliana Grangeiro Sales Bezerra, e após esse período, serão destruídos;
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista;

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

...../PB,.....de..... de.....

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

APÊNDICE E – Fotos da visita de campo para realização das entrevistas nos municípios de Caturité e Damião na Paraíba

Figura 3 - Município de Caturité



Fonte: Primária

Figura 4 - Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMAS de Caturité-PB



Fonte: Primária

Figura 5- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMS de Caturité-PB



Fonte: Primária

Figura 6- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMAS de Damião-PB



Fonte: Primária

Figura 7- Visita de campo para realização das entrevistas com as conselheiras do CMS de Damião-PB



Fonte: Primária

ANEXO A – Termo de autorização institucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ
CNPJ: 01.612.640/001-15

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Rua Severino Gervázio de Souza, nº 17 – Centro. Caturité-PB. CEP: 58.455.000

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado "*CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba*" desenvolvida pela aluna Juliana Grangeiro Sales Bezerra do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho.

Caturité - PB, 05/12/16

Jaílva Rodrigues da Silva
 Assinatura e carimbo do responsável institucional

05.12.2016
 CONSELHO MUNICIPAL
 DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CMAS - CATURITÉ / PB
 Rodrigues



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURITÉ
CNPJ: 01.612.640/001-15

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Rua Severino Gervázio de Souza, nº 17 – Centro. Caturité-PB. CEP: 58.455.000

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado *"CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba"* desenvolvida pela aluna Juliana Grangeiro Sales Bezerra do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho.

Caturité - PB, 05/12/2016

María Lúcia Leal Cabral
Assinatura e carimbo do responsável institucional

Prefeitura Municipal de Caturité-PB
 Maria Lúcia Leal Cabral
 Secretária de Saúde
 Portaria nº 025/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO
 CNPJ: 01.612.636/0001-57
 Endereço: Rua Manoel Honorato da Costa, 89, Damião/PB
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado *"CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba"* desenvolvida pela aluna Juliana Grangeiro Sales Bezerra do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho.

Damião - PB, 16/01/2017

Valdete Almeida Basaco

Assinatura e carimbo do responsável institucional

MAS - Conselho Municipal de
 Assistência Social
 Fone: (83) 3635-1010 Ramal 21
 Rua São Luis, s/n - Centro
 CEP: 58173-000 - Damião-PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO
CNPJ: 01.612.636/0001-57
Endereço: Rua Manoel Honorato da Costa, S/N, Damião/PB

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado "*CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO- um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba*" desenvolvida pela aluna Juliana Grangeiro Sales Bezerra do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho.

Damião - PB, 16, 04, 2017


Assinatura e carimbo do responsável institucional

Flávio Rodrigo Alves Santos
CPF: 083.940.137-17
Secretário de Saúde

**ANEXO B – Comprovante da aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da
UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISADOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
PLATAFORMA BRASIL**



Título da Pesquisa: **CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO:** um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba.

Pesquisadora Responsável: Juliana Granjeiro Sales Bezerra

Orientador: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

CAAE: 64599217.9.0000.5187

SITUAÇÃO DO PROJETO: APROVADO.

Data da relatoria: 22/02/2017

Apresentação do Projeto: Projeto intitulado "CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: um estudo sobre atuação de Conselhos Municipais de Assistência Social e de Saúde e sua relação com indicadores sociais na Paraíba", encaminhado para análise, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, com fins à obtenção de parecer favorável ao início das atividades propostas, as quais resultarão em Trabalho de Conclusão de Curso, junto ao curso de Pós-Graduação, nível Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.